

**ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA**  
**DO ANO DE 2025**  
**DA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA**

**REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2025**

**NO AUDITÓRIO PAULO QUINTELA**

**EM**

**BRAGANÇA**

## SIGLAS

<b>AM</b>	Assembleia Municipal
<b>AMB</b>	Assembleia Municipal de Bragança
<b>ANAFRE</b>	Associação Nacional de Freguesias
<b>ANAM</b>	Associação Nacional de Assembleias Municipais
<b>AR</b>	Assembleia da República
<b>CCDR-N</b>	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
<b>CDU</b>	Coligação Democrática Unitária
<b>CIM - TTM</b>	Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes
<b>CM</b>	Câmara Municipal
<b>CMB</b>	Câmara Municipal de Bragança
<b>DGAL</b>	Direção-Geral das Autarquias Locais
<b>EVM</b>	Estado e Vida do Município
<b>GM</b>	Grupo Municipal
<b>IPB</b>	Instituto Politécnico de Bragança
<b>JF</b>	Junta de Freguesia
<b>PAOD</b>	Período de Antes da Ordem do Dia
<b>PDM</b>	Plano Diretor Municipal
<b>PJF</b>	Presidente de Junta de Freguesia
<b>POD</b>	Período da Ordem do Dia
<b>PS</b>	Partido Socialista
<b>PSD</b>	Partido Social Democrata
<b>UF</b>	União das Freguesias

**Terceira Sessão Ordinária/2025 da Assembleia Municipal de Bragança, realizada no dia 25 de junho, no Auditório Paulo Quintela, em Bragança.**

<b>SUMÁRIO</b>	<b>Pág.</b>
Quórum	8
Expediente	8
Instalação de membros	10
Membros que solicitaram substituição	10
Membros suplentes convocados	10
Proposta de Recomendação “Proposta de Recomendação: Informação nas Paragens de Autocarro”	11
Voto de Pesar – Em Memória de Altino	14
Presenças e faltas	127

<b>ORDEM DE TRABALHOS:</b>	
<b>1</b> – ATA: Leitura, discussão e votação da ata da 2. <sup>a</sup> Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 29 de abril de 2025	10
<b>2</b> – PÚBLICO – Período de Intervenção	11
<b>3</b> – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	11
<b>4</b> – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:	
<b>4.1</b> – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município	19
<b>4.2</b> – <b>Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:</b>	
<b>4.2.1</b> – Décima Terceira Modificação – Terceira Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal da Receita; Terceira Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal da Despesa; Segunda Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipal; e Terceira Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos para o Ano de 2025	81
<b>4.2.2</b> – Proposta de Recusa ou Não Transferência de Competências do Município de Bragança para os Órgãos das Freguesias para o Ano de 2026	85
<b>4.2.3</b> – Proposta de Transferência de Competências e Recursos Financeiros do Município de Bragança para os Órgãos das Freguesias para o Ano de 2026	91
<b>4.2.4</b> – Proposta de Delimitação de Área de Reabilitação Urbana no Meio Rural	95

4.2.5 – Proposta de Delimitação de Área de Reabilitação Urbana – Centro Tradicional de Bragança	98
4.2.6 – Desafetação de Parcela de Domínio Público no Bairro do Pinhal	100
4.2.7 – Alteração de Caminho de Domínio Público – Rua da Cogulada, em Quintela de Lampaças	104
4.2.8 – Apoio Financeiro às Freguesias - Requalificação das Ruas e Largos nas Aldeias;	107
4.2.9 – Apoio Financeiro às Freguesias - Construção e Requalificação de Centros de Convívio	111
4.2.10 – Apoio Financeiro às Freguesias - Apoio à Realização de Feiras e Certames	114
4.2.11 – Apoio Financeiro às Freguesias – Apoio à Construção ou Melhoria de Polidesportivos	116
4.2.12 – Atribuição de Apoio Financeiro sobre a Faturação da Produção de Energia Elétrica nas Centrais Hidroelétricas do Alto Sabor (Montezinho e Prado-Novo) e Gimonde às Juntas de Freguesia de França e Gimonde - Ano de 2024	118
<b>4.3 – Apreciação sobre os seguintes documentos apresentados pela Câmara Municipal de Bragança:</b>	
4.3.1 – Consolidação de Contas do Exercício de 2024	120
4.3.2 – Certificação Legal e Relatório e Parecer sobre as Contas Consolidadas do Ano de 2024	122
4.3.3 – Entidades Participadas pelo Município – Relatórios e Contas do Exercício de 2024	123
<b>4.4 – Discussão e tomada de conhecimento das deliberações da Câmara Municipal de Bragança:</b> Isenções Totais ou Parciais relativamente a Impostos e a outros Tributos Próprios, conforme n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, no âmbito da Autorização Genérica, conforme deliberação da Assembleia Municipal em Sessão realizada em 13 de dezembro de 2024 (Reuniões de Câmara de 28 de abril, 12 e 26 de maio e 9 de junho de 2025).	125

**PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:**

<b>Nome</b>	<b>Página(s)</b>
Adriano Rodrigues	91
António Anes	100
António Malhão	12
Fátima Bento	69; 90; 97; 106
Luís Fernandes	70
Luís Pires	69
Pedro Rego	97

**INTERVENÇÕES:**

<b>Nome</b>	<b>Página(s)</b>
Adriano Rodrigues	14
Alex Rodrigues	71
António Anes	17; 103
António Malhão	14; 18; 77; 110; 111
Fátima Bento	11; 12; 13; 91; 110
João Silva	73
Júlio de Carvalho	18
Luís Fernandes	107
Luís Pires	12; 79
Maria Castanheiro	106; 107
Maria Eugénia Afonso	15
Presidente da Assembleia	9; 13; 19; 90; 91; 103; 107; 111
Presidente da Câmara Municipal	12; 19; 70; 80; 84; 90; 91; 97; 103; 106

**DECLARAÇÃO DE VOTO:**

<b>Nome</b>	<b>Página (s)</b>
Fátima Bento	98; 104; 107
Luís Pires	104; 107

Página deixada intencionalmente em branco

Aos vinte e cinco dias do mês de junho, realizou-se, no Auditório Paulo Quintela, em Bragança, a Terceira Sessão Ordinária do ano de 2025, desta Assembleia Municipal, tendo o seu início às nove horas e trinta minutos, e fim às catorze horas e cinquenta e cinco minutos, na qual participaram setenta e oito membros, dos setenta e nove que a constituem, com a seguinte ordem de trabalhos:

“1 – ATA: Leitura, discussão e votação da ata da 2.<sup>a</sup> Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 29 de abril de 2025.

2 – PÚBLICO – Período de Intervenção.

3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.

**4.2 – Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:**

4.2.1 – Décima Terceira Modificação – Terceira Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal da Receita; Terceira Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal da Despesa; Segunda Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais; e Terceira Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos para o Ano de 2025;

4.2.2 – Proposta de Recusa ou Não Transferência de Competências do Município de Bragança para os Órgãos das Freguesias para o Ano de 2026;

4.2.3 – Proposta de Transferência de Competências e Recursos Financeiros do Município de Bragança para os Órgãos das Freguesias para o Ano de 2026;

4.2.4 – Proposta de Delimitação de Área de Reabilitação Urbana no Meio Rural;

4.2.5 – Proposta de Delimitação de Área de Reabilitação Urbana – Centro Tradicional de Bragança;

4.2.6 – Desafetação de Parcela de Domínio Público no Bairro do Pinhal;

4.2.7 – Alteração de Caminho de Domínio Público – Rua da Cogulada, em Quintela de Lampaças;

4.2.8 – Apoio Financeiro às Freguesias - Requalificação das Ruas e Largos nas Aldeias;

4.2.9 – Apoio Financeiro às Freguesias - Construção e Requalificação de Centros de Convívio;

4.2.10 – Apoio Financeiro às Freguesias - Apoio à Realização de Feiras e Certames;

4.2.11 – Apoio Financeiro às Freguesias – Apoio à Construção ou Melhoria de Polidesportivos;

4.2.12 – Atribuição de Apoio Financeiro sobre a Faturação da Produção de Energia Elétrica nas Centrais Hidroelétricas do Alto Sabor (Montezinho e Prado-Novo) e Gimonde às Juntas de Freguesia de França e Gimonde - Ano de 2024.

#### **4.3 – Apreciação sobre os seguintes documentos apresentados pela Câmara Municipal de Bragança:**

**4.3.1** – Consolidação de Contas do Exercício de 2024;

**4.3.2** – Certificação Legal e Relatório e Parecer sobre as Contas Consolidadas do Ano de 2024;

**4.3.3** – Entidades Participadas pelo Município – Relatórios e Contas do Exercício de 2024.

#### **4.4 – Discussão e tomada de conhecimento das deliberações da Câmara Municipal de Bragança:**

Isenções Totais ou Parciais relativamente a Impostos e a outros Tributos Próprios, conforme n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, no âmbito da Autorização Genérica, conforme deliberação da Assembleia Municipal em Sessão realizada em 13 de dezembro de 2024 (Reuniões de Câmara de 28 de abril, 12 e 26 de maio e 9 de junho de 2025).”

**QUÓRUM:** Verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos às nove horas e trinta minutos e foram presentes:

**EXPEDIENTE:** Alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE CORRESPONDÊNCIA MAIS RELEVANTE ENTRADA, E EMITIDA, NOS SERVIÇOS DE APOIO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DESDE A REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE, REALIZADA NO DIA 22/04/2025**

<b>ENTRADA</b>		
<b>Data</b>	<b>Remetente</b>	<b>Assunto</b>
28/04	ValorGlocal	Pedido de reunião com a Presidente da AMB relativo ao programa “O Nosso 25 de Abril Começa Agora.”
02/05	Nuno Almeida	Pedido de divulgação da investigação “Atitudes Políticas-Abstenção Eleitoral”
07/05	Grupo Parlamentar do PCP	Envio de perguntas endereçadas ao Governo sobre a exploração de minérios de ferro em Moncorvo
12/05	Presidente da Assembleia da República	Acusa a receção da Moção “Bragança no eixo da Ferrovia Transmontana”, aprovada na sessão da AM de 29/04/2025
16/05	ANAM	Divulgação do Ciclo de Conferências “Desafios Atuais da Imigração Lusófona: Portugal e a União Europeia”
16/05	Gabinete do Primeiro-Ministro	Acusa a receção da Moção “Bragança no eixo da Ferrovia Transmontana”, aprovada na sessão da AM de 29/04/2025
19/05	ANAM	Encontro Mensal “Vez e Voz aos PAMS”, com o tema “O que aprendi com as Assembleias Municipais”

21/05	ValorGlocal	Divulgação da Sessão de Valorização “Contratação Pública: Noções, Desafios e Boas Prática”
26/05	CMB	Envio da Ata n.º 51 da Assembleia de Freguesia da UF de São Julião de Palácios e Deilão com a nova composição dos Órgãos
05/06	Câmara Municipal de Mogadouro	Acusa a receção e tomada de conhecimento da Moção “Bragança no eixo da Ferrovia Transmontana”, aprovada na sessão da AM de 29/04/2025
13/06	ANAM	Divulgação do Concurso “Prémio Instalação de Jovens Agricultores”
16/06	ANAM	Encontro Mensal “Vez e Voz aos PAMS”, com o tema “Assembleias temáticas, Assembleias Intermunicipais e Alteração do sistema Eleitoral”

#### EMITIDA

<b>Data</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Assunto</b>
30/04	CMB	Envio das senhas de presença e dos boletins itinerários relativos à Sessão da AM de 29/04/2025
05/05	Várias entidades	Envio da Moção “Bragança no eixo da Ferrovia Transmontana”, aprovada na sessão da AM de 29/04/2025
05/05	Membros da AMB	Divulgação da investigação “Atitudes Políticas-Abstenção Eleitoral”
08/05	Membros da AMB	Envio de perguntas endereçadas pelo GP do PCP ao Governo sobre a exploração de minérios de ferro em Moncorvo
16/05	Membros da AMB	Divulgação do Ciclo de Conferências “Desafios Atuais da Imigração Lusófona: Portugal e a União Europeia”
22/05	Membros da AMB	Divulgação da Sessão de Valorização “Contratação Pública: Noções, Desafios e Boas Prática”
16/06	Membros da AMB	Divulgação do Concurso “Prémio Instalação de Jovens Agricultores”

A Sra. **Presidente da Assembleia Municipal**, fazendo referência à correspondência mais relevante entrada, informou que a reunião solicitada, no âmbito do programa “O Nosso 25 de Abril Começa Agora”, se realizara no dia 06 de junho. Mais disse que, genericamente, o objetivo era de recolha, o mais exaustiva possível, de informação relativa a todas as pessoas que exerceram cargos autárquicos, nas assembleias municipais, câmaras municipais, assembleias de freguesia e juntas de freguesia, e que, para a execução desse trabalho, fora constituído um grupo de trabalho.

Acrescentou, também, entre outras informações, que existiria um custo associado de cerca de 4.500,00 euros, a pagar por cada Município, que aguardava o envio do enquadramento e cronograma dos trabalhos, e que o projeto previa a criação de um espaço para as fotografias, ou quadros, com os retratos dos Presidentes da Assembleia Municipal.

Deu, igualmente, nota do envio da Ata da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de S. Julião de Palácios e Deilão, com a constituição do seu Executivo, após o falecimento do Presidente de Junta, Altino Pires, sendo o novo Presidente Duarte João Barrigão Fernandes, presente, nessa qualidade, na Sessão da Assembleia Municipal que estava a decorrer.

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

### **MANDATOS – MEMBROS**

#### **INSTALAÇÃO:**

- Duarte João Barrigão Fernandes – Presidente da UF de S. Julião de Palácios e Deilão.
- António dos Reis Fernandes - substituto do Presidente da JF de Babe.

#### **SUBSTITUIÇÕES:**

##### **- de membros efetivos**

**PSD:** Maria do Amparo Mendes Alves; António Henrique Venâncio Dias.

**PS:** Cláudia Beatriz Morais Afonso; Caroline Isabel Borges Pereira; João Batista Ortega.

**CDU:** José Manuel Correia Santos Ferreira de Castro.

##### **- de Presidentes de Junta de Freguesia**

- Bruno Manuel Rodrigues Veiga (JF Babe) – Fez-se substituir por António dos Reis Fernandes.

### **MEMBROS SUPLENTE CONVOCADOS:**

**PSD:** António Manuel Afonso Pires; Maria Eduarda Pires Rodrigues.

**PS:** Ana Catarina Trindade Certo; Pedro José Pires Rego; Miguel Correia Sampaio da Veiga.

**CDU:** Fátima da Conceição Borges Bento.

### **Ponto 1 – ATA: Leitura, discussão e votação da ata da 2.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 29 de abril de 2025.**

A Sra. **Presidente da Assembleia** solicitou a dispensa da leitura da ata, uma vez que fora previamente remetida, e lembrou que os membros que não tivessem estado presentes na sessão à qual a ata dizia respeito, de acordo com o n.º 2 do artigo 51.º do Regimento da Assembleia Municipal, teriam de votar em abstenção.

**Não tendo havido discussão, foi a mesma ata submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, nove votos de abstenção e cinquenta e nove votos a favor, estando, momentaneamente, sessenta e oito membros presentes.**

Não houve declarações de voto.

**Ponto 2 – PÚBLICO – Período de Intervenção:** Não houve intervenções.

### **Ponto 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**

Fizeram intervenção os membros **Fátima Bento** (CDU), **Adriano Rodrigues** (GM dos Presidentes de Junta), **António Anes** (CHEGA), **António Malhão** (PSD) e **Júlio de Carvalho** (PSD).

**Fátima Bento** - Apresentou a seguinte **Proposta de Recomendação**, suportada no documento escrito que, a seguir, se transcreve:

#### **“Proposta de Recomendação: Informação nas Paragens de Autocarro**

Ao longo das últimas sessões, a CDU tem reiteradamente defendido uma mobilidade mais justa e sustentável no concelho de Bragança, com mais autocarros, horários regulares, paragens cobertas e uma rede que sirva realmente a população — em particular os mais idosos, os jovens sem viatura própria e os residentes das freguesias mais afastadas.

Contudo, sabemos que transformar o sistema de transportes é um processo complexo. Por isso, entendemos que também há passos simples, de baixo custo, que podem — e devem — ser dados desde já.

É neste sentido que a CDU propõe hoje uma recomendação concreta ao Executivo Municipal, de aplicação imediata e de clara utilidade pública:

Que seja garantida a colocação de informação visível e atualizada nas paragens de autocarro do concelho, com indicação dos horários, percursos e número de linha.

Atualmente, muitas das paragens existentes não têm qualquer tipo de informação acessível aos utentes. Em diversos locais, o cidadão não sabe a que horas passa o próximo autocarro, nem sequer qual o destino, o número da linha ou o contacto telefónico para solicitar informações — o que desincentiva o uso do transporte coletivo e contribui para o seu abandono.

A CDU entende que a informação é um direito básico, sobretudo em serviços essenciais como o transporte. Não são necessários grandes investimentos, apenas medidas simples que aproxima os serviços dos cidadãos e melhora, desde já, a experiência dos utilizadores do transporte público.

Assim, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida no dia 25 de junho de 2025, delibera recomendar à Câmara Municipal de Bragança:

- Colocar painéis informativos nas paragens (mesmo que provisórios ou em suporte físico);
- Garantir que os horários estão atualizados e legíveis;
- Criar um canal fácil para reporte de erros ou desatualizações.

Bragança, 25 de junho de 2025

**A Proponente:** Fátima Bento (Grupo Municipal da CDU).”

O membro **António Malhão** (PSD) perguntou à proponente, Fátima Bento, se não equacionava a possibilidade de confirmar se o reivindicado na Proposta não existia já, pois disse haverem painéis informativos, ainda que, eventualmente, num ou noutro caso, por vandalismo, pudessem ter sido retirados, horários atualizados e legíveis, bem como uma aplicação informática, para visualização de horários e trajetos. Assim, colocou à consideração, a possibilidade de reformulação da proposta de recomendação, pois o Grupo Municipal do PSD não iria votar favoravelmente o que já estava implementado.

A proponente da Proposta de Recomendação, **Fátima Bento**, respondeu aos pedidos de esclarecimento solicitados, identificando algumas paragens com falta de informação. Relatou, ainda, que, tendo-lhe sido solicitada informação dos horários dos autocarros, nomeadamente no centro da cidade, também não pôde ajudar, por falta dessa informação nos locais, bem como da indicação do número de apoio, pois este só estava disponível na internet.

Mais disse que, na proposta apresentada, se referia serem muitas as paragens que não tinham essa informação, e não todas, e que as que não tinham, deveriam passar a ter.

O membro **Luís Pires** (PS) interveio e disse que o papel da autarquia era ter um serviço de transportes com informação fidedigna e com acuidade, para que os utentes a pudessem usufruir da melhor maneira, e que, a proposta apresentada, sendo uma recomendação, se entendia como sendo para melhorar. Disse, ainda, que a Câmara deveria ter um sistema de revisitação do estado das coisas e uma monitorização para saber da conformidade com os preceitos.

Ainda quanto aos transportes públicos, referiu ser necessário saber se satisfaziam os utentes, se os tempos dos horários eram fidedignos e existir uma adaptação aos tempos, por exemplo, com painéis digitais. Quanto à aplicação móvel, disse existir, mas que não era amigável, nem de fácil utilização, não permitindo aceder a uma informação em tempo real e que, por isso, considerava haver margem para evoluir.

Assim, disse que, tratando-se de uma recomendação, o Grupo Municipal do PS não poderia votar contra e que a Câmara devia visitar sempre todos os processos e procedimentos no sentido de os melhorar, otimizar e incorporar novas tecnologias.

O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu às questões colocadas, dizendo que, sempre que se pudesse evoluir, se deveria fazer, mas que, de momento, existia informação, nomeadamente um *link* no site do Município que remetia para a página dos

transportes com a informação certa, nomeadamente a paragem mais próxima e o caminho a seguir.

Acrescentou que, em alguns abrigos, existia informação em papel e bandeirolas, mas que algumas haviam sido vandalizadas, estando a ser repostas, e nos “tomis” informação em formato digital.

Terminou, informando que o Município tinha uma candidatura para mais seis autocarros elétricos.

**INTERRUPÇÃO DA SESSÃO** – Após as respostas do Sr. Presidente da Câmara, a Sessão teve de ser interrompida, devido a problemas técnicos com o som, na transmissão via *streaming*.

A Sra. **Presidente da Assembleia Municipal**, depois de reposta a qualidade técnica da transmissão, e verificada a existência de **quórum**, retomou a Sessão, às dez horas e quinze minutos, agradecendo a presença, no “lugar do público”, do Dr. Luís Afonso, anterior presidente da Assembleia Municipal, e informou de que, durante a interrupção, os Líderes dos Grupos Municipais haviam trabalhado a Proposta de Recomendação anteriormente apresentada, pelo que deu a palavra à membro Fátima Bento, proponente da mesma.

**Fátima Bento** - Disse que, atendendo às sugestões provenientes da bancada do PSD, se ajustara a parte final da Proposta que apresentara e cujas alterações passou a ler, pelo que se passa a transcrever, na íntegra e na sua versão final, a **Proposta de Recomendação** colocada à consideração do Plenário:

#### **“Proposta de Recomendação: Informação nas Paragens de Autocarro**

Ao longo das últimas sessões, a CDU tem reiteradamente defendido uma mobilidade mais justa e sustentável no concelho de Bragança, com mais autocarros, horários regulares, paragens cobertas e uma rede que sirva realmente a população — em particular os mais idosos, os jovens sem viatura própria e os residentes das freguesias mais afastadas.

Contudo, sabemos que transformar o sistema de transportes é um processo complexo. Por isso, entendemos que também há passos simples, de baixo custo, que podem — e devem — ser dados desde já.

É neste sentido que a CDU propõe hoje uma recomendação concreta ao Executivo Municipal, de aplicação imediata e de clara utilidade pública:

Que seja garantida a colocação de informação visível e atualizada nas paragens de autocarro do concelho, com indicação dos horários, percursos e número de linha.

Atualmente, muitas das paragens existentes não têm qualquer tipo de informação acessível aos utentes. Em diversos locais, o cidadão não sabe a que horas

passa o próximo autocarro, nem sequer qual o destino, o número da linha ou o contacto telefónico para solicitar informações — o que desincentiva o uso do transporte coletivo e contribui para o seu abandono.

A CDU entende que a informação é um direito básico, sobretudo em serviços essenciais como o transporte. Não são necessários grandes investimentos, apenas medidas simples que aproxima os serviços dos cidadãos e melhora, desde já, a experiência dos utilizadores do transporte público.

Assim, a Assembleia Municipal de Bragança reunida no dia 25 de junho de 2025, delibera recomendar à Câmara Municipal de Bragança:

- Colocar painéis informativos nas paragens (mesmo que provisórios ou em suporte físico) onde não existam;
- Criar um sistema de monitorização que garanta a atualização e legibilidade dos horários;
- Melhoria da aplicação móvel existente.

Bragança, 25 de junho de 2025

**A Proponente:** Fátima Bento (Grupo Municipal da CDU).”

Fez intervenção o membro **António Malhão** (PSD) perguntando à proponente, Fátima Bento, se, relativamente à aplicação móvel, o que ficara era “melhoria da aplicação móvel existente.”

A **Proponente** respondeu afirmativamente, sem recorrer ao púlpito.

**De seguida, foi a Proposta de Recomendação submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando, momentaneamente, setenta e três membros presentes.**

Não houve declarações de voto.

De seguida e ainda no âmbito do PAOD, **Adriano Rodrigues**, em representação do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta, apresentou o seguinte **Voto de Pesar**, suportado no documento escrito que, a seguir, se transcreve:

#### **“Voto de Pesar – Em Memória de Altino Pires**

É com profundo sentimento de pesar que a Assembleia Municipal de Bragança reúne na Sessão Ordinária de 25 de junho de 2025.

Este insigne Bragançano dedicou a sua vida à intervenção cívica na defesa da maior de todas as suas causas, União das Freguesias de S. Julião de Palácios e Deilão. De facto, o nosso concidadão Altino Pires ficará para sempre ligado à defesa dos

interesses da União das Freguesias de S. Julião de Palácios e Deilão e do seu inalienável direito à prosperidade e desenvolvimento.

A falta da sua intervenção humana e cívica será sentida, por todos os Bragançanos que dedicam as suas vidas à defesa do interesse público.

A Assembleia Municipal de Bragança curva-se assim perante a memória deste Bragançano, reiterando à Família de Altino Pires e aos órgãos da União das Freguesias de S. Julião de Palácios e Deilão os mais sentidos pêsames, convictos de que o seu trabalho será prosseguido tendo sempre por referência o seu digno exemplo.

Assim, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida em Sessão Ordinária de 25 de junho de 2025, deliberou aprovar um voto de pesar em memória do falecido Ex-Presidente da União das Freguesias de S. Julião de Palácios e Deilão, Altino Pires, expressando-o pela observância de um minuto de silêncio, em sinal de respeito.

Bragança, 25 de junho de 2025.

Enviar a:

- Família;
- União das Freguesias de S. Julião de Palácios e Deilão.

**O Proponente:** Adriano Rodrigues, em representação do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta.”

Não houve pedidos de esclarecimento.

Fez intervenção a membro **Maria Eugénia Afonso** (PSD), suportada no documento escrito que, a seguir, se transcreve:

“Estou aqui para prestar uma homenagem ao amigo que foi Presidente da União das Juntas de S. Julião de Palácios, Altino Francisco Pereira Pires.

Falar do Altino não é fácil. Conheço-o desde sempre! E falo no presente porque sei que ele está aqui presente junto de todos nós que o admiramos por tudo o que ele é.

Um pai de família exemplar, um filho bondoso, um marido inexcelável, assim é o Altino! Um profissional como poucos, com as suas origens na Engenharia Agrónoma, nunca deixou de estar ligado à terra-mãe, à sua terra natal e ao chamamento do mundo rural. Esse chamamento e esse apego à terra que o viu nascer fez dele um ativo membro da comunidade. A ele devemos a criação da Associação dos Caçadores e Pescadores da Lombada, a Associação dos Gaiteiros e Tocadores da Lombada e a organização do Festival da Lombada, Música e Tradição, em Palácios, e na criação da Feira Rural da Gente e da Terra da Lombada que vai já orgulhosamente na sua oitava edição com grande impacto na economia do concelho. Mas foi mais longe, foi um político, sem oposição, querido dos seus eleitores e responsável por um plano de melhorias na terra que tanto amou como a construção dos diferentes parques infantis de Caravela,

Petisqueira, Palácios e Vila Meã, pelo calcetamento das ruas das várias aldeias e pela limpeza de todos os moinhos ainda existentes. Mas não só! A construção de espaços multiusos, trabalhos de conservação e reparação de igrejas e capelas, a criação de percursos pedestres e de BTT na freguesia, a construção da ponte pedonal na Petisqueira, o arranjo dos diversos espaços verdes e a criação do brasão da União de Freguesias de São Julião de Palácios e Deilão, com o respetivo monumento inaugural são outras das suas conquistas, para o seu povo, que enquanto Presidente da Junta de Freguesia o acarinha e o respeita. Prova disso são os mandatos sucessivos nos quais não teve qualquer oposição política e partidária. Longe disso! *Foi unânime, com todos.*

De perto convivi com o Altino como profissional de mérito na sua atividade junto da NOVAVET que tanto prezou e pela qual tanto se debateu, projeto que abraçou desde maio de 2007, assumindo a venda de medicamentos veterinários e fitofarmacêuticos. Colegas, profissionais, clientes, todos são unânimes em fazer jus ao seu nome, ao seu companheirismo, profissionalismo e dedicação, a que sabe bem juntar a sua simpatia e educação cativante para com todos. O seu legado é o legado que todos queremos receber – amizade, dedicação, companheirismo, educação e profissionalismo – nas diferentes esferas, profissional, pessoal, familiar e de intervenção comunitária e política sem fazer desta um modo de vida, mas sim um modo de melhorar a vida de todos aqueles que ama e da sua terra que não esquece. *Nem nunca esqueceu.*

A sua ausência deixou um silêncio profundo, um espaço vazio difícil de preencher.

Mas *também* deixou também algo imenso: as boas memórias e a alegria que espalhava sem esforço.

Recordo que *todos os dias*, no Dia da Mulher, o *Atino levava sempre uma rosinha para todas as suas colegas femininas.*

É com essas recordações que agora seguimos caminho. Porque o Altino Pires permanece connosco em tudo o que nos deixou de bom e é nesse legado de respeito e otimismo que encontramos força para continuar a honrar a sua memória.

Com muita saudade, sim - mas também com infinita gratidão

A morte prematura levou alguém que merecia viver.

Não podemos mais contar com a sua presença física, mas ficarão as suas obras para sempre ser recordado!

E assim termino, muito obrigado pela vossa atenção e *desculpem a emoção!*”

**De seguida, foi o Voto de Pesar submetido a votação, tendo sido aprovado, por unanimidade, estando, momentaneamente, setenta e seis membros presentes.**

Não houve declarações de voto.

Seguidamente, foi cumprido um **minuto de silêncio.**

Retomando o PAOD, fez intervenção o membro **António Anes**, suportada no documento escrito que, a seguir, se transcreve:

“Sr. Presidente

Não sei bem porquê, mas vaticino que o próximo executivo Municipal, a ser gerido por V. Exa., poderá ser um dos piores ao longo de algumas décadas.

Elenquemos algumas situações:

- Entidades participadas, conclui-se que os seus custos são suportados na sua totalidade pelo município, as quais deviam ter como limite uma determinada percentagem, já que se referencia “Participadas” e não suportadas.

- Museu da Língua, vamos ver os custos no final e quando tal obra *será* concluída.

- Zona Industrial e circular interior, penso ser uma das maiores trapalhadas, sobre as quais, se concluir que algo não está correto, provando-se, só lhe resta a demissão, por ter sido o Vice na Autarquia. Quanto aos técnicos, penso terem agido sobre orientações.

- Águas do Norte, esperemos pelos desfechos jurídicos.

- Não antevejo que a indústria automóvel instalada no concelho vá continuar no seu melhor, prevendo-se mais um revés.

- IPB, penso já ter atingido o pico, daqui em diante, não lhe auguro o melhor dos futuros.

- Desertificação, como se constata o Concelho a cada ato eleitoral vai tendo menos eleitores, se a alguém temos que atribuir culpas deve-se as políticas da sua gestão e seus antecessores.

- Algumas propostas bandeira, já anunciadas pelo Município, nesta Assembleia Municipal, como parque TIR, Pavilhão Multiusos, ampliação do aeroporto, podem não passar de intenções, veremos para quando, prometer não custa.

- Fundos comunitários, estes estão a começar a ser mais escassos e seletivos, daí a galinha dos ovos de ouro começar a ficar esgotada.

- Há obras prementes, adiadas pelo Município, tais como saneamentos e Pavimentações em algumas partes da cidade, que a meu ver já deviam ter merecido alguma atenção.

- Substituição das tubagens da água de fibrocimento por materiais atuais em muitas das aldeias do concelho.

- Há uma obra que o Município já devia ter executado, a instalação de um Forno Crematório, sobre o qual nem chus nem mus.

Não *esqueçam* o slogan, “as pessoas primeiro”.

- Veja-se a contradição, o Município de Bragança é dos poucos que não beneficia os seus munícipes do desconto Municipal de IRS, e também não disponibiliza transporte para os tratamentos oncológicos, sim senhor grande slogan.

Já sabemos, com forte possibilidade da sua eleição, cor/cores governamentais são semelhantes, daí a sua argúcia convencer o *atual* governo a abdicar de governar de Lisboa e virem todos os Ministérios para Bragança, dessa forma passamos a ser o concelho com o maior rendimento per capita do País.

No horizonte, perspetivam-se sinais, *que pode* haver algumas alterações, caso as probabilidades batam certas, prepare-se para o, 3, 3, 1, basta o CHEGA apresentar listas com alguma credibilidade, porque eu, como já tinha dito, não serei candidato a nada, dada a minha perspetiva de vida a curto prazo não passar pelo concelho.”

**António Malhão** – Disse que as intervenções do Líder do Grupo Municipal do CHEGA eram pouco estruturadas e considerou que até um pouco ofensivas, no campo pessoal, pois estava a antecipar o que não era garantido e a procurar diminuir o Presidente da Câmara. Acrescentou que a Assembleia era um espaço de liberdade e de debate, mas também de respeito mútuo, urbanidade e responsabilidade.

Perante a inscrição do membro Júlio de Carvalho, informou que prescindia de continuar a proferir a sua intervenção.

**Júlio de Carvalho** – Referiu que conhecia o membro António Anes há muito tempo e que com ele mantinha uma relação de estima, consideração e amizade, mas que o considerava, atualmente, imbuído de ideias ultrapassadas.

Disse, ainda, que, na intervenção, o membro António Anes fizera uma série de referências vagas, sem conteúdo e sem fundamento, tendo mesmo atacado o Presidente da Câmara na sua eficiência, eficácia e na luta em defesa dos interesses do Concelho de Bragança.

Quanto ao que aquele membro dissera sobre o pavilhão multiusos, afirmou que o mesmo estava em estudo, relativamente ao IPB, referiu tratara-se de uma instituição respeitável e respeitada, a nível local e nacional, e, sobre o Museu da Língua, disse estar em construção e que existia dinheiro para a mesma.

Assim, disse que lhe causava alguma repugnância, enquanto cidadão de Bragança, atento e lutador das causas boas de Bragança, a atitude do CHEGA e o uso da linguagem usada, que considerava ser entusiástica de uma luta desalmada contra a sociedade portuguesa e que estava a levantar ondas graves a nível nacional, bem como a forma insultuosa como via a causa da Câmara Municipal, pois esta lutava pela eficácia, eficiência e sucesso do Concelho de Bragança.

**António Anes** - Abdicou do uso da palavra após ser informado, pela Mesa da Assembleia, de que dispunha de 58 segundos.

Sendo, dez horas e quarenta e dois minutos, a Sra. **Presidente da Assembleia** deu por encerrado o PAOD e informou de que, aos próximos pontos, seria aplicada a Grelha B, prevista no Regimento.

#### **Ponto 4 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

#### **Ponto 4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município**

### **SESSÃO ORDINÁRIA DE 25 DE JUNHO DE 2025**

#### **– Estado e Vida do Município –**

*Conforme alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, apresento para apreciação a presente informação escrita acerca da atividade da Câmara Municipal e da situação financeira do Município, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal, que teve lugar a 29 de abril de 2025.*

#### **1. Gestão, organização interna e relacionamento com os municípios**

##### **Finanças do Município**

Apresentam-se, a seguir, as atividades que se consideram mais relevantes, no período de 2025.01.02 a 2025.05.31, bem como uma breve análise à componente financeira do ano 2025, efetuando-se, sempre que pertinente, a sua comparação com período homólogo.

Informamos que a taxa de execução da receita refere-se à cobrança líquida, enquanto a taxa de realização da despesa diz respeito à despesa efetivamente realizada.

O orçamento inicial do Município, para o exercício de 2025, foi aprovado pelo valor de 61.255.000,00€, incluindo na sua componente corrente, receitas no valor de 45.828.300,00€ e despesas no valor de 32.873.315,00€. Para as rubricas de capital, as receitas foram fixadas em 15.338.500,00€ e as despesas em 28.381.685,00€. As outras receitas apresentam um valor de 88.200,00€. Considerando as fontes de financiamento mencionadas, estimou-se que parte das despesas de investimento seria financiada por receitas de caráter corrente.

Com o objetivo de ajustar as dotações às necessidades decorrentes das decisões tomadas, a gestão orçamental foi concretizada por uma variação (face ao orçamento inicial), de 26.644.506,53€, tendo sido efetuadas, até 31 de maio, onze alterações ao orçamento municipal, incluindo nove permutativas e duas modificativas.

Como resultado das referidas alterações orçamentais, o orçamento corrigido apresenta dotações no montante de 87.899.506,53€, composto por 45.990.700,00€ de receitas correntes e 49.368.406,53€ de despesas correntes. Na vertente de capital, as receitas ascendem a 15.635.400,00€ e as despesas a 38.531.100,00€. As outras receitas totalizam 26.273.406,53€, incluindo o saldo da gerência anterior, no valor de 26.185.206,53€.

Relativamente à execução orçamental do ano de 2025, a receita apresenta, em 31 de maio, uma taxa de execução de 53,22%, com valores cobrados na ordem dos 46,77 milhões de euros. Em comparação com o período homólogo de 2024, verificou-se um acréscimo na receita arrecadada de 14,88%, ou seja 6,05 milhões de euros, originada, em grande parte, pela execução (1,30 milhões de euros) na sua componente corrente.

Destacando-se a representatividade das diversas fontes de receita, observa-se:

- Os impostos diretos apresentam um crescimento, face ao ano anterior, de 30,55%. Incluem o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Único de Circulação (IUC) e o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT). No ano em apreço, no conjunto destes impostos, a cobrança ascende a 1.700.144,03€ e, deste valor, 53,00%, ou seja, 901.220,51€, corresponde a receita proveniente do IMT;

- A componente de taxas, multas e outras penalidades, com cobrança na ordem de 929.177,81€, aumentou 5,59%, face ao ano anterior;

- Os rendimentos de propriedade, provenientes de juros, dividendos e outras participações em lucros, rendas de terrenos e outros, incluem como valor mais significativo a cobrança da renda de concessão paga pela EDP. Este crescimento é originado pelo facto de a receita do 4.º trimestre de 2024 só ter sido recebida em 2025 (525.915,49€), sendo, para tal, considerada como execução da receita, no período em análise, esta variação em relação a 2024 no valor de 695.691,96€. Deve-se, também, ao facto da cobrança referente ao 1º trimestre do ano de 2024 só ter ocorrido no mês de abril, pelo que, assim, não foi considerada na execução do ano de 2024 no 1.º trimestre, mas no 2.º trimestre;

- Relativamente às transferências correntes, o seu valor de 10.543.610,81€ advém, na sua quase totalidade (99,97%), da Administração Central que, neste período, regista um aumento de 89.331,56€, face ao valor recebido no período homólogo. Fazem parte destas receitas as transferências decorrentes da publicação da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que veio estabelecer o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, designadas de Fundo de Financiamento da Descentralização que, no domínio da Educação e Ação Social, ascendem, respetivamente, a 2.270.535,00€ (2.258.460,00€ receita corrente e 12.075,00€ receita de capital) e 134.445,00€;

- As transferências (correntes e capital) provenientes do OE (ao abrigo do RFALEI), atingiram o valor de 9.886.900,00€. Estas verbas consubstanciam a participação do Município nos recursos públicos [FEF, FSM e PVIRS, o excedente a distribuir pelos municípios (n.º 3, do artigo 35.º, do RFALEI) e a participação no IVA];

- A venda de bens e serviços traduzem, face a 2024, um acréscimo de 2,46%. Com um volume cobrado de 3.101.942,79€, contribui para esta variação a cobrança associada aos resíduos sólidos.

Quanto ao orçamento de despesa, no ano de 2025, registaram-se pagamentos de 17,06 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de execução de 19,41%. Esse desempenho representa um acréscimo, relativamente ao apurado no período homólogo para o ano 2024, de despesa paga em 7,57%. Para este aumento de 1.200.550,84€, contribuíram com maior destaque (em 1.068.155,78€), as despesas correntes, sendo que neste agregado se destacam:

- A aquisição de bens e serviços, em valor absoluto de 772.240,87€ (com um acréscimo de 11,63%, relativamente ao ano anterior);

- As despesas com o pessoal, com um aumento de 450.045,08€, ou seja 9,52%, explicado, principalmente, pelas atualizações salariais, bem como pelo aumento da necessidade de novas contratações de pessoal, para colmatar as necessidades dos serviços;

- As transferências correntes apresentam um acréscimo de 10,11%, face ao período homólogo, totalizando um aumento de 159.813,81€.

Conforme explicitado anteriormente, as receitas correntes executadas acrescidas do saldo da gerência anterior corrente totalizam o valor de 34.015.456,14€ (17.521.264,61€ de receitas correntes e o saldo da gerência anterior corrente no valor de 16.494.191,53€). Este montante supera o total da despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos (14.539.508,84€ e 338.655,00€ respetivamente), verificando-se, assim, o cumprimento do equilíbrio orçamental para o período em análise.

Embora não contribuam para a execução orçamental, mas integrando os fluxos de caixa, as dotações não orçamentais apresentam, em 31 de maio, o valor de 2.435.007,76€, resultante do ajustamento ao saldo inicial transitado do ano de 2024, no valor de 2.481.244,42, dos pagamentos e recebimentos nos valores de 177.730,40€ e 131.493,74€, respetivamente.

Quanto à taxa de execução do orçamento da despesa em 2025, no âmbito das Grandes Opções do Plano (GOP), que englobam o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e Plano de Atividades Municipal (PAM), esta atingiu o valor de 8,94%, correspondendo a pagamentos de 3,88 milhões de euros. O PAM atingiu o valor de 2.220.611,62€, enquanto o PPI alcançou 1.668.213,71€. As despesas incluídas nas GOP foram, principalmente, orientadas para as funções sociais (59,07%) e outras funções (20,91%), totalizando despesas pagas de 2.296.992,44€ e de 813.169,30€, respetivamente. As funções sociais destacaram-se nos projetos associados à habitação e serviços coletivos (885.170,25€) e serviços culturais, recreativos e religiosos (908.039,31€).

Relativamente ao passivo, a autarquia regista (dados provisórios), em 31 de maio de 2025, uma dívida a terceiros de 4,72 milhões de euros, distribuída pela componente não corrente, no valor de 0,80 milhões de euros (empréstimos bancários), e corrente, com 3,91 milhões de euros.

Em comparação com o mesmo período do ano anterior, observou-se uma diminuição das dívidas a terceiros no montante de 665.720,01€ euros, o equivalente a menos 12,35%, com maior redução na componente corrente.

Entre as dívidas de curto prazo a terceiros incluem-se 122.138,46€ relativos à empresa Águas do Norte, S.A, bem como os credores de cauções (fundos alheios à autarquia que se encontram depositados em contas específicas de disponibilidades e passíveis de utilização, para restituição, a qualquer momento), no valor de 2.422.998,71€.

As provisões para riscos e encargos - processos judiciais em curso - de acordo com os processos instaurados e que se encontram pendentes em 31 de dezembro de 2024, sobre os quais coube recurso para os tribunais competentes, ascendem ao valor global considerado previsível de 33.085.758,75€.

O Município de Bragança considerou dar especial importância ao princípio da prudência, encontrando-se aprovisionada a totalidade da dívida que o próprio impugnou, por considerar indevida, à sociedade Águas do Norte, S.A., cujo valor ascende a 29.315.238,12€.

- Entre 1 de abril e 31 de maio de 2025, pelo **Serviço de Compras e Armazéns**, foram adjudicados um total de 1.090.045,14€, distribuídos da seguinte forma: 357.025,17€ através

de concursos públicos, 437.238,11€ através de consultas prévias, 26.950,50€ através de ajustes diretos e 268.831,86€ através de ajustes diretos regime simplificado.

- Pelo **Serviço de Taxas, Contraordenações e Metrologia**, em articulação com os outros serviços, destaca-se:

- Processos de execução fiscal instaurados: 290; Valores instaurados: 5.385,23€; Citações expedidas: 290;

- Recebimento de 24 autos de contraordenação rodoviárias, via plataforma, com a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, dos quais 72 foram regularizados pelo seu pagamento.

- Registo de 3 autos por processos de contraordenações gerais;

- Concluídos 20 processos de contraordenações gerais, tendo resultado 2 admoestações, 14 arquivamentos, 1 anulação e 3 pagamentos da execução de coima;

- Concluídos 2 processos de ressarcimento de danos causados ao Município, cujo valor recebido ascende a 649,11€;

- Efetuadas 16 verificações de controlo metrológico, com o valor cobrado de 574,69€. De referir que, deste montante, 25% é transferido para o Instituto Português da Qualidade;

- Emitidas 5 certidões e 5 selos de residente.

- Pelo **Serviço de Contabilidade**, nas suas diversas tarefas administrativas e técnicas, no período de 1 de abril a 31 de maio de 2025, destaca-se a análise e registo de 1.548 faturas, a emissão de 1.217 ordens de pagamento e a conferência de processos de despesa, nomeadamente, 613 cabimentos e 604 compromissos.

- Pelo **Serviço de Tesouraria** destaca-se a realização de 1.195 ordens de pagamento e efetuados 1.784 movimentos bancários (depósitos e levantamentos) nas diversas contas bancárias da autarquia.

- Pelo **Serviço de Expediente Geral**, para além das tarefas normais afetas ao Serviço, destaca-se o tratamento de 2.630 documentos, em suporte de papel, e a expedição de correspondência, num total de 3.567 unidades;

- Foram emitidos 12 certificados de Registo de Cidadãos da União Europeia;

- Procedeu-se à redação e divulgação de 133 Editais.

- Pelo **Serviço de Recursos Humanos**, procedeu-se ao acompanhamento de 68 procedimentos concursais por tempo indeterminado e 10 a termo resolutivo certo;

- Foram desenvolvidas 11 ações de formação.

- O **Arquivo Municipal** registou 134 requisições internas de documentação e investigações e foram enviados, via e-mail, 456 documentos em suporte digital e fornecidos 16 em suporte papel;

- Foram atendidos 11 investigadores externos e disponibilizados 50 processos e 22 livros de consulta.

- Pela **Divisão de Informática e Sistemas Inteligentes**, entre inúmeras tarefas afetas à equipa, destaca-se a receção de 224 pedidos de intervenção, resolvidos na totalidade,

num tempo médio de resposta de 1 hora e dezasseis minutos e num tempo médio de resolução de 5 horas e 7 minutos;

- Encontra-se em curso o projeto de reformulação do site institucional, visando uma presença digital mais moderna, acessível e centrada no cidadão;
- No período em referência, o site do Município de Bragança registou 23.403 utilizadores ativos (utilizadores que interagiram, incluindo repetições e retornos);
- Encontra-se a decorrer o fornecimento faseado de equipamento informático para substituição de equipamentos obsoletos, num investimento global de 74.990,00€ (+IVA);
- Foi preparado um procedimento para aquisição de equipamentos destinados à atualização da *rede core* e *switches* de acesso, com um preço base de 85.000,00€ (+IVA).

### **Relacionamento com os municípios**

- O **Balcão Único de Atendimento** do Município de Bragança, nas suas mais diversas vertentes e serviços, registou um total de 6.879 atendimentos presenciais, incluindo com marcação prévia (com registos reduzidos face à média de atendimento). A média diária foi de 172 atendimentos a municípios;
- Neste período destaca-se a entrada de 284 pedidos de emissão de Cartões do Município;
- No mesmo período, foram rececionados, via **plataforma “NOPAPER”**, 256 emails, relacionados com licenciamento de construção/reconstrução/ampliação/legalização de edifícios. Salienta-se a importância de outros canais de atendimento, tais como o email e o telefone, que continuam a ser muito procurados pelos municípios para evitar as deslocações presenciais.
- A **Assessoria Jurídica e Contencioso**, para além das normais tarefas diárias é, igualmente, responsável pela gestão do processo de receção, tratamento, registo, resposta e arquivo dos elogios, sugestões, pedidos de informação, ocorrências e reclamações do Município. Assim, no período em referência, deu resposta a: 5 reclamações apresentadas em livro físico, com envio do respetivo ofício através de carta registada para a AR, bem como a 15 reclamações, 23 pedidos de informação e 1 sugestão, todas elas apresentadas no site do Município.

## **2 - Coesão Social**

### **Educação**

- O Auditório Paulo Quintela recebeu, no dia 24 de abril, a **Ação de Formação “Construir Laços: a Escola enquanto ECMJI, o papel da escola na promoção e proteção da infância”**. A formação foi dirigida a profissionais de educação e foi promovida pelo Município de Bragança, CPCJ de Bragança, Unidade Local de Saúde do Nordeste, NACJC-UCC Bragança, CFAE - Bragança Norte e Instituto Politécnico de Bragança.

- Encontra-se a decorrer a candidatura aos apoios no âmbito da Ação Social Escolar, nas modalidades da refeição, fichas escolares/cadernos de atividades, Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e Componente de Apoio à Família (CAF) para crianças da educação pré-escolar e alunos do 1º ciclo do ensino básico dos estabelecimentos de ensino público do concelho de Bragança, tendo sido rececionados pelo serviço de educação do Município, até ao momento, um total de 441 requerimentos (340 do 1º ciclo do ensino básico e 101 dos jardins de infância).
- No período em referência, foi dada continuidade à oferta de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) a todas as crianças dos jardins de infância da rede escolar pública situados na cidade de Bragança, na interrupção das atividades educativas da Páscoa, com 197 crianças inscritas.
- A Escola Fixa de Trânsito iniciou, no dia 1 de abril, as suas atividades de sensibilização sobre segurança rodoviária, tendo realizado, até ao final do mês de maio, 29 ações, nas quais participaram 562 alunos.
- No Centro de Ciência Viva de Bragança foi dada continuidade ao projeto “Escola Ciência Viva”, com os alunos do 3.º e 4.º anos das escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico (1º CEB) dos agrupamentos de escolas da rede pública e privada. De 7 de outubro de 2024 a 6 de junho de 2025, cada turma esteve no CCVB a viver e a sentir uma experiência diferente de aprendizagem, abrangendo um total de 395 alunos, tendo no período em referência participado nas atividades 105 alunos.
- O Município de Bragança, com o apoio da União de Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo, e em parceria com o Centro Ciência Viva, o Zasneta, a PSP e a Escola Superior de Educação do IPB, comemorou o **Dia Mundial da Criança**, nos dias 3 e 4 de junho, no Parque Temático da Trajinha, tendo envolvido cerca de 2 mil crianças. O programa contemplou espetáculos de teatro infantil, laboratório de Ciências, workshop de sensibilização ambiental, demonstração de meios policiais, jogos didático-desportivos, insufláveis, pintura, música e dança, com oferta de um lanche saudável a todos os participantes.
- Encontra-se a decorrer a 2ª fase de auditoria e controlo do fornecimento de refeições escolares nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo e de suplementos alimentares aos alunos do 1º ciclo posicionados no escalão 1 do abono de família, pelo LCQA – Laboratório de Controlo e Qualidade Alimentar, Lda. – Bragança. Esta auditoria visa desenvolver ações de verificação, abrangendo todo o desenrolar da operação, incluindo o cumprimento das boas-práticas, a adequação dos controlos existentes, os níveis de formação do pessoal, as garantias de segurança alimentar e o cumprimento da legislação em vigor.
- No âmbito da conclusão da 1.ª fase de auditoria foram detetadas inconformidades com necessidade de tratamento adequado, da responsabilidade do Município, tendo-se tornado necessário proceder à aquisição de utensílios/louça para os refeitórios/unidades recetoras das refeições escolares, por forma a garantir a implementação imediata de ações corretivas e tratamento devido das inconformidades.

- No âmbito da desinfeção nas instalações dos edifícios municipais, a empresa adjudicatária Nordhigiene – Pest-Control deu continuidade aos trabalhos especializados, tendo sido realizadas, neste período, oito intervenções de controlo de pragas diversas.

### **Ação Social e Saúde**

- Encontra-se em execução o **projeto SILVER ECONOMY – JOBS**, que prevê a criação de novos postos de trabalho associados às necessidades da população *silver* que constituem o principal grupo demográfico da maioria das localidades da zona de cooperação.

- **Relativamente ao Serviço de Ação Social e Saúde (SASS)**, no período compreendido entre os dias 8 de abril e 9 de junho de 2025, realizaram-se 45 atendimentos sociais. Nestes atendimentos, analisaram-se diferentes pedidos de apoio social solicitados, mediante a elaboração de diagnósticos, com consequente encaminhamento e acompanhamento social a indivíduos e famílias.

- Acresce a realização de **visitas domiciliárias**, no âmbito do acompanhamento de uma diversidade de situações/problemáticas e para avaliação social, tendo-se efetuado 10 visitas domiciliárias da equipa técnica do SASS (zona rural e urbana) / equipa técnica de acompanhamento dos bairros sociais municipais.

- Relativamente ao **Tarifário Família Carenciada (TFC)**, para o período em análise, foi elegível 1 família. De referir que este programa, direcionado para os munícipes em situação de vulnerabilidade e carência económica, integra um conjunto de medidas compensatórias a aplicar face à crise, cujo apoio reflete uma redução de 70% sobre o valor mensal da fatura a pagar, incluindo o consumo de água, saneamento e resíduos urbanos.

- Enquadrado no Regulamento Municipal de Atribuição de **Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior**, procedeu-se à elaboração do Relatório de Análise da 4.ª Fase, para o ano letivo de 2024/2025, sendo elegíveis 9 candidaturas, perfazendo um apoio de 7.560,00€.

- No âmbito do **Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação do Município de Bragança (PMIND)**, foram realizadas diferentes ações, em articulação com a equipa do Radar Social, destacando-se a realização da ação de informação/sensibilização sobre violência no namoro.

- Nos dias 7 e 8 de maio de 2025, realizou-se a **XIII Feira de Emprego, Educação e Solidariedade 2025**, promovida pelo Município de Bragança, em parceria com o Centro Social e Paroquial dos Santos Mártires, a União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo, o IEFP, I.P., o Brigantia Ecopark e a Associação Académica do IPB. Neste evento participaram 52 entidades, ocupando um conjunto de 62 stands, especificamente, 4 empresas, 18 IPSS e 2 projetos de entidades de cariz social, 7 instituições escolares, educacionais e formativas, 10 instituições públicas, 5 associações e 6 entidades privadas com atuação na área social.

- No período de abril a junho de 2025, a equipa técnica do **Radar Social** realizou 14 atendimentos sociais e 39 visitas domiciliárias, no contexto das diferentes atividades. Neste período, foram realizadas 96 articulações com outros serviços e entidades parceiras.
- O **Grupo de Trabalho para Pessoas em Situação de Sem-abrigo** (NPISA) realizaram duas reuniões com a participação técnica da DASS/SAAS, e respetivos parceiros, tendo integrado quatro pessoas em situação de sem-abrigo na resposta social de Apartamento Partilhado, da Associação Reaprender a Viver.
- O Município de Bragança apoiou, para o ano de 2025, 115 agregados familiares com um total de 140.616,87€, no âmbito do **Fundo Municipal de Apoio ao Arrendamento para Habitação**. Todavia, ainda durante o prazo legal de candidaturas, foram rececionadas e, posteriormente, aprovadas mais duas candidaturas, num apoio total de 2.880,00€.
- Relativamente ao **Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)**, entre abril e junho, foram realizados 395 atendimentos sociais, sendo que foram realizados 4 atendimentos de emergência social (LNES). Por outro lado, esta equipa realizou 46 visitas domiciliárias, no contexto das diferentes atividades/atribuições. Neste período, foram realizadas 44 articulações com outros serviços e entidades parceiras.
- No domínio da **promoção e proteção de menores (CPCJ)**, tendo presente a monitorização e acompanhamento de processos instaurados por parte dos elementos da Comissão Restrita, foram realizadas 16 visitas domiciliárias, quer no perímetro urbano quer no perímetro rural do concelho de Bragança, aos quais acresce a realização de 22 atendimentos presenciais.
- Decorreu, no dia 27 de maio, uma reunião **entre a Procuradoria da República da Comarca de Bragança** e a área social do Município de Bragança, a par de outros municípios representados, no sentido de analisar as condições para a criação de uma "Bolsa de Acompanhantes de Maior Acompanhado" na Comarca de Bragança, garantindo o apoio e a representação dos mais vulneráveis, pela sua condição de saúde e isolamento.

## **Atividade 1.1 - Animação e Equipamentos culturais**

### **Centro de Arte Contemporânea Graça Morais:**

- No período em análise estiveram patentes as exposições "A Natureza e a Graça", da Pintora Graça Morais, no espaço de exposições Graça Morais e "Trípticos - Farsas e Fábulas," do Pintor Jorge Galindo no espaço de exposições temporárias.
- Nos meses de abril a maio de 2025, foram realizadas 14 visitas guiadas/jogo, solicitadas por escolas e instituições, e visitaram o espaço 1.752 pessoas, sendo 1.319 de nacionalidade portuguesa, 292 espanhola e 141 de outras nacionalidades.

### **Museu Ibérico da Máscara e do Traje:**

- Durante os meses de abril a maio, foram realizadas 20 visitas guiadas e visitaram o museu 2.804 pessoas, sendo 1.436 de nacionalidade portuguesa, 1.073 espanhola e 295 de outras nacionalidades.

- De 4 de junho a 31 de julho está patente ao público a exposição “Máscaras (Re)Inventadas”, de Acácio Pradinhos.

#### **Teatro Municipal de Bragança:**

- Nos meses de abril a maio, o Teatro Municipal (TMB) acolheu 21 espetáculos, num total de 33 sessões, nas diversas áreas artísticas: Dança, Multidisciplinar, Música e Teatro (7 espetáculos em abril e 14 espetáculos em maio). Neste período, assistiram aos espetáculos 4.615 espetadores, com uma taxa de ocupação de sala global de 83,45%.

No mesmo período, salienta-se, ainda:

- A continuidade do “ASPAS” - Ciclo de Teatro de Bragança, com o acolhimento de 3 espetáculos de Teatro (abril 2025), bem como dos ciclos de programação “Café Duplo” e “Festival Interior com Voz”. Continuidade de espetáculos e atividades paralelas de Serviço Educativo: “Ai de Mim, Ai do Eu”, com a apresentação de oito sessões “fora de portas”, em três Escolas / Centros Escolares da cidade de Bragança, no âmbito da rubrica de Serviço Educativo “O Artista Vai à Escola”; “Fernando & Pessoas” e “Teatro AoVido – O Morgado de Fafe Amoroso” (Ensino Secundário) e “Volta ao Mundo em 40 Minutos” (1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico). Continuidade do acolhimento da Comunidade Artística local. Neste particular, no âmbito da rubrica “Teatro Aberto”, foram acolhidos os três Agrupamentos de Escolas e a Escola Superior de Educação do IPB, no Teatro Escolar, bem como os três Festivais de Tunas.

- A participação do Coro BRICHOIR'T - Conservatório de Música e Dança de Bragança -, no concerto “REQUIEM de Mozart”, numa coprodução TMB com a Orquestra Sinfónica / Coro Sinfónico Inês de Castro (Coimbra).

- No mês de abril de 2025, na área de Dança, destaque para Streaming do espetáculo “Copélia ou a Rapariga dos Olhos de Esmalte”, pela Companhia Nacional de Bailado, na área da Música para: “Tiago Sousa”, “Requiem de Mozart” e “Rita Redshoes // Tiago Bettencourt”, e na área do Teatro: “Lembra-te dos meus Pecados”, pela Momento Artistas Independentes, “Uma Rua de Cada Vez”, pela Narrativa Ensaio e “Cartas de Guerra 61-74”, pela Casa da Esquina.

- No mês de maio, de destacar, na área Multidisciplinar: “Ai de Mim, Ai do Eu”, pela Circolando, e “A Volta ao Mundo em 40 Minutos”, por Rui Queiroz de Matos; Na área da Música: “XXV FITAB”; “XVIII CAPOTE”; “A Sedução da Melodia”; “XII RAUSS & TUNA’S” e “Íluri Oliveira & Daniela Antunes” (Café Duplo); Na área de Teatro: “Cluedo”, pela Escola Superior de Educação (IPB); “Bonecos de Cera ao Por do Sol”, pelo Agrupamento de Escolas Abade de Baçal; “Fernando & Pessoas”, pela Poetas & Faunos; “15 Personagens à procura de um Encenador”, pelo Agrupamento de Escolas Emídio Garcia; “A Birra do Morto”, pelo Agrupamento de Escolas Miguel Torga; “Teatro

AoVido – O Morgado de Fafe Amoroso”, pelo TeatroEnsaio, e “Mulher de”, pela Cegonha Bando de Criação.

#### **Biblioteca Municipal e Biblioteca Adriano Moreira:**

- Nos meses de abril e maio de 2025, passaram pela Biblioteca Municipal 3.091 utilizadores, distribuídos pela secção de adultos, secção infantil e Biblioteca Adriano Moreira. Procedeu-se ao empréstimo 2.020 documentos (monografias e audiovisuais), foram consultados, presencialmente, 381 documentos e registaram-se 553 leitores ativos e 53 novos leitores.

- Nos serviços técnicos, foram catalogados, classificados e indexados 41 novos documentos.

- No processo de revisão da base de dados bibliográfica, foram validados 150 registos, que perfaz um total de 48.273, num universo de 57.411 registos.

- No serviço de animação e extensão cultural, realizaram-se 30 eventos de promoção de leitura, onde participaram 2.421 crianças, jovens institucionalizados em entidades do concelho e público em geral.

- No dia 19 de abril, foi apresentado o livro “Sementes de amor”, do autor Desidério Cubo.

- Foram realizadas as sessões do Clube de Leitores de Bragança, nos dias 23 de abril e 22 de maio, e as sessões dos Sábados de Encantar, nos dias 26 de abril e 24 de maio.

- Destaque para a caminhada da informação “Recursos hídricos: factos e mitos”, no âmbito do projeto europeu “Citizens and Libraries Against Disinformation” (CLAD), que envolveu, no dia 17 de maio, 60 pessoas, maiores de 16 anos;

- Entre os dias 21 e 24 de maio, decorreu o **Festival Literário de Bragança 2025**, que congregou, na Biblioteca Municipal, apresentações de livros, encontros com escritores, sessões de contos, palestras e espetáculos, totalizando a participação de 1.311 pessoas.

- No dia 30 de maio, foi apresentado o livro “O miúdo que sonhava ser poeta”, do autor Desidério Cubo, editado pela União das Freguesias Sé, Santa Maria e Meixedo.

#### **Centro Cultural Municipal Adriano Moreira – Exposições:**

- De 21 de maio a 13 de julho está presente, na Sala Luís de Camões, a exposição “Alquimia da cor”, de Paulo Fontinha.

- Desde o dia 21 de maio que, na sala Miguel Cervantes, está patente a exposição “Mulheres na Culinária Portuguesa”, de Virgílio Gomes, com livros escritos por mulheres desde o Sec. XIX e objetos da mesa, especialmente em porcelana e em prata.

- Nos meses de abril e maio, visitaram as exposições 783 pessoas.

#### **Centro de Fotografia Georges Dussaud:**

- Desde o dia 15 de novembro de 2024, está patente a exposição permanente “A Terra e os Camponeses, Trás-os-Montes na Década de 80”, com fotografias de Georges Dussaud.

- Na sala de exposições temporárias, foi aberta ao público, no dia 6 de junho, a exposição “(d)A Espantosa realidade das coisas”, de Adelino Marques.

- Nos meses de abril e maio, foram realizadas 5 visitas guiadas e visitaram o centro 1.808 pessoas, sendo 562 de nacionalidade portuguesa, 739 espanhola e 507 de outras nacionalidades.

#### **Centro de Interpretação da Cultura Sefardita do Nordeste Transmontano:**

- Nos meses de abril e maio, visitaram o centro 860 pessoas, sendo 449 de nacionalidade portuguesa e 310 de outras nacionalidades.

#### **Museu Nacional Ferroviário Bragança:**

- Nos meses de abril e maio, foram realizadas 13 visitas guiadas e visitaram o museu 1.697 pessoas, sendo 1.200 de nacionalidade portuguesa e 497 de outras nacionalidades.

#### **Projeções Cinematográficas:**

- Nos meses de fevereiro e março de 2025, continuaram as projeções cinematográficas, no Auditório Paulo Quintela, com a realização de 9 sessões de projeção no mês de abril, assistidas por 305 espetadores e 10 sessões no mês de março, assistidas por 362 espetadores.

#### **Desporto e juventude**

- No período em análise, foi feita a gestão das instalações desportivas e dado apoio à realização de torneios e competições oficiais, apoiados pelo Município de Bragança.

- Nos meses de abril e maio, no âmbito do programa de **Passeios Pedestres 2025**, do projeto Bragança Saudável, Bragança Solidária, realizaram-se 4 caminhadas, nas localidades de Milhão, São Julião de Palácios (Passeio da Liberdade), Alfaião e Aveleda, em que participaram 430 caminhadores.

- A piscina municipal recebeu, nos dias 7 e 14 de abril e 5, 12, 19 e 26 de maio, os participantes do programa **Desporto Sénior no Meio Rural** para uma aula de hidroginástica. Estiveram presentes 120 alunos e alunas, provenientes das freguesias de Coelhoso, Gimonde, Grijó de Parada, Milhão, Parada, Pinela, Salsas, São Pedro de Sarracenos e São Julião de Palácios.

- Realizou-se, no dia 26 de abril, mais uma edição do **Torneio Internacional de Natação – Cidade de Bragança**, que recebeu, este ano, 270 atletas, em representação de onze clubes. O Torneio foi organizado pelo Município de Bragança e pela Associação Regional de Natação do Nordeste (ARNN).

- No dia 1 de maio realizou-se a **24.ª edição do Encontro de Jogos Tradicionais do Concelho de Bragança**, na vila de Izeda, com a presença de cerca de 300 participantes, provenientes de 20 freguesias do concelho, nas modalidades: Raiola (pares, M/F), Malha (pares, M/F), Relha (individual), Ferro (individual), Fito (pares) e Paus (individual), para adultos; Jogo do Burro, Tração à Corda, Raiola e Malha, para jovens; e Jogo do Burro, Tração à Corda e Corrida de Sacos, para crianças.

- Realizou-se, no dia 11 de maio, a **IV Meia Maratona das Cantarinhas**, que contou com 3.031 participantes, o que representa um crescimento de 10% face ao ano anterior. Nas provas principais, registaram-se, também, aumentos significativos. Nos 21 km, um

aumento de 40%; nos 10 km, um acréscimo de 10%; na corrida de 5 km, mais 10% de participantes e na caminhada, um crescimento de 16%. A Meia Maratona das Cantarinhas é uma prova de atletismo promovida pelo Município de Bragança e organizada pelo Ginásio Clube de Bragança, em colaboração com a União das Freguesias da Sé, Santa Maria e Meixedo, a Polícia de Segurança Pública, o Agrupamento XVIII Escuteiros da Junta Regional de Bragança do Corpo Nacional de Escutas, os Bombeiros Voluntários de Bragança e a Junta de Freguesia de Pinela.

- Encontra-se a decorrer a **37.ª edição do Torneio da Função Pública de Bragança em Futsal**, no Pavilhão Municipal Arnaldo Pereira, promovido pelo Município de Bragança, envolvendo a participação de 16 equipas, divididas em dois grupos. Este ano a entidade organizadora é o Comando Distrital da GNR equipa vencedora da edição anterior, sendo promotor o Município de Bragança.

- No estádio municipal, durante o mês de maio, foi efetuada a manutenção do relvado no âmbito do contrato da 1ª fase da manutenção anual.

- Em relação ao número de **utilizadores dos equipamentos desportivos municipais**, durante os meses de abril e maio, foram registados 10.407 na piscina municipal 3.583 no Pavilhão Municipal Arnaldo Pereira, 1.734 no Pavilhão da Bancada, 2.561 no Pavilhão da Coxa, 315 no Estádio Municipal, 5.006 no Campo do CEE, 16 na Pista de Atletismo e 211 no Pavilhão da EB1 Paulo Quintela.

### **Ambiente e sustentabilidade**

- Foi apresentado, no dia 9 de abril, um projeto do Município de Bragança para o **tratamento do cancro do castanheiro**, um procedimento que permitirá tratar de mais de 50 mil árvores, num investimento de cerca de 750 mil euros, decorrentes de uma candidatura a fundos comunitários, que orça em mais de um milhão de euros.

- Foi realizada, no dia 15 de maio, uma **visita técnica de acompanhamento ao projeto de “Tratamento da Vespa das Galhas do Castanheiro”**. Um investimento do Município de Bragança na ordem dos 225 mil euros, que representa um total de 967 largadas em diversos soutos do concelho. Financiada, em parte, por fundos comunitários (cerca de 1/3 das largadas), prevê-se que esta medida tenha um impacto significativo na produção de castanha, a favor da salvaguarda dos produtores agrícolas do concelho.

- No **setor das águas e saneamento**, nos meses de abril e maio de 2025, foram colocados 21 contadores, efetuadas 65 substituições e 207 mudanças de nome, 14 reparações de ruturas, 8 reparações de edifícios, 219 limpezas de fossas/cisternas e 11 desobstruções de coletores.

- No âmbito do **controlo de animais errantes**, foram recolhidos 17 canídeos e 54 felídeos da via pública. Destes animais, 14 canídeos e 9 felídeos foram adotados e 45 felídeos foram devolvidos à colónia de origem. Importa referir que os animais adotados e os devolvidos à colónia de origem são esterilizados, com o objetivo de controlo de reprodução.

- No âmbito do **Plano de Destruição de Cadáveres de Animais de Companhia**, foram recolhidos e encaminhados para destruição 1.200 kg de cadáveres de animais de companhia.
- Em colaboração com as Autoridades Policiais, foram efetuadas **8 ações de fiscalização e controlo** em situações de denúncias de maus-tratos a animais.
- No âmbito do **PACE – venda a retalho de géneros alimentícios de origem animal não transformados**, foram realizados 13 controlos oficiais a estabelecimentos, que visam assegurar a verificação do cumprimento da legislação comunitária e nacional relativa a esses géneros alimentícios, bem como as condições higiénicas e técnicas a observar na distribuição e venda dos mesmos.
- Foram efetuadas 5 vistorias de verificação de queixas de insalubridade e 2 vistorias a veículos de venda ambulante de géneros alimentícios.
- No âmbito do **Serviço Municipal de Proteção Civil** destaca-se o registo de 161 queimas. Na plataforma, online, foram registadas 648 queimas, no período em referência.
- No âmbito do **Serviço de Espaços Verdes**, destaca-se a plantação de 22.515 unidades de flores de verão, a plantação/reposição de 4 árvores e 23 arbustos e a poda de, aproximadamente, 80 exemplares de árvores de alinhamento de grande porte, nas áreas de administração direta;
- No período em referência, foram limpos, aproximadamente, 20ha de faixas combustíveis, nas vias e áreas de cedência do Município;
- Foi, igualmente, dado apoio técnico e cedidas 43 árvores, da produção do viveiro Municipal, às Juntas de Freguesia de Carragosa, Baçal e Alfaião.
- No âmbito do **Gabinete Técnico Florestal**, regista-se a identificação e a destruição de 2 ninhos de vespa velutina, a monitorização quinzenal de 6 armadilhas e o respetivo registo nas plataformas “STOPvespa”, “GeoVespa” e “Vigilância Ativa”;
- Regista-se, igualmente, a monitorização quinzenal de 6 armadilhas de vespa velutina e o respetivo registo nas plataformas “GeoVespa” e “Vigilância Ativa”, tendo sido capturadas 62 vespas.
- No que respeita à **recolha de resíduos**, durante os meses de abril e maio, foram recolhidos 2.641,28 ton de resíduos sólidos urbanos indiferenciados, 63,87 ton de papel e cartão, 35,42 ton de plásticos, 43,12 ton de vidro, 5,84 ton de monstros, 28,50 ton de madeira, 10,78 ton de entulho e 12,32 ton de biorresíduos.
- No âmbito da **gestão cemiterial**, de abril a maio de 2025, foram realizadas 31 inumações, 8 concessões, 2 construções, 9 averbamentos e 1 limpeza de sepultura, nos cemitérios de Santo Condestável e Toural.
- No âmbito do **Serviço de Máquinas e Oficinas**, procedeu-se à limpeza de aceiros e caminhos florestais, com apoio de máquina de rastos, em 4 localidades, assim como à limpeza e regularização de bermas e valetas em várias estradas municipais e enchimento de caminhos rurais, em 3 localidades.

- Foi, também, realizada a manutenção de caminhos agrícolas/municipais, com recurso a destroçadoras, em 35 localidades, e com recurso a motoniveladoras, em 7 localidades.
- Foram garantidos apoios diversos às Juntas de Freguesia, com equipamentos municipais em 8 localidades e realizados trabalhos de manutenção de pavimentos na rede viária municipal, com limpeza de desmatação de bermas e valetas das estradas municipais, reposição de pavimentos, colocação de sinalética e mobiliário urbano vandalizado ou danificado.
- Foram, ainda, garantidos serviços diversos e de apoio ao serviço de águas e saneamento, em 9 localidades.
- Foram, também, executados trabalhos de execução de enchimentos e construção de charcas, manutenção de pavimentos na rede viária municipal, com limpeza e desmatação de bermas e valetas das estradas municipais, reposição de pavimentos, colocação de sinalética e mobiliário urbano vandalizado ou danificado.

### 3. Desenvolvimento Económico e Competitividade

#### Cultura e promoção económica

- Encontra-se em execução o **projeto SILVER ECONOMY – DIH**, que visa a elaboração de um inventário digital das empresas e agentes associados ao setor da economia *silver*, a implementação de soluções voltadas para a digitalização dos processos da empresa, destinada a promover o empreendedorismo tecnológico e a criação de um polo de Inovação Digital, com vista à criação de um centro de investigação e inovação.
- Encontra-se em execução o **projeto RedNEXT**, um projeto multirregional focado na melhoria da competitividade das empresas, promovendo o intra-empreendedorismo como modelo para enfrentar a dupla transformação, verde e digital.
- Encontra-se em execução o **projeto WOMENET – WOMEN ENTREPRENEUR**, com vista a criar uma rede transfronteiriça de mulheres empreendedoras.
- Decorreu de 12 a 13 de abril, a **XXIII Feira do Folar e do Azeite**, na vila de Izeda. 45 expositores, de todo o País, mas sobretudo do concelho de Bragança, marcaram presença no certame, com produtos como folar, azeite, doçaria, artesanato, maquinaria e equipamentos, entre outros. Organizado pela ADRI – Associação de Desenvolvimento da Região de Izeda, a XXIII Feira do Folar e do Azeite contou com o apoio do Município de Bragança.
- Mais de 500 expositores e feirantes de todo o País marcaram presença na **Feira das Cantarinhas e XXXVII Feira do Artesanato**. Esta última, teve lugar na Praça Camões, de 30 de abril a 4 maio, tendo estado presentes 68 expositores.
- No dia 10 de maio, Alfaião acolheu a **IX Feira do Cebolo**. Um certame organizado pela Junta de Freguesia, com o apoio do Município de Bragança, que reuniu vários expositores com diversos produtos da terra e artesanato. Além do comércio destes produtos, o certame contou com momentos recreativos, como o programa "Bom Dia Tio João", a atuação dos Gaiteiros d'Onor, Passeios a Cavalos e o Passeio de Carros, promovido pelo NAC – Nordeste Clube Automóvel.

- A **Banca na Praça** retomou no dia 10 de maio, realizando-se todos os sábados até ao final de setembro, das 9h às 13h na Praça da Sé.
- O **Mercado de Rua** reiniciou a 17 de maio de 2025. Nesta edição participaram 22 vendedores que, das 10h às 17h, venderam um conjunto variado de bens em 2.ª mão.
- Sob a temática “CARTA LITERÁRIA: Literatura, Cultura e Gastronomia” esta edição comemorativa do **IX Festival Literário de Bragança** apresentou, de 21 a 24 de maio de 2025, um programa multidisciplinar e descentralizado, dirigido ao público em geral e à comunidade escolar. Chefs, gastrónomos, jornalistas e escritores, tiveram a missão de descentralizar a literatura levando o Festival a diferentes locais, como a Biblioteca Municipal, o Auditório Paulo Quintela, alguns estabelecimentos de ensino dos Agrupamentos de Escolas de Bragança, à Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança, aos Estabelecimentos Prisionais de Bragança e de Izeda, IPSS, como a Obra Social Padre Miguel, Fundação Betânia e Santa Casa da Misericórdia e ao meio rural, nomeadamente através de um encontro intergeracional na União das Freguesias de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova. O programa integrou, também, a inauguração da exposição “Mulheres da Culinária Portuguesa”, do gastrónomo Virgílio Gomes, que está patente no Centro Cultural Municipal Adriano Moreira. O evento encerrou com um apontamento musical pelo Projeto “Famílias em Coro”, do Conservatório de Música e Dança de Bragança, e o lançamento da Coletânea da ALTM, “Paisagens Literárias”. O IX Festival Literário de Bragança foi promovido pelo Município de Bragança, pela Academia de Letras de Trás-os-Montes, e contou, este ano, com o apoio da Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança.
- Foram celebrados, no dia 26 de maio, **protocolos de colaboração** com 26 entidades culturais e de solidariedade social do concelho, no valor total de 98.583,00€, sendo 70.783,00€ o total dos apoios atribuídos às candidaturas de entidades que prosseguem fins culturais, artísticos e recreativos e de 27.800,00€ os apoios atribuídos às entidades que prosseguem fins de solidariedade social. Estes apoios permitirão, no mínimo, a organização de oito festivais/encontros de coros, mais de quarenta espetáculos e eventos de diversa índole, a manutenção/preservação de tradições ligadas à temática da máscara, assegurar a frente de casa nos espetáculos do Teatro Municipal e nas projeções cinematográficas no Auditório Paulo Quintela, participação em eventos organizados fora do concelho, por diversas entidades representando Bragança e o seu território, bem como a realização de várias ações de intervenção social junto da população local.
- O **Mercado Municipal** assinalou o “Dia Mundial da Criança”, no dia 31 de maio, com uma programação orientada para o público infantil, destacando-se a realização da hora da magia e a instalação de insufláveis.

## **Turismo**

- Bragança marcou presença na Expocidades 2025, que decorreu em Sarria, Galiza, entre os dias 2 e 4 de maio. Este evento, promovido pelo Eixo Atlântico do Noroeste

Peninsular, reuniu mais de 20 municípios de Portugal e Espanha, sendo uma montra privilegiada para a promoção turística, cultural e patrimonial das regiões participantes.

- De abril a maio de 2025, foram atendidas 3.441 pessoas no Posto Municipal de Turismo, designadamente, 1.915 em abril e 1.526 em maio.

### **Mobilidade**

- Nos meses de abril e maio, verificaram-se 1.304 **movimentos de aeronaves** (604 + 700, respetivamente), ou seja, mais 23,25% face ao período homólogo de 2024.

Em relação à carreira de serviço público Bragança-Vila Real-Viseu-Cascais-Portimão, e no mesmo período, a aeronave efetuou 181 movimentos (+98 movimentos em relação a período homólogo de 2024), tendo embarcado 315 passageiros e desembarcado 312, num total de 627 passageiros (+201 passageiros em relação ao período homólogo de 2024, ou seja +47%). Este resultado reflete a retomada, em pleno, do serviço da carreira no dia 20 de março de 2025, com 4 movimentos por dia.

- No âmbito do **Serviço de Transporte Urbano de Bragança** (STUB), foi registada, nos meses de abril e maio, uma receita de bilhética no valor total de 2.861,00€ (1.550,00€ em abril; 1.516,00€ em fevereiro e 1.311,00€ em maio), transportando um total de 46.530 passageiros.

- O **Serviço de Mobilidade** registou, no âmbito do serviço de transporte de turismo, a realização de 64 viagens **para atividades lúdicas e recreativas**, tendo transportado 2.056 passageiros e percorrido 7.362 quilómetros.

- Regista-se o transporte diário para almoço de crianças do 1.º Ciclo e para as piscinas, uma vez por semana, das Instituições Obra Kolping, Cáritas e Santos Mártires. Foi também efetuado o transporte de alunos para as atividades comemorativas do Dia Mundial da Criança.

- Foram efetuados 32 serviços de transporte, no âmbito de atividades de interesse municipal, aprovadas em reunião de Câmara.

- No que respeita aos **parques de estacionamento subterrâneos**, foram registadas no Parque Sá Carneiro 29.357 entradas, 28.983 saídas e uma receita de 12.494,85€ e no Parque Camões, 21.517 entradas, 21.323 saídas e uma receita de 13.415,90€.

- Encontra-se em execução o **projeto IBERLOBO**, que tem como finalidade a promoção da mobilidade sustentável e do turismo ativo no espaço de cooperação transfronteiriça. Este projeto responde ao duplo desafio, o demográfico e a necessidade de aumentar o número de visitantes e dormidas, numa perspetiva de sustentabilidade económica e turística do território.

## **4. Reabilitação Urbana**

### **Obras**

- No dia 25 de abril, foi **inaugurada a obra de reabilitação do Largo do Trêmbola**, em São Julião de Palácios, um investimento de 192.000,00€, suportado pelo Município de Bragança.
- O **Centro Nacional de Inovação Jurídica é candidato ao Prémio Mais Norte** da CCDRNORTE, um edifício reabilitado pelo Município de Bragança, sob a orientação do arquiteto Joaquim Portela. A votação pública e voluntária decorreu entre 15 e 31 de maio. A Gala de Entrega de Prémios vai realizar-se no dia 17 de junho.
- Foi **inaugurada**, no dia 24 de maio, **a Casa do Povo de Formil**, freguesia de Gostei. A obra de reabilitação da antiga escola primária representou um investimento superior a 200 mil euros, tendo sido comparticipada, em 150 mil euros, pelo Município de Bragança.
- No dia 25 de maio, o Centro Social e Paroquial de S. Pedro de Serracenos inaugurou o **Parque Geriátrico** e o **Jardim Sensorial de S. Pedro de Serracenos**. O Parque Geriátrico representa um investimento total de 55 mil euros, dos quais, cerca de 30 mil euros, cofinanciados através de uma candidatura junto da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. A restante verba foi assegurada pela Junta de Freguesia de São Pedro de Sarracenos e pelo Centro Social e Paroquial de São Pedro de Serracenos. Já o Jardim Sensorial, orçado em 65 mil euros, foi suportado pelo Centro Social e Paroquial de São Pedro de Serracenos, com o apoio do Município de Bragança, em 7.500€.

No período de 1 de abril a 31 de maio de 2025, foram abertos **8 concursos públicos** no valor de 1.395.717,00€ (+IVA), designadamente:

- Requalificação de frações de habitações sociais no bairro da Previdência e Mãe de Água (200.000,00€);
- Pavimentação de Rede Viária Municipal Urbana/Rural (497.000,00€);
- Remodelação e beneficiação das instalações municipais – diversas reparações no matadouro municipal de Bragança – fase 2 (370.000,00€);
- Implantação de WC modular no Skate Park (49.910,00€);
- Reconstrução de muros na zona histórica (50.000,00€);
- Elaboração de projeto de execução para a estabilização de talude no Portelo e travessia pedonal no Rio Sabor (20.000,00€);
- Execução da rede de saneamento e substituição da rede de água em Sortes (149.367,00€);
- Ampliação da rede de água em Gimonde (EN) (59.440,00€).

Encontram-se em **fase de contratualização/adjudicação**, no valor global de 2.304.686,72€ (+IVA):

- Aquisição de serviços para fornecimento de equipamentos e serviços de manutenção no âmbito das Medidas de Autoproteção de edifícios do Município de Bragança (36.753,80€);

- Requalificação de frações de habitações sociais no bairro da Previdência e Mãe de Água (192.777,06€);
- Execução da rede de saneamento em Vila Franca (752.182,60€);
- Execução da rede de saneamento na Paradinha Velha (244.278,20€);
- Pavimentação de Rede Viária Municipal (389.761,50€);
- Pavimentação de Rede Viária Municipal Urbana (459.956,60€);
- Elaboração do projeto de execução - Ampliação do cemitério do Santo Condestável (20.000,00€);
- Aquisição de serviços para elaboração de projeto de execução para o Parque Infantil da Braguinha (208.976,96€).

Encontram-se em **fase de elaboração de projetos e execução de serviços**, no valor global de 268.997,00€ (+IVA):

- Aquisição de serviços para auditoria de segurança rodoviária ao projeto de execução no âmbito das ligações transfronteiriças - ligação de Bragança e Puebla de Sanabria (35.000,00€);
- Aquisição de serviços para revisão de projeto de execução no âmbito das ligações transfronteiriças - ligação de Bragança e Puebla de Sanabria (79.940,00€);
- Requalificação da Iluminação do Pavilhão Municipal Arnaldo Pereira em Bragança para luminárias LED de elevada eficiência energética (45.567,00€)
- Elaboração de projeto de execução para reabilitação e valorização do rio Fervença: troço "Flor da ponte – zona do Polis" (19.490,00€);
- Aquisição de serviços para elaboração de projeto de execução do Parque Verde da Coxa (30.000,00€);
- Aquisição de serviços para elaboração de projeto de execução da Estrada do Turismo e Escadaria de S. Bartolomeu (40.000,00€);
- Aquisição de serviços para elaboração de projeto de execução para a requalificação da Igreja de São Francisco (19.000,00€).

Encontram-se em **fase de execução as seguintes empreitadas**, no valor global de 4.492.143,31€ (+IVA):

- Rede de saneamento e instalação de uma ETAR, na aldeia de Vilarinho (596.507,00€).
- Substituição da rede de abastecimento de água e execução de rede de águas pluviais na rua do Pinhal - Santa Comba de Rossas - Bragança (126.240,00€).
- Ampliação da rede de saneamento em França em cerca de 250 metros e ampliação da rede de água numa extensão de 100 metros (trabalhos efetuados por Administração Direta).
- Requalificação dos acessos da A4 a Quintanilha e a Réfega (247.500,00€);
- Requalificação e conservação do edifício e beneficiação do sistema AVAC do Museu Abade Baçal (172.852,90€);

- Reabilitação das instalações e equipamentos de telecomunicações no Museu Abade Baçal (172.852,80€);
- Beneficiação e instalações de equipamentos e sistemas elétricos da Domus Municipalis (25.200,58€);
- Construção do Museu da Língua Portuguesa, com um montante acumulado de trabalhos executados de 3.046.583,41€ [trabalhos complementares para suprimentos de erros e omissões: 328.074,97€+IVA pagos a 50% pelo Dono de Obra, ou seja, 164.037,49€+IVA; trabalhos complementares: 136.234,08€+IVA pagos a 100% pelo Dono de Obra];
- Empreitada de fornecimento contínuo para colocação ou beneficiação de sinalização horizontal (104.406,62€), com um montante acumulado de trabalhos executados de 17.982,72€.

Encontram-se **concluídos** os seguintes trabalhos, no valor global de 27.059,00€ (+IVA):

- Execução de trabalhos nos edifícios da estação ferroviária da Mosca (18.520,00€);
- Reparação da rede de aquecimento do Centro Escolar da Sé (2.090,00€);
- Manutenção unidades desumidificadoras das Piscinas Municipais (1.800,00€);
- Aquisição e instalação de unidade de Ar Condicionado na loja dos produtos da terra na Casa do Lavrador (2.037,00€);
- Reparações corretivas diversas nos elevadores municipais (ocorrências causadas pelo apagão) (1.410,00€);
- Aquisição de material para manutenção das fontes luminosas e ornamentais (1.202,00€).

### **Gestão Urbanística e Fiscalização**

- No âmbito do **sistema de gestão urbanística e fiscalização**, no período de 1 de abril de 2025 a 31 de maio de 2025, e no conjunto das ações do âmbito da competência desta unidade orgânica, foram submetidos 686 pedidos (+57 que em igual período do ano anterior). Foram apresentados 19 novos pedidos de licenciamento de obras particulares, 2 pedidos de legalização de edificações, 18 aditamentos, 14 comunicações prévias (das quais 3 correspondem a construção de infraestruturas de telecomunicações e as restantes 11 a obras de edificação), 5 pedidos de informação prévia, e 1 pedidos de licenciamento de muros confinantes com via pública. Realça-se que do conjunto das novas operações sujeitas a controlo prévio, 33% destas ações reportaram-se à cidade de Bragança (dos quais, 14% localizam-se na Zona Histórica I e 0% localizam-se na Zona Histórica II), e os restantes 67% reportaram-se ao espaço rural, sendo que 86% das ações inserem-se dentro de perímetros urbanos.
- Foram liquidadas as taxas relativas a 20 licenças de construção (-11 que em igual período do ano anterior) e a 8 comunicações prévias (+7 que em igual período do ano anterior), e comunicadas 25 obras finalizadas (+4 que em igual período do ano anterior). Foram emitidas 136 certidões (-7 que em igual período do ano anterior).

- No âmbito do **sistema de gestão de qualidade**, orientado para a satisfação do munícipe, com metas definidas para uma resposta aos prazos definidos pelo RJUE, verifica-se que 100% dos licenciamentos foram analisados num prazo não superior a 30 dias (no ano anterior foram 93%), e que para comunicações prévias obteve-se 98% de respostas num prazo não superior a 7 dias (no ano anterior foram 93%). A média em n.º de dias ficou em 10 dias para licenciamentos (-4 que em no ano anterior) e 3 dias para comunicações prévias (-1 que em igual período do ano anterior).
- No âmbito do **Sistema de Cadastro Simplificado**, entre janeiro e março do corrente ano, foram georreferenciados 1.789 prédios rústicos ou mistos do concelho de Bragança. Desde a abertura do Balcão Único do Prédio já foram georreferenciados 72.433 prédios.

## 5. Outras informações

Destacam-se, ainda, outras informações, relativas ao período de referência entre 10 de abril e 31 de maio de 2025:

- No dia 11 de abril, decorreu o **III Fórum “Jovens Médicos do Nordeste Transmontano”**, no Auditório Paulo Quintela, organizado pela Sub-Região de Bragança da Ordem dos Médicos. O evento reuniu investigadores, profissionais e estudantes da área da saúde, que dinamizaram diferentes painéis, e contou com a participação do Vereador Miguel Abrunhosa.
- Nos dias 11 e 12 de abril, dezenas de especialistas e investigadores da área da saúde, oriundos de todo o País e de Espanha, reuniram-se, no Instituto Politécnico de Bragança, para o **Congresso Nacional do Pé e do Tornozelo 2025**. Na sessão de abertura esteve presente a Vereadora Olga Pais.
- O Centro Nacional de Inovação Jurídica (CNIJ) acolheu, no dia 12 de abril, o **Encontro do Supremo Tribunal Administrativo**, subordinado à temática “Inteligência artificial, digitalização na administração pública e nos tribunais administrativos e fiscais”. A sessão de encerramento contou com a presença do Vereador Miguel Abrunhosa e do Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Coordenador do CNIJ, Eduardo Vera-Cruz Pinto.
- Realizou-se, no dia 24 de abril, no Pavilhão Municipal Arnaldo Pereira, o **Torneio Regional de Trás-os-Montes de Hóquei Adaptado**, inserido no Campeonato Regional do Norte de Hóquei DI. A organização do torneio esteve a cargo do Centro Social Paroquial dos Santos Mártires, da ANDDI e da FPH. Contou o apoio do Município de Bragança, da União de Freguesias da Sé, Santa Maria e Meixedo, do Instituto Português da Juventude, do Instituto Nacional para a Reabilitação e das empresas HR Group e Cosmos Sports Travel.
- Bragança acolheu, no dia 24 de abril, o **I Encontro Interescolas de Alunos de Educação Moral Religiosa Católica do 3.º Ciclo do Ensino Básico da Diocese de**

**Bragança-Miranda**, que contou com a participação de cerca de 500 alunos de 9 agrupamentos de escolas do distrito de Bragança.

- **Bragança celebrou a liberdade**, no dia 25 de abril, com um programa, organizado pelo Município de Bragança e pela Assembleia Municipal, que iniciou em pleno Centro Histórico de Bragança e terminou no meio rural, em São Julião de Palácios. A par da sessão solene, inauguração e almoço previstos, realizou-se o Passeio da Liberdade, uma caminhada que contou com a participação de mais de 100 pessoas.

- Celebrou-se, no dia 26 de abril, a **Bênção dos Finalistas**, presidida pelo Bispo de Bragança-Miranda, D. Nuno Almeida. Assistiram à cerimónia religiosa cerca de 900 alunos finalistas do Instituto Politécnico de Bragança e respetivas famílias. O Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Paulo Xavier, o Presidente da União das Freguesias da Sé, Santa Maria e Meixedo, Telmo Afonso, o Presidente do IPB, Orlando Rodrigues, representantes das várias Escolas Superiores do IPB e de outras entidades do concelho marcaram presença neste evento.

- No âmbito de uma visita à Comarca de Bragança, o **Procurador-Geral da República**, Amadeu Guerra, esteve presente no Centro Nacional de Inovação Jurídica. Durante a receção oficial, estiveram presentes, o Presidente, Paulo Xavier, a Vice-Presidente, Fernanda Silva, o Vice-Procurador-Geral da República, Paulo Carvalho, o Procurador-Geral Regional do Porto, José Martins, o Juiz Presidente da Comarca de Bragança, João Praia, o Coordenador Adjunto do CNIJ, Hélder Semedo e a Presidente da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, Joana Ventinhas.

- Realizou-se mais uma edição do **Trial 4x4 “Heat of the Mountain”**, nos dias 2 a 4 de maio, integrada no Campeonato Portugal Trial 4x4 (CPT4x4). A prova é organizada pelo Clube Trilhos do Norte e pela Associação TT sem Limites, com o apoio do Município de Bragança.

- Realizou-se nos dias 2 e 3 de maio a **9.ª edição do INCTE’25 - Encontro Internacional de Formação na Docência**, no Auditório da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança, este ano sob a temática “Inteligência Artificial na Educação: Consciência Crítica, Relacional e Ética”. Na sessão de abertura, esteve presente a Vereadora Olga Pais.

- Bragança acolheu, no dia 5 de maio, o **Encontro dos Dirigentes da Delegação Regional Norte do IEFPP**, no Auditório Paulo Quintela. Uma reunião de trabalho que iniciou com uma sessão de boas-vindas, na presença do Presidente da Câmara Municipal, Paulo Xavier.

- 734 alunos dos Agrupamentos de Escolas de Bragança marcaram presença, no dia 9 de maio, no **Encontro Final Super Quinas**, que se realizou em Bragança, e que abrange alunos do Centro Escola da Sé, Centro Escolar de Santa Maria, da Escola Básica Augusto Moreno e da Escola Básica de Izeda. O Município de Bragança apoiou a iniciativa e marcou presença o Presidente da Câmara Municipal, Paulo Xavier.

- Decorreu, no dia 12 de maio, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTIG) do Instituto Politécnico de Bragança, o **“2.º Seminário de Neurodiversidade e Inclusão”**,

promovido pelo Hospital Privado de Bragança, em parceria com o Hospital Terra Quente e o Hospital Privado de Chaves. A Vice-Presidente da Câmara Municipal, Fernanda Silva, participou na sessão de abertura.

- No 10 de maio, Bragança acolheu o **Torneio Regional de Natação de Fundo de Cadetes, Infantis e Juvenis** e também a **Prova de Preparação de Absolutos**, que levou uma centena de atletas, provenientes de 6 clubes localizados na região Norte de Portugal, à Piscina Municipal de Bragança. Na sessão de entrega de prémios, esteve presente o Presidente da Câmara Municipal, Paulo Xavier. Esta competição foi organizada pela Associação Regional de Natação do Nordeste e pela Federação Portuguesa de Natação, com o apoio do Município de Bragança.

- Bragança assinalou, no dia 15 de maio, o **Dia Internacional do Fascínio das Plantas**. As atividades decorreram pela manhã, no Parque do Eixo Atlântico e na Praça da Sé, contando com a participação de crianças e jovens de diferentes escolas da cidade e utentes de várias IPSS. Entre as iniciativas realizadas, destaca-se a distribuição gratuita de plantas produzidas nas estufas da Escola Superior Agrária a todos os participantes. Esta iniciativa foi promovida pelo Instituto Politécnico de Bragança, com o apoio do Município de Bragança.

- A Universidade Sénior de Bragança promoveu, no dia 17 de maio, a realização do **VIII Encontro das Universidades Seniores do Nordeste Transmontano em Bragança**, um encontro anual promovido por cada uma das 8 universidades seniores do distrito. A presente edição contou com a participação de cerca de 250 alunos. O Presidente da Câmara Municipal de Bragança, Paulo Xavier, abriu o Encontro, que contou com o apoio do Município.

- O Auditório Paulo Quintela acolheu, no dia 19 de maio, o **Seminário "Revolucionar a segurança e saúde no trabalho: o papel da IA e da digitalização"**. Este seminário é promovido pelo Centro Local do Nordeste Transmontano da Autoridade para as Condições do Trabalho, em parceria com a Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (EU-OSHA), tendo contado com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Bragança na sessão de abertura.

- Realizou-se, no dia 20 de maio, a **IV Caminhada contra a Obesidade Infantil**, que reuniu cerca de 200 crianças. Uma iniciativa que contou com a presença da Vice-presidente da Câmara Municipal, Fernanda Silva. A atividade foi organizada pelo Centro Social e Paroquial de Santo Condestável, com o apoio do Município de Bragança.

- Bragança recebeu, no dia 23 de maio, as **IV Jornadas em Feridas**, este ano dedicadas ao tema "Úlceras de Pressão", no Auditório da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, do Instituto Politécnico de Bragança. A sessão de abertura, contou com a presença da Vice-Presidente da Câmara Municipal, Fernanda Silva, uma iniciativa organizada em parceria pela Unidade Local de Saúde (ULS) do Nordeste e pela Associação de Profissionais de Saúde do Alto Tâmega (APSAT).

- No dia 26 de maio, milhares de fiéis, de Portugal e Espanha, prestaram homenagem a **Nossa Senhora de Ribeira**, em Quintanilha, com a tradicional missa e procissão.

- De 25 a 30 de maio, Bragança recebeu a '**Semana D'África**', uma iniciativa que promove a diversidade africana, através de palestras, debates, música, dança e gastronomia. Esteve presente na sessão de abertura, a Vice-Presidente da Câmara Municipal, Fernanda Silva, um evento organizado pelo Instituto Politécnico de Bragança e pela Associação de Estudantes Africanos em Bragança, com o apoio do Município.
- Decorreu, entre os dias 28 e 30 de maio, o **XV Colóquio Internacional da Associação de Cervantistas**, na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança, organizado pelo Departamento de Línguas Estrangeiras. A Vice-Presidente do Município, Fernanda Silva, esteve presente na sessão de abertura.
- Assinalou-se, no dia 29 de maio, a efeméride do **131.º Aniversário do Nascimento de Artur Águedo de Oliveira**, o patrono da Fundação "Os Nossos Livros". Além de um momento evocativo, a homenagem contou com um concerto protagonizado por alunos e professores do Conservatório de Música e Dança de Bragança, no Auditório do Centro Cultural Municipal Adriano Moreira. O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Xavier, prestou a sua homenagem na sessão de abertura.
- Bragança foi palco, no dia 30 de maio, da **conferência "Cadastro Predial: Solução ou Problema?"**, um evento promovido pela Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução (OSAE) e pelo Centro Nacional de Inovação Jurídica (CNIJ), no âmbito das comemorações do Dia do Solicitador 2025, que reuniu cerca de 80 participantes. O Vereador da Câmara Municipal, Miguel Abrunhosa, marcou presença na sessão de abertura.
- Celebrou-se, no dia 31 de maio, o **135.º Aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Bragança**. A cerimónia contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal, Paulo Xavier, e a mesma contemplou a oferta de três viaturas, uma de desencarceramento ligeiro e duas de transporte de doentes não urgentes.

Município de Bragança, 16 de junho de 2025.

O Presidente da Câmara Municipal  
*Paulo Jorge Almendra Xavier*

O Sr. **Presidente da Câmara** completou a informação escrita relativa ao Estado e Vida do Município, previamente distribuída aos membros da Assembleia Municipal, através da seguinte apresentação em "powerpoint":

# ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA  
25 DE JUNHO DE 2025



FINANÇAS  
DO MUNICÍPIO

## RECEITAS E DESPESAS

**ORÇAMENTO CORRIGIDO APRESENTA DOTAÇÕES  
NO MONTANTE DE 87.899.506,53€**

**ORÇAMENTO DA RECEITA APRESENTA VALORES  
COBRADOS NA ORDEM DOS 46,77 MILHÕES DE  
EUROS E UMA TAXA DE EXECUÇÃO DE 53,22%  
(+14,88%, FACE AO PERÍODO HOMÓLOGO DE 2024)**

**ORÇAMENTO DE DESPESA APRESENTA  
PAGAMENTOS DE 17,08 MILHÕES DE EUROS  
E UMA TAXA DE EXECUÇÃO  
DE 19,41% (+7,57% FACE AO PERÍODO  
HOMÓLOGO DE 2024)**





## RELAÇÃO COM OS MUNICÍPES

RELAÇÃO COM OS MUNICÍPES

### BALCÃO ÚNICO DE ATENDIMENTO

6.879 ATENDIMENTOS PRESENCIAIS  
MÉDIA DIÁRIA DE 172 ATENDIMENTOS  
PEDIDO DE EMISSÃO DE 284 CARTÕES DO MUNICÍPE  
256 REQUERIMENTOS "NO PAPER"



ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO

6



## COESÃO SOCIAL

EDUCAÇÃO

## AÇÃO DE FORMAÇÃO "CONSTRUIR LAÇOS: A ESCOLA ENQUANTO ECMJI, O PAPEL DA ESCOLA NA PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DA INFÂNCIA"

24 DE ABRIL  
AUDITÓRIO PAULO QUINTELA  
DIRIGIDA A PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO



EDUCAÇÃO

## ESCOLA FIXA DE TRÂNSITO

INICIOU A 1 DE ABRIL  
ATIVIDADES DE SENSIBILIZAÇÃO SOBRE  
SEGURANÇA RODOVIÁRIA  
ATÉ AO FINAL DO MÊS DE MAIO FORAM  
REALIZADAS 29 AÇÕES, NAS QUAIS  
PARTICIPARAM 562 ALUNOS



EDUCAÇÃO

## DIA MUNDIAL DA CRIANÇA

3 E 4 DE JUNHO  
PARQUE TEMÁTICO DA TRAJINHA  
ENVOLVEU CERCA DE 2 MIL CRIANÇAS



AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

## PROJETO “SILVER ECONOMY – JOBS”

EM EXECUÇÃO

PREVÊ A CRIAÇÃO DE NOVOS POSTOS DE TRABALHO ASSOCIADOS ÀS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO SILVER QUE CONSTITUEM O PRINCIPAL GRUPO DEMOGRÁFICO (POPULAÇÃO SÉNIOR) DA MAIORIA DAS LOCALIDADES DA ZONA DE COOPERAÇÃO



AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

## SERVIÇO DE AÇÃO SOCIAL E SAÚDE (SASS)

45 ATENDIMENTOS SOCIAIS PRESENCIAIS

10 VISITAS DOMICILIÁRIAS  
(ZONA URBANA/RURAL)

1 FAMÍLIA ELEGÍVEL PARA  
A “TARIFA FAMÍLIA CARENCIADA”  
DIRECIONADA PARA OS MUNICÍPIOS EM  
SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE



AÇÃO SOCIAL E SAÚDE / EDUCAÇÃO

## ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR

4.ª E ÚLTIMA FASE

ATRIBUÍDAS 9 BOLSAS

INVESTIMENTO DE 7.560,00€

--

TOTAL (4 FASES) – ANO LETIVO 2024/2025 :

161 BOLSAS / 137.700,00€



AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

## XIII FEIRA DE EMPREGO, EDUCAÇÃO E SOLIDARIEDADE

7 A 8 DE MAIO

PARTICIPARAM 52 ENTIDADES,  
NUM TOTAL DE 62 STANDS

AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

## PROJETO-PILOTO “RADAR SOCIAL”

14 ATENDIMENTOS SOCIAIS

39 VISITAS DOMICILIÁRIAS

96 ARTICULAÇÕES COM OUTROS SERVIÇOS  
E ENTIDADES PARCEIRAS

AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

## SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS)

REALIZADOS 395 ATENDIMENTOS SOCIAIS  
E 46 VISITAS DOMICILIÁRIAS44 ARTICULAÇÕES COM OUTROS  
SERVIÇOS E ENTIDADES PARCEIRASRESPOSTA A 4 BOLETINS DE EMERGÊNCIA  
(LNEs)

EQUIPAMENTOS CULTURAIS

## CENTRO DE ARTE CONTEMPORÂNEA GRAÇA MORAIS

EXPOSIÇÕES:

"A NATUREZA E A GRAÇA", DE GRAÇA MORAIS,  
E "TRÍPTICOS - FARSAS E FÁBULAS," DE  
JORGE GALINDO

DE ABRIL A MAIO:  
14 VISITAS GUIADAS/JOGO  
1.752 VISITANTES (1.319 NACIONALIDADE  
PORTUGUESA, 292 ESPANHOLA E 141 DE  
OUTRAS NACIONALIDADES)



EQUIPAMENTOS CULTURAIS

## MUSEU IBÉRICO DA MÁSCARA E DO TRAJE

EXPOSIÇÃO  
"MÁSCARAS (RE)INVENTADAS"

DE ACÁCIO PRADINHOS



EQUIPAMENTOS CULTURAIS

## TEATRO MUNICIPAL DE BRAGANÇA

ACOLHEU 21 ESPETÁCULOS, NUM TOTAL DE 33  
SESSÕES, NAS DIVERSAS ÁREAS ARTÍSTICAS:  
DANÇA, MULTIDISCIPLINAR, MÚSICA E TEATRO

ASSISTIRAM AOS ESPETÁCULOS MAIS DE 4 MIL  
ESPETADORES, COM UMA TAXA DE OCUPAÇÃO  
DE SALA GLOBAL DE 83,45%.



EQUIPAMENTOS CULTURAIS

## BIBLIOTECA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

PROCEDEU-SE AO EMPRÉSTIMO 2.020 DOCUMENTOS (MONOGRAFIAS E AUDIOVISUAIS)

FORAM CONSULTADOS, PRESENCIALMENTE, 381 DOCUMENTOS E REGISTARAM-SE 553 LEITORES ATIVOS E 53 NOVOS LEITORES



EQUIPAMENTOS CULTURAIS

## BIBLIOTECA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

APRESENTAÇÃO DO LIVRO: "O MIÚDO QUE SONHAVA SER POETA", DE DESIDÉRIO CUBO



EQUIPAMENTOS CULTURAIS

## CENTRO CULTURAL MUNICIPAL ADRIANO MOREIRA

EXPOSIÇÕES:

"ALQUIMIA DA COR", DE PAULO FONTINHA, E "MULHERES NA CULINÁRIA POR TUGUESA", DE VIRGÍLIO GOMES



DESPORTO E JUVENTUDE

## PASSEIOS PEDESTRES

PROJETO: "BRAGANÇA SAUDÁVEL,  
BRAGANÇA SOLIDÁRIA"

4 CAMINHADAS RURAIS

LOCALIDADES DE  
MILHÃO, S. JULIÃO DE PALÁCIOS,  
ALFAIÃO E AVELEDA

430 CAMINHEIROS PARTICIPANTES



DESPORTO E JUVENTUDE

## PROGRAMA "DESPORTO SÉNIOR NO MEIO RURAL"

ENTRE ABRIL E MAIO PARTICIPARAM  
120 PESSOAS EM AULAS DE  
HIDROGINÁSTICAS, PROVENIENTES DAS  
FREGUESIAS DE COELHOSSO, GIMONDE,  
GRIJÓ DE PARADA, MILHÃO, PARADA,  
PINELA, SALSAS, SÃO PEDRO DE  
SARRACENOS E SÃO JULIÃO DE  
PALÁCIOS



DESPORTO E JUVENTUDE

## TORNEIO INTERNACIONAL DE NATAÇÃO – CIDADE DE BRAGANÇA

26 DE ABRIL  
PISCINAS MUNICIPAIS DE BRAGANÇA  
270 ATLETAS, EM REPRESENTAÇÃO  
DE ONZE CLUBES



DESPORTO E JUVENTUDE

## XXIV ENCONTRO DE JOGOS TRADICIONAIS DO CONCELHO DE BRAGANÇA

01 DE MAIO  
VILA DE IZEDA

300 PARTICIPANTES, PROVENIENTES DE 20 FREGUESIAS DO CONCELHO, NAS MODALIDADES: RAIOLA (PARES, M/F), MALHA (PARES, M/F), RELHA (INDIVIDUAL), FERRO (INDIVIDUAL), FITO (PARES) E PAUS (INDIVIDUAL), PARA ADULTOS; JOGO DO BURRO, TRACÇÃO À CORDA, RAIOLA E MALHA, PARA JOVENS; E JOGO DO BURRO, TRACÇÃO À CORDA E CORRIDA DE SACOS, PARA CRIANÇAS



DESPORTO E JUVENTUDE

## IV MEIA MARATONA DAS CANTARINHAS

11 DE MAIO  
CIDADE DE BRAGANÇA

3.031 PARTICIPANTES



DESPORTO E JUVENTUDE

## 37.ª EDIÇÃO DO TORNEIO DA FUNÇÃO PÚBLICA DE BRAGANÇA EM FUTSAL

A DECORRER  
PAVILHÃO MUNICIPAL ARNALDO PEREIRA

PARTICIPAÇÃO DE 16 EQUIPAS DE ENTIDADES PÚBLICAS DO CONCELHO



AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

## PROJETO: “TRATAMENTO DO CANCRO DO CASTANHEIRO”

PROCEDIMENTO QUE PERMITIRÁ TRATAR DE  
MAIS DE **50 MIL ÁRVORES**. NUM INVESTIMENTO  
DE CERCA DE **750 MIL EUROS**

VISITA TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO  
A 15 DE MAIO



AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

## ÁGUAS E SANEAMENTO

21 CONTADORES COLOCADOS

65 SUBSTITUÍDOS

207 MUDANÇAS DE NOME

14 REPARAÇÕES DE RUTURAS

8 REPARAÇÕES DE EDIFÍCIOS

219 LIMPEZAS DE FOSSAS/CISTERNAS

11 DESOBSTURÇÕES DE COLETORES



AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

## ESPAÇOS VERDES

PLANTAÇÃO DE **22.515 UNIDADES DE FLORES  
DE VERÃO**. PLANTAÇÃO/REPOSIÇÃO DE **4  
ÁRVORES** E **23 ARBUSTOS**

**PODA DE ÁRVORES** DE ALINHAMENTO  
DE GRANDE PORTE DE CERCA  
DE **80 EXEMPLARES**



AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

## RECOLHA DE RESÍDUOS

**2.641,28 TONELADAS**  
DE RESÍDUOS SÓLIDOS  
INDIFERENCIADOS (ABRIL E MAIO)

**63,87 TONELADAS** DE PAPEL E CARTÃO,

**35,42 TONELADAS** DE PLÁSTICOS,

**43,12 TONELADAS** DE VIDRO

**5,84 TONELADAS** DE MONSTROS

**28,50 TONELADAS** DE MADEIRA

**12,32 TONELADAS** DE BIORESÍDUOS



32

AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

## GESTÃO CEMITERIAL

ABRIL E MAIO  
CEMITÉRIOS DO SANTO CONDESTÁVEL  
E DO TOURAL

**31 INUMAÇÕES, 8 CONCESSÕES,**  
**2 CONSTRUÇÕES, 9 AVERBAMENTOS**  
**E 1 LIMPEZA DE SEPULTURA**



33

AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

## SERVIÇO DE MÁQUINAS E OFICINAS

LIMPEZA DE ACEIROS, ENCHIMENTO DE  
CAMINHOS E REGULARIZAÇÃO DE BERMAS E  
VALETAS

MANUTENÇÃO DE CAMINHOS  
AGRÍCOLAS/MUNICIPAIS, COM RECURSO A  
DESTROÇADORAS, EM **35 LOCALIDADES**, E A  
MOTONIVELADORAS, EM **7 LOCALIDADES**

APOIOS DIVERSOS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA  
EM **8 LOCALIDADES**



34



DESENVOLVIMENTO  
ECONÓMICO E  
COMPETITIVIDADE

PROMOÇÃO ECONÓMICA

## XXIII FEIRA DO FOLAR E DO AZEITE

12 E 13 DE ABRIL  
VILA DE IZEDA



ESTADO E VIDA  
DO MUNICÍPIO

36

DESENVOLVIMENTO  
ECONÓMICO E  
COMPETITIVIDADE

CULTURA E PROMOÇÃO ECONÓMICA

## FEIRA DAS CANTARINHAS & XXXVII FEIRA DO ARTESANATO

30 DE ABRIL A 04 DE MAIO  
MAIS DE 500 EXPOSITORES NO CENTRO  
HISTÓRICO



ESTADO E VIDA  
DO MUNICÍPIO

37

PROMOÇÃO ECONÓMICA

## IX FEIRA DO CEBOLO

10 DE MAIO  
ALDEIA DE ALFAIÃO



PROMOÇÃO ECONÓMICA

## BANCA NA PRAÇA

RETOMOU A 10 DE MAIO  
E PROLONGA-SE ATÉ SETEMBRO  
TODOS OS SÁBADOS, NA PRAÇA DA SÉ



PROMOÇÃO ECONÓMICA

## MERCADO DE RUA

RETOMOU A 14 DE JUNHO  
E PROLONGA-SE ATÉ SETEMBRO  
2.º SÁBADO DE CADA MÊS,  
NO JARDIM DR. ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA



CULTURA E PROMOÇÃO ECONÓMICA

## IX FESTIVAL LITERÁRIO DE BRAGANÇA

21 A 24 DE MAIO

TEMÁTICA - "CARTA LITERÁRIA: LITERATURA,  
CULTURA E GASTRONOMIA"



SOLIDARIEDADE, CULTURA  
E PROMOÇÃO ECONÓMICA

## PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO COM ENTIDADES CULTURAIS E DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DO CONCELHO

26 DE MAIO

26 COLETIVIDADES  
INVESTIMENTO DE 98.583,00 EUROS



TURISMO E PROMOÇÃO ECONÓMICA

## PARTICIPAÇÃO NA "EXPOCIDADES"

2 A 4 DE MAIO

EM SARRIA, GALIZA (ESPAÑA)  
CERTAME PROMOVIDO PELO EIXO ATLÁNTICO  
DO NOROESTE PENINSULAR



MOBILIDADE

## AERÓDROMO MUNICIPAL

**1.304 MOVIMENTOS DE AERONAVES**  
(+23,25% FACE AO PERÍODO HOMÓLOGO DE 2024)

604 EM ABRIL

700 EM MAIO



MOBILIDADE

## SERVIÇO DE TRANSPORTE URBANO DE BRAGANÇA

**46.530 PASSAGEIROS**  
ENTRE ABRIL E MAIO



## REABILITAÇÃO URBANA



OBRAS

## REABILITAÇÃO DO LARGO DO TRÊMBOLA

INAUGURAÇÃO A 25 DE ABRIL

S. JULIÃO DE PALÁCIOS,  
NA UNIÃO DAS FREGUESIAS  
DE PALÁCIOS E DEILÃO

INVESTIMENTO DE 192.000,00 €



OBRAS

## CASA DO POVO DE FORMIL

INAUGURAÇÃO A 24 DE MAIO

ALDEIA DE FORMIL,  
NA FREGUESIA DE GOSTEI

INVESTIMENTO DE 150.000,00 €



OBRAS

## PARQUE GERIÁTRICO E JARDIM SENSORIAL

INAUGURAÇÃO A 25 DE MAIO

S. PEDRO DE SERRACENOS,  
NA FREGUESIA DE S. PEDRO DE SERRACENOS



OBRAS

## CENTRO DE CONVÍVIO DE CASTANHEIRA

INAUGURAÇÃO A 10 DE JUNHO

ALDEIA DE CASTANHEIRA,  
NA FREGUESIA DE GOSTEI

INVESTIMENTO DE 150.000,00 €



## ABERTURA DE 8 CONCURSOS PÚBLICOS NO VALOR GLOBAL DE 1.395.717,00€ (+ IVA)

- REQUALIFICAÇÃO DE FRAÇÕES DE HABITAÇÕES SOCIAIS NO BAIRRO DA PREVIDÊNCIA E MÃE DE ÁGUA (200.000,00€);
- PAVIMENTAÇÃO DE REDE VIÁRIA MUNICIPAL URBANA/RURAL (497.000,00€);
- REMODELAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS – DIVERSAS REPARAÇÕES NO MATADOURO MUNICIPAL DE BRAGANÇA – FASE 2 (370.000,00€);
- IMPLANTAÇÃO DE WC MODULAR NO SKATE PARK (49.910,00€);
- RECONSTRUÇÃO DE MUROS NA ZONA HISTÓRICA (50.000,00€);
- ELABORAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO PARA A ESTABILIZAÇÃO DE TALUDE NO PORTELO E TRAVESSIA PEDONAL NO RIO SABOR (20.000,00€);
- EXECUÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO E SUBSTITUIÇÃO DA REDE DE ÁGUA EM SORTES (149.367,00€);
- AMPLIAÇÃO DA REDE DE ÁGUA EM GIMONDE (EN) (59.440,00€).

## CONCURSOS EM FASE DE CONTRATUALIZAÇÃO/ADJUDICAÇÃO NO VALOR GLOBAL DE 2.304.686,72€ (+IVA)

- AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NO ÂMBITO DAS MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO DE EDIFÍCIOS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA (36.753,80€);
- REQUALIFICAÇÃO DE FRAÇÕES DE HABITAÇÕES SOCIAIS NO BAIRRO DA PREVIDÊNCIA E MÃE DE ÁGUA (192.777,06€);
- EXECUÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO EM VILA FRANCA (752.182,60€);
- EXECUÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO NA PARADINHA VELHA (244.278,20€);
- PAVIMENTAÇÃO DE REDE VIÁRIA MUNICIPAL (389.761,50€);
- PAVIMENTAÇÃO DE REDE VIÁRIA MUNICIPAL URBANA (459.956,60€);
- ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO - AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO DO SANTO CONDESTÁVEL (20.000,00€);
- AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO PARA O PARQUE INFANTIL DA BRAGUINHA (208.976,96€).

## FASE DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NO VALOR GLOBAL DE 268.997,00€ (+IVA)

- AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA AUDITORIA DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA AO PROJETO DE EXECUÇÃO NO ÂMBITO DAS LIGAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS - LIGAÇÃO DE BRAGANÇA E PUEBLA DE SANABRIA (35.000,00€);
- AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REVISÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO NO ÂMBITO DAS LIGAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS - LIGAÇÃO DE BRAGANÇA E PUEBLA DE SANABRIA (79.940,00€);
- REQUALIFICAÇÃO DA ILUMINAÇÃO DO PAVILHÃO MUNICIPAL ARNALDO PEREIRA EM BRAGANÇA PARA LUMINÁRIAS LED DE ELEVADA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA (45.567,00€)
- ELABORAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO PARA REABILITAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO RIO FERVENÇA: TROÇO "FLOR DA PONTE – ZONA DO POLIS" (19.490,00€);
- AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO DO PARQUE VERDE DA COXA (30.000,00€);
- AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO DA ESTRADA DO TURISMO E ESCADARIA DE S. BARRILOMEU (40.000,00€);
- AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO PARA A REQUALIFICAÇÃO DA IGREJA DE SÃO FRANCISCO (19.000,00€).

## EMPREITADAS EM FASE DE EXECUÇÃO NO VALOR GLOBAL DE 4.492.143,31€ (+IVA)

- REDE DE SANEAMENTO E INSTALAÇÃO DE UMA ETAR, NA ALDEIA DE VILARINHO (596.507,00€).
- SUBSTITUIÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E EXECUÇÃO DE REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS NA RUA DO PINHAL - SANTA COMBA DE ROSSAS - BRAGANÇA (126.240,00€).
- AMPLIAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO EM FRANÇA EM CERCA DE 250 METROS E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ÁGUA NUMA EXTENSÃO DE 100 METROS (TRABALHOS EFETUADOS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA).
- REQUALIFICAÇÃO DOS ACESSOS DA A4 A QUINTANILHA E A RÉFEGA (247.500,00€);
- REQUALIFICAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO EDIFÍCIO E BENEFICIAÇÃO DO SISTEMA AVAC DO MUSEU ABADE BAÇAL (172.852,90€);
- REABILITAÇÃO DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES NO MUSEU ABADE BAÇAL (172.852,80€);
- BENEFICIAÇÃO E INSTALAÇÕES DE EQUIPAMENTOS E SISTEMAS ELÉTRICOS DA DOMUS MUNICIPALIS (25.200,58€);
- CONSTRUÇÃO DO MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA, COM UM MONTANTE ACUMULADO DE TRABALHOS EXECUTADOS DE 3.046.583,41€ [TRABALHOS COMPLEMENTARES PARA SUPRIMENTOS DE ERROS E OMISSÕES: 328.074,97€+IVA PAGOS A 50% PELO DONO DE OBRA, OU SEJA, 164.037,49€+IVA; TRABALHOS COMPLEMENTARES: 136.234,08€+IVA PAGOS A 100% PELO DONO DE OBRA];
- EMPREITADA DE FORNECIMENTO CONTÍNUO PARA COLOCAÇÃO OU BENEFICIAÇÃO DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL (104.406,62€), COM UM MONTANTE ACUMULADO DE TRABALHOS EXECUTADOS DE 17.982,72€.

## TRABALHOS CONCLUÍDOS NO VALOR GLOBAL DE 27.059,00€ (+IVA)

- EXECUÇÃO DE TRABALHOS NOS EDIFÍCIOS DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DA MOSCA (18.520,00€);
- REPARAÇÃO DA REDE DE AQUECIMENTO DO CENTRO ESCOLAR DA SÉ (2.090,00€);
- MANUTENÇÃO UNIDADES DESUMIDIFICADORAS DAS PISCINAS MUNICIPAIS (1.800,00€);
- AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE UNIDADE DE AR CONDICIONADO NA LOJA DOS PRODUTOS DA TERRA NA CASA DO LAVRADOR (2.037,00€);
- REPARAÇÕES CORRETIVAS DIVERSAS NOS ELEVADORES MUNICIPAIS (OCORRÊNCIAS CAUSADAS PELO APAGÃO) (1.410,00€);
- AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DAS FONTES LUMINOSAS E ORNAMENTAIS (1.202,00€).

## URBANISMO

**SUBMETIDOS 686 PROCESSOS** (+57 QUE EM IGUAL PERÍODO DO ANO ANTERIOR)

**DAS NOVAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS:**

- 33% NA CIDADE DE BRAGANÇA (14% NA ZONA HISTÓRICA)
- 67% NO ESPAÇO RURAL

**COMUNICADAS 25 OBRAS FINALIZADAS**

**EMITIDAS 136 CERTIDÕES**



### III FÓRUM “JOVENS MÉDICOS DO NORDESTE TRANSMONTANO”

11 DE ABRIL  
AUDITÓRIO PAULO QUINTELA



## CONGRESSO NACIONAL DO PÉ E DO TORNOZELO

11 E 12 DE ABRIL  
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA



## ENCONTRO DO SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

12 DE ABRIL  
CENTRO NACIONAL DE INOVAÇÃO JURÍDICA



## TORNEIO REGIONAL DE TRÁS-OS-MONTES DE HÓQUEI ADAPTADO

24 DE ABRIL  
PAVILHÃO MUNICIPAL ADRIANO MOREIRA



O Sr. **Presidente da Câmara** corrigiu o nome para “Pavilhão Municipal Arnaldo Pereira”

## I ENCONTRO INTERESCOLAS DE ALUNOS DE EDUCAÇÃO MORAL RELIGIOSA CATÓLICA DO 3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO DA DIOCESE DE BRAGANÇA- MIRANDA

24 DE ABRIL



## BRAGANÇA CELEBROU A LIBERDADE

COMEMORAÇÕES DOS 51 ANOS DO  
25 DE ABRIL



## BÊNÇÃO DOS FINALISTAS

26 DE ABRIL  
900 ALUNOS FINALISTAS DO IPB



## VISITA DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA AMADEU GUERRA

29 DE ABRIL  
CENTRO NACIONAL DE INOVAÇÃO JURÍDICA



## CAMPEONATO PORTUGAL TRIAL 4X4 HEAT OF THE MOUNTAIN

3 A 4 DE MAIO  
ALDEIAS DE REBORDÃOS, NOGUEIRA,  
SARZEDA E MÓS



## IX INCTE'25 - ENCONTRO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO NA DOCÊNCIA

2 E 3 DE MAIO  
AUDITÓRIO DA ESCOLA SUPERIOR DE  
EDUCAÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DE  
BRAGANÇA



## ENCONTRO DOS DIRIGENTES DA DELEGAÇÃO REGIONAL NORTE DO IEFP

5 DE MAIO  
AUDITÓRIO PAULO QUINTELA



## ENCONTRO FINAL SUPER QUINAS

9 DE MAIO  
AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE BRAGANÇA  
734 ALUNOS ENVOLVIDOS



## 2.º SEMINÁRIO DE NEURODIVERSIDADE E INCLUSÃO

12 DE MAIO  
ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO  
(ESTIG) DO INSTITUTO POLITÉCNICO  
DE BRAGANÇA



## DIA INTERNACIONAL DO FASCÍNIO DAS PLANTAS

15 DE MAIO  
PRAÇA DA SÉ & PARQUE EIXO ATLÂNTICO



## VIII ENCONTRO DAS UNIVERSIDADES SENIORES DO NORDESTE TRANSMONTANO EM BRAGANÇA

19 DE MAIO  
250 ALUNOS DE 8 UNIVERSIDADES



## SEMINÁRIO "REVOLUCIONAR A SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO: O PAPEL DA IA E DA DIGITALIZAÇÃO"

19 DE MAIO  
AUDITÓRIO PAULO QUINTELA



---

## IV CAMINHADA CONTRA A OBESIDADE INFANTIL

---

20 DE MAIO  
CENTRO HISTÓRICO



---

## IV JORNADAS EM FERIDAS

---

23 DE MAIO  
ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO  
(ESTIG) DO INSTITUTO POLITÉCNICO  
DE BRAGANÇA



---

## ROMARIA A NOSSA SENHORA DE RIBEIRA

---

26 DE MAIO  
QUINTANILHA



---

## SEMANA D'ÁFRICA

---

25 A 30 DE MAIO



---

## XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE CERVANTISTAS

---

28 A 30 DE MAIO

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO  
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA



---

★

---

## 131.º ANIVERSÁRIO DO NASCIMENTO DE ARTUR ÁGUEDO DE OLIVEIRA

---

29 DE MAIO

CONSERVATÓRIO DE MÚSICA  
E DANÇA DE BRAGANÇA



---

**CONFERÊNCIA:  
“CADASTRO PREDIAL:  
SOLUÇÃO OU  
PROBLEMA?”**

---

30 DE MAIO  
CENTRO NACIONAL DE INOVAÇÃO JURÍDICA



**135.º ANIVERSÁRIO DA  
ASSOCIAÇÃO  
HUMANITÁRIA DOS  
BOMBEIROS  
VOLUNTÁRIOS DE  
BRAGANÇA**

---

31 DE MAIO





## ESCOLA DE FUTSAL ARNALDO PEREIRA

### VENCEDORES DA TAÇA NACIONAL SUB-15

PRIMEIRA VITÓRIA DE UMA EQUIPA  
DO DISTRITO DE BRAGANÇA  
NA COMPETIÇÃO



Solicitaram esclarecimentos os membros **Fátima Bento** (CDU), **Luís Pires** (PS) e **Luís Fernandes** (PS).

**Fátima Bento** – Colocou as seguintes questões:

- para quando estava prevista a resolução do acesso automóvel, através da rua 5 de outubro, à zona pedonal da rua Alexandre Herculano, nomeadamente com a colocação do dispositivo de identificação de matrículas;
- qual o número total de cartões de munícipes solicitados em Bragança;
- atendendo à referência, no documento do EVM, aos 4 movimentos por dia da carreira aérea, se, ao domingo, o transporte era efetuado;
- se havia alguma informação, que pudesse ser transmitida à Assembleia, sobre o ponto da situação da estabilização das escombreyras das antigas Minas do Portelo;
- se estava resolvida a falta de iluminação pública no parque de skate;
- relativamente à reabilitação urbana e à pavimentação da rede viária municipal, se as ruas Salgueiro Maia e Jaime Cortesão estavam incluídas.

Sobre este último aspeto, referiu que, em documentos futuros, se poderia especificar as ruas e estradas a reabilitar, para que a Assembleia Municipal tivesse essa informação.

**Luís Pires** – Começou por questionar se, no edifício das piscinas municipais de Bragança, existia ainda algum resíduo de amianto e se estavam previstas obras nesse espaço e, a existirem, se implicaria o seu fecho.

Disse, ainda, que Bragança, fruto do IPB e da sua diversidade de públicos, era uma cidade também com diversidade de públicos, que se haviam modificado ao longo dos tempos e com necessidades diferentes, pelo que questionou se a Câmara tinha percebido essa alteração, por forma a fazer uma integração de todos da melhor maneira.

Quanto ao Parque infantil da Braguinha, do qual lembrou ter trazido fotografias, há quatro anos, à Assembleia Municipal, perguntou para quando a instalação das casas de banho, pois considerava inaceitável a sua inexistência, principalmente quando se falava em idosos e crianças.

**Luís Fernandes** – Deu nota positiva ao início dos trabalhos do tratamento do cancro do castanheiro e considerou que se devia avançar para o combate à doença da tinta, por também afligir os produtores de castanha.

E, ainda relativamente aos trabalhos contra o cancro do castanheiro, questionou se a Câmara estava a acompanhar a sua execução, pois disse ter notícias de situações que estavam a causar algum mal-estar entre os produtores.

Disse, também, saber que os promotores eram a Câmara e o IPB, que quem fizera o levantamento das intervenções fora uma empresa e que outras estavam a executar o projeto.

Assim, questionou o Sr. Presidente da Câmara se, na execução do projeto, só estava prevista a execução de cinco tratamentos por hectare. Mais disse que lhe constava ter existido uma confusão no levantamento, com parcelas referenciadas como castanheiros e que, depois, a empresa constatava serem outras árvores, com parcelas que não estavam referenciadas como castanheiros e que, em parcelas do mesmo produtor, umas estavam referenciadas e outras não.

Questionou, ainda, se a candidatura seria feita no ano de 2026 e nos subsequentes, pois, caso nada fosse feito, o problema continuaria e acrescentou pensar que teria sido preferível facultar o produto ao produtor e ser este a aplicá-lo, pois muitos, ao ser uma empresa a fazê-lo, não ficavam sensibilizados para continuar o tratamento.

O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu aos pedidos de esclarecimento solicitados.

À membro Fátima Bento, relativamente à rua pedonal, disse faltar a ligação pela E-Redes e que o avião, ao domingo, não fazia carreira.

No que respeitava às Minas do Portelo, disse não ser o Município o grande motor do projeto, mas que, tal como a Junta de Freguesia, acompanhava o processo e lembrou ter existido uma reunião, na Aveleda, com diversas instituições, nomeadamente a APA e o ICNF, mas que seria necessário voltar a reunir, para uma nova sensibilização. Acrescentou que, na reunião supramencionada, fora falada a necessidade de dotar uma grande verba para a realização dos trabalhos e que, caso fosse necessária a colaboração da Câmara Municipal, esta colaboraria, com o objetivo de resolver o problema.

Informou, ainda, que a iluminação, para o parque de skate, estava dependente da E-Redes, já que o pedido fora efetuado.

Relativamente às intervenções na rede viária, enumerou a repavimentação no bairro São João Brito, Vale d'Álvaro, uma estrada nova entre Castro de Avelãs e a

Estrada de Vinhais, uma estrada em Fontes Barrosas, passeios no bairro do Pinhal, na avenida Abade de Baçal, entre outras.

Ao membro Luís Pires, respondeu que as piscinas municipais iam ser alvo de uma intervenção, existindo uma candidatura de mais de um milhão e meio de euros, e que, durante as obras, encerraria, pelo que, assim sendo, teriam de articular com os concelhos próximos, tal como acontecera quando teve de fechar 15 dias. Especificou que a intervenção seria principalmente ao nível do AVAC.

Sobre o acolhimento de pessoas provenientes do estrangeiro, referiu existir uma forte articulação do Município com o terceiro setor, a Associação Académica e a Associação do Apoio a Estudantes Internacionais.

Quanto ao Parque da Braguinha, informou que o concurso para a construção das casas de banho ficara deserto, pelo que fora novamente lançado.

Ao membro Luís Fernandes, disse que o Município realizara um excelente trabalho de apoio ao combate da doença do castanheiro, e que o continuaria a fazer, e que, quando havia trabalhos nas freguesias, os primeiros a saber, para melhor divulgação e articulação, eram os presidentes de Junta.

Acrescentou que os produtores podiam comprar o produto e aplicá-lo, mas que o Município prestava um apoio mais global, que o trabalho tinha um custo elevado, estava a ser bem feito e que o combate à tinta poderia vir a ser abraçado no futuro.

Terminou, informando que o contratualizado era de 5 árvores por hectare, num total de 50.000 árvores.

Fizeram intervenção os membros **Alex Rodrigues** (PJF Pinela), **João Silva** (PSD), **António Malhão** (PSD) e **Luís Pires** (PS).

**Alex Rodrigues** – Fez a sua intervenção suportada no documento escrito que, a seguir, se transcreve:

“Permitam-me, depois de assistirmos à vitalidade e dinâmicas promovidas no nosso Concelho no Estado de Vida e do Município apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara, partilhar convosco uma reflexão e realçar o denominador comum de tudo aquilo que nos move, ou pelo menos deve mover, seja pelas nossas responsabilidades ou ações do dia-a-dia: *isto são* as pessoas.

E, perante elas, ocorre-me evocar uma palavra forte e *de profundo significado* que, creio, todos conhecemos bem: que é a família.

Sobre esta matéria, recordou-me a intervenção, em 2022, do nosso membro da Assembleia Municipal, a Professora Isabel Lopes, que realçou a importância da delimitação, *na altura*, das Áreas de Reabilitação Urbana para o meio rural, nomeadamente considerando a vasta área geográfica do concelho de Bragança e a necessidade de olharmos de forma inclusiva e coesa para o nosso território, para as pessoas e para as suas famílias.

Esta iniciativa, promovida e muitíssimo bem pelo Município de Bragança, permitiu registar no ano da sua publicação em Diário da República, *portanto* em agosto 2022, um aumento *logo nesse ano* de 21% de operações urbanísticas de construção/reconstrução face ao ano *transato*, de 2021, e, a 31 de dezembro de 2024, registou 242 operações urbanísticas, ou seja, mais de 11% em relação aos 3 anos anteriores à delimitação das respetivas áreas de reabilitação. *E, já agora, aproveitando também a apresentação do Senhor Presidente, reparámos, nesta apresentação, do aumento significativo de entrada de processos urbanísticos também para o meio rural. Creio que eram de 67%, portanto, muito importante,*

Recordam-se *também ainda* os benefícios fiscais e os incentivos associados às mesmas, que se refletem pela taxa de IVA reduzido, a isenção de IMT, a isenção temporária do IMI, e a dedução no IRS das despesas comprovadas com obras de reabilitação, entre outros *benefícios que estão* em vigor.

A extensão da ARU para o meio rural não foi só mais uma “política de incentivo”, foi um sinal claro da preocupação constante deste Executivo Municipal para com as pessoas e as famílias residentes das nossas freguesias rurais, e que tornam esta importante iniciativa num motor de reabilitação e conseqüente revitalização das nossas aldeias, criando mais e melhores condições para quem está, e também atraindo novos residentes para as mesmas. Este é o tipo de medida “silenciosa”, porém com resultados efetivos, que reforçam a tão almejada coesão territorial dentro do nosso concelho.

Outro fator ligado à reabilitação é aquela que está associada às famílias que, no coração do nosso território rural, enfrentam diariamente dificuldades sociais e financeiras que criam obstáculos ou barreiras tão simples como, isolar do frio uma parede mal construída, retirar humidade provocada por um telhado fora de validade, uma casa de banho quando não a há... ou seja, barreiras que impedem as famílias de almejar o sonho de viver numa casa mais digna, ou seja, com melhores condições habitacionais.

Aqui, também, destacar o trabalho exemplar promovido pelo Município de Bragança em estreita articulação com as Juntas e Uniões de Freguesias, muitas vezes apelidadas de “primeira linha” dada a grande proximidade com as suas populações residentes: Quem melhor do que elas, porta-a-porta e muitas vezes em silêncio e *de forma discreta*, conhecem e *sabem quais são* as famílias que sofrem?

Sobre esta matéria, destacam-se nos últimos 10 anos os mais de 133 lares rurais intervencionados, representando um apoio financeiro municipal que ultrapassa os 700 mil euros investidos na melhoria e transformação habitacional tornando-as, dentro do possível, mais acolhedoras e condignas.

Esta realidade não pode ser representada apenas por um número, é a expressão viva de quem espera da Câmara Municipal e das Juntas e Uniões de Freguesias, uma porta aberta, um gesto de atenção, de proximidade e de justiça social. É a expressão viva da preocupação da nossa Câmara Municipal e das nossas Juntas e Uniões de Freguesias para com as famílias, para com as pessoas.

Caras e Caros Membros da Assembleia Municipal, o desafio demográfico expresso pelo despovoamento e o atual envelhecimento da população é real, e urgente. A missão social promovida pelo Município de Bragança e pela Juntas e Uniões de Freguesias deve ser, no meu entender, exaltado pois, como refere Émile Durkheim: “A solidariedade social é o cimento que une os indivíduos numa comunidade.”

Elevemos então, em conjunto, este espírito comunitário.”

**João Silva** – Fez a sua intervenção suportada no documento escrito que, a seguir, se transcreve:

“Quero falar-vos um pouco sobre o estado e a vida do município, numa perspetiva temporal um pouco mais alargada e *um pouco mais* sobre a *parte* urbana.

Começamos agora uma fase de balanço, que naturalmente se prolongará até às próximas eleições autárquicas. É importante reconhecer que o estado atual do município resulta de um percurso construído ao longo do tempo. Não é minha intenção apresentar uma enumeração exaustiva de dados, obras e valores, mas antes evidenciar alguns dos aspetos mais relevantes deste trajeto coletivo.

Por isso, vou fazer uma análise qualitativa.

A Câmara Municipal de Bragança esteve sob a direção do Presidente Hernâni Dias até à sua integração no Governo, agora conduzida, *ao contrário de outras opiniões*, sob a sábia liderança do Sr. Presidente Paulo Xavier.

A minha intervenção incidirá sobre diversos vetores que transformaram a cidade e impactaram a vida das pessoas:

— a mobilidade — com enfoque na requalificação das Avenidas João da Cruz e Sá Carneiro, na conclusão do troço da Circular Interior, construção de rotundas e ampliação da rede ciclável;

— a ação social, habitação e novos equipamentos urbanos;

— o desenvolvimento da nova zona industrial;

— e iniciativas culturais e de marketing territorial que reforçam a identidade e atratividade da cidade.

#### 1. Mobilidade, Requalificação Urbana e ARUs

##### Requalificação das Avenidas Sá Carneiro e João da Cruz

As intervenções foram profundas e estruturantes. Na Avenida Sá Carneiro, foram substituídas redes subterrâneas de água, gás e saneamento, instalados canais técnicos e criados passeios largos e acessíveis.

Foram integradas ciclovias no traçado, instalada uma estrutura metálica no viaduto (que permitiu a continuação da ciclovia), e a iluminação pública foi renovada para LED, com mobiliário urbano moderno. Foram alteradas as passagens para peões aumentando a segurança rodoviária.

As escadarias que ligam o centro histórico ao topo da cidade foram requalificadas, instaladas escadas rolantes, promovendo a acessibilidade universal — mobilidade para todos, especialmente para pessoas com mobilidade reduzida.

Na Avenida João da Cruz, apesar da desconfiança inicial, a traça original foi preservada, mantendo as características tradicionais da via.

Aqui, também foram substituídas redes subterrâneas, criados passeios largos que permitiram o alargamento das esplanadas e a circulação segura de peões, sem comprometer o trânsito e estacionamento.

Ciclovias integradas e iluminação moderna reforçaram a segurança rodoviária e pedonal, revitalizando uma das principais artérias da cidade.

Certamente, todos teríamos ideias diferentes para estas obras, mas é unânime que houve um benefício real para os Brigantinos.

Conclusão do troço da Circular Interior e Rotundas

Em 2024 foi inaugurado o novo troço da Circular Interior, ligando a rotunda da Avenida Abade de Baçal à rotunda das Cantarias.

No mesmo dia foi inaugurado Centro Municipal de Proteção Civil, junto ao Castelo de Bragança. ...“foi reabilitado um edifício na zona histórica, no acesso ao Castelo de Bragança, criando um equipamento funcional e muito necessário para o Serviço Municipal de Proteção Civil cujo trabalho tem uma implicação direta no quotidiano da população, garantindo a sua segurança e bem-estar”.

Voltando à Circular Interior, esta obra é fundamental para a mobilidade urbana, permitindo escoar o trânsito das principais avenidas e facilitando o acesso à Zona Industrial.

A via inclui ciclovias, passeios amplos, iluminação eficiente e uma ponte sobre o rio Fervença.

Podia ser diferente, podia .... Há quem ache que é uma via lenta (sendo urbana a velocidade máxima é 50 km/h), estreita (podia ter duas vias de rodagem em cada sentido) ..., mas é inegável a sua utilidade.

Fica a faltar, apenas, a construção de um quilómetro, que ligará a Quinta do Rei à Avenida Brigadeiro Figueiredo Sarmento.

Além disso, a construção de várias rotundas pela cidade contribuiu para uma circulação mais fluida e segura, reduzindo congestionamentos e acidentes, *os cruzamentos são sempre muito mais complicados.*

Ampliação da Rede de Ciclovias

A aposta na mobilidade sustentável traduziu-se na expansão significativa da rede ciclável municipal. A obra mais visível é a ponte junto ao terminal rodoviário.

Esta rede não só promove a saúde e o lazer, mas também diminui o uso do automóvel, contribuindo para a melhoria da qualidade do ar e do ambiente urbano.

É visível o aumento do uso da bicicleta por munícipes de todas as idades, tornando Bragança uma cidade mais amiga do ambiente, todos os dias vejo bicicletas elétricas a dirigirem-se para o Brigantia EcoPark, para o IPB e *para* outros locais. O trabalho não está concluído, mas vamos fazendo caminho...

Criação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARUs)

A criação de ARUs no centro urbano foi um passo estratégico para a regeneração das zonas históricas e degradadas.

Estas áreas permitem atrair investimento público e privado, facilitam a recuperação de edifícios, melhoram a eficiência energética e promovem o aumento da qualidade de vida. Muitos dos edifícios das ruas mais antigas da cidade, em tempos ao abandono, já têm movimento, e estou certo mais se seguirão.

A ARU contribui para dinamizar o comércio local e reforçar a identidade cultural da cidade.

## 2. Ação Social, Habitação e Equipamentos

### Apoios sociais escolares

O Município de Bragança assegura apoios escolares nos escalões de abono de família (1.º, 2.º, 3.º escalões) para a educação pré-escolar e 1.º ciclo do básico. Estes apoios incluem:

- refeições escolares gratuitas para o 1.º escalão;
- redução de 50 % ou 25 % nas refeições para os 2.º e 3.º escalões, respetivamente;

- apoio em material escolar, prolongamento de horário (Escola a tempo inteiro).

*Eu lembro-me que isto começou em 2007/2008, estavam os meus filhos na escola, e foi um problema grave, agora a Câmara assegura este serviço, atividades de enriquecimento e fichas de apoio escolar;*

• transferência de competências (assumidas em abril de 2022), a Câmara tem feito uma forte aposta na educação, principalmente em Recursos Humanos. *No mesmo período, em que os meus filhos andavam no início da escola, havia falta de funcionários. Todas as escolas se queixavam do mesmo. Atualmente a Câmara tem mais 47 recursos humanos do que o que tinha sido assumido com a transferência. Há uma diferença significativa entre as transferências do Estado e o que a Câmara gasta.*

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Gostaria de destacar também o apoio contínuo que o Município de Bragança tem dado aos estudantes do ensino superior, através das Bolsas de Estudo Municipais — um instrumento fundamental para garantir o acesso à educação a quem mais precisa. Acredito que a educação é o “elevador social” por excelência.

Estou profundamente convicto de que a educação constitui o mais poderoso instrumento de promoção da mobilidade social, permitindo que cada indivíduo, independentemente da sua origem, possa aspirar a um futuro mais digno, justo e pleno de oportunidades.

Nos últimos anos letivos, o município tem vindo a reforçar este apoio, tanto em número de estudantes abrangidos, como em montante financeiro atribuído.

Este apoio representa *muito* mais do que números.

É uma afirmação clara de que a educação é uma prioridade para este município.

É também uma forma de manter os nossos jovens ligados a Bragança e de lhes dar condições para poderem regressar com competências e futuro.

### Habitação

Apoios financeiros destinados a melhorias habitacionais de imóveis pertencentes a proprietários de habitação própria permanente em situação de carência socioeconómica permitem às famílias realizar obras de melhoria fundamentais para o seu bem-estar e segurança, *como já aqui foi referido pelo Alex* (exemplos: coberturas, caixilharias, casas de banho, adaptação de quartos e divisões para pessoas com deficiência e/ou fraca mobilidade, entre outras).

O apoio ao arrendamento concedido sob a forma de um subsídio de renda mensal através do Fundo Municipal de Apoio ao Arrendamento para Habitação do Município de Bragança, neste mandato *a soma dos vários anos dá* 380 famílias e quase ½ M€.

A Câmara Municipal possui atualmente: 2 Bairros Sociais na sua totalidade e 1 parcialmente): Bairro Social da Coxa, Bairro Social da Mãe d'Água, Bairro Social da Previdência.

Os primeiros foram alvo de uma intervenção de reabilitação e melhoria da eficiência energética, permitindo aos seus residentes uma evolução muito significativa do seu bem-estar no interior e exterior das habitações, bem como uma poupança anual significativa na fatura energética doméstica, foi possível, melhorar as condições de vida de dezenas de agregados familiares, combatendo a pobreza energética e promovendo habitação digna e inclusão social.

### Residência para Jovens

No âmbito da política de habitação e inclusão social, *eu destacava* o protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Bragança e a Santa Casa da Misericórdia, que permitiu a reabilitação e cedência de três imóveis no centro histórico — dois T1 e um T3 — destinados a casais jovens em situação de carência socioeconómica. Esta medida visa proporcionar habitação digna, promover a autonomia das famílias apoiadas e contribuir para a revitalização do centro urbano. É uma resposta concreta às necessidades habitacionais dos mais jovens, que alia inclusão social à regeneração do património edificado.

### Novos Equipamentos

O Polidesportivo do Bairro da Coxa foi alvo de uma requalificação, com um investimento superior a 1 milhão de euros, visando melhorar a infraestrutura desportiva, promover a prática regular de exercício e reforçar o impacto social do equipamento junto da comunidade.

O Parque Temático da Trajinha foi inaugurado *em* julho de 2023, numa cerimónia que contou com a presença do então Presidente da Câmara, Hernâni Dias.

Este espaço representa um investimento na qualidade de vida, no lazer intergeracional e na mobilidade acessível, com mais de 600 árvores e arbustos plantados, ciclovias, trilhos, zonas de convívio e equipamentos para todas as idades — incluindo street workout, parque infantil e zonas de piquenique.

Está já prevista uma segunda fase do projeto, a implementar mediante financiamento, que contempla a criação de um parque aquático com piscina, escorregas e um lago natural, *se isto for feito* vai reforçar ainda mais a atratividade e multifuncionalidade deste novo pulmão verde da cidade.

O novo Posto de Turismo reforça a receção e a informação aos visitantes, melhorando a experiência turística na cidade.

Destaco também o Centro de Estudos Judiciários, e o Centro de Interpretação da Cultura Sefardita, que valorizam a história e o património local, atraindo investigadores e turistas culturais.

### 3. Desenvolvimento Económico, Cultura e Marketing Territorial

#### Nova Zona Industrial — Cantarias

Em 2022, foi concluída a segunda fase de ampliação da Zona Industrial das Cantarias, criando 44 novos lotes com infraestruturas completas.

O novo modelo de governação *previsto*, envolvendo a Câmara Municipal e o Parque de Ciência e Tecnologia Brigantia Ecopark, permitirá que este espaço seja um motor de inovação e desenvolvimento regional.

Agora é fundamental a prospeção ativa de investidores para diversificar e dinamizar a oferta económica do concelho.

#### Marca Bragança e Campanhas de Marketing Territorial

A criação da marca “Bragança” e o lançamento da campanha “Bragança Naturalmente” têm vindo a reforçar a identidade da cidade como destino turístico e local de qualidade de vida.

Esta estratégia integra património natural, cultural e gastronómico — como o famoso pastel Brigantino — valorizando os produtos locais e o artesanato, estimulando a economia e a notoriedade.

Permitam-me que fale aqui da “minha” Confraria do Butelo e da Casula, que muito fez por esta iguaria *que estava quase no esquecimento*, e leva o nome de Bragança a todo o país e *tem um projeto para levar, e já tem feito isso*, às principais capitais europeias.

*Em conclusão, eu diria que Bragança consolidou uma estratégia coerente e centrada nas pessoas.*

Através de obras estruturantes — avenidas regeneradas, a circular (quase) concluída, novas rotundas e ciclovias — somada à ação social, recuperação de habitação e ao incentivo económico, criou-se um ambiente de esperança, dignidade e coesão social.

Os novos equipamentos culturais e a aposta na promoção territorial reforçam a atratividade e o futuro da cidade.”

**António Malhão** – Disse que, coligindo os dados apresentados nas duas intervenções anteriores, se notava existir dinamismo na cidade de Bragança, uma visão e estratégia. Mais disse que, muitas vezes, as obras não eram mencionadas, pelo que

considerava bom que se fizesse aquela resenha e apologia do trabalho realizado, num ciclo de quase 28 anos de executivos do PSD, e que julgava que ninguém tinha dúvidas da imensa obra realizada, em todo o Concelho de Bragança.

Acrescentou tratar-se de uma estratégia e visão que visavam criar mais atratividade para o território, colocar Bragança no centro do desenvolvimento e virada para o objetivo principal da política municipal, as pessoas. Referiu, ainda, que, tal como se percecionava pelas duas anteriores intervenções, os executivos do PSD se tinham preocupado muito com as pessoas e a ação social, preocupação comum a todas as bancadas da Assembleia Municipal.

Congratulou-se, assim, com as duas anteriores intervenções, porque considerava ser importante pôr o acento tónico na obra que dinamizava e movimentava a cidade e o concelho de Bragança.

Referiu, ainda, que, pela intervenção do Presidente da Câmara, sobre a atividade do Município, se verificava a existência de muitas obras em execução e que, só no meio rural, contabilizara investimentos superiores a 2.000.000 de euros, nomeadamente em saneamento básico. Quanto às obras realizadas nas aldeias do concelho, disse ser importante e grande o mérito e contributo dos presidentes de Junta, pois faziam muito e bem com pouco.

De seguida, saudou e felicitou a Escola Arnaldo Pereira pela conquista da Taça Nacional de Futsal Sub-15, um feito que considerou histórico, ao ser a primeira equipa do distrito a vencer esta competição nacional, o que disse ser difícil, por ter de competir com clubes de outras cidades com mais densidade populacional.

Disse, também, que assim se constatava que a aposta da Câmara Municipal no desporto valia a pena e que a excelência era possível, mesmo quando os clubes do concelho competiam nas provas nacionais, com argumentos desiguais face aos seus adversários. Acrescentou que o título fora um prémio da cidade, do associativismo e da massa humana do clube, formada por dirigentes, atletas, treinadores e adeptos.

Considerou, ainda, ser justo estender as felicitações ao executivo municipal, por aquela conquista ser também o resultado do investimento do Município no desporto federado e nos clubes do concelho, principalmente num ano em que esse apoio fora reforçado.

Adiu estar certo de que, no futuro, a Câmara Municipal continuaria a fazer um esforço orçamental ainda maior para dotar Bragança de infraestruturas de última geração, como a construção de um pavilhão multiusos, que poderia servir de âncora à criação de uma academia ou de uma cidade desportiva, com utilização multifuncional e transversal a todas as modalidades.

Afirmou que outra mudança necessária, para o futuro, seria a criação de um pelouro do desporto e da juventude, como mote para o Município fomentar ainda mais a prática desportiva e poder aspirar, por exemplo, a uma candidatura a cidade Europeia do Desporto, ambição que considerou estar ao alcance de Bragança, atendendo ao que já se fazia na área do desporto.

Abordou, ainda, a criação de uma cultura desportiva e de uma visão do desporto, como uma festa que chegasse a todos, bem como a aposta em novas infraestruturas e na melhoria das existentes. Em suma, disse ser necessária uma simbiose entre conhecimento, alta competição e atividade física para todos, o que passaria, forçosamente, por um maior nivelamento do investimento do orçamento do Município entre cultura e desporto, pois a primeira estava consolidada, com uma percentagem de investimento do orçamento muito significativo.

De seguida, fez referência à cidade de Leiria, eleita a Melhor Cidade Europeia do Desporto em 2022, pela Associação das Cidades Europeias do Desporto, pelo reconhecimento do trabalho extraordinário e do grande esforço do Município de Leiria na área do desporto, e disse que Bragança estava nesse caminho.

**Luís Pires** – Disse não ter qualquer vontade nem meta de prosseguir com o trabalho autárquico e que o que fazia era seguir a política que advinha do mandato conferido pelas últimas eleições e onde as pessoas, maioritariamente, em Bragança, acolheram o projeto apresentado pelo PSD.

Acrescentou que a intervenção do Grupo Municipal do PS, na Assembleia Municipal, era pensada e que, portanto, houvera um período, próximo daquelas eleições, em que não fizera sentido interpor iniciativas ao arripio do que a maioria das pessoas sufragara naquela data. Mais disse que, à medida que o tempo passava, haviam intervindo para chamar a atenção sobre as divergências entre o projeto que o PSD apresentara e o do PS, vincando as diferenças e a visão de cidade que tinham.

Salientou, também, que o Grupo Municipal do PS não tinha os meios técnicos que a autarquia possuía para poder fazer um trabalho tão aprofundado e, por isso, faziam mimetização com outras cidades, comparavam, faziam algum trabalho técnico para perceber se era passível e possível de aplicar ao concelho de Bragança e apresentaram soluções. Relativamente a estas, disse que também eram motivadas, porque algumas das coisas do contrato que o PSD tinha feito com os eleitores não apareciam, outras não tinham sido feitas ou só surgido no final.

Adiu que o Grupo Municipal do PS pegara em assuntos concretos, em cada Assembleia, para que as pessoas percebessem qual era o sentido e o seu raciocínio, face ao parco tempo disponível, e que lamentava se ainda não tivessem percebido que nem tudo estava bem e nem tudo fora bem feito, pois há muitos anos que o PSD tinha as rédeas da gestão do Concelho de Bragança.

De seguida, exemplificou com o Mercado Municipal, dizendo que não servia o propósito, para o qual fora feito, e que, depois, houvera uma tentativa de remediar com a criação de um mercadinho na Praça.

Disse, ainda, que, há pouco tempo, surgira o pavilhão multiusos, do qual ele, Luís Pires, já havia falado e recordou uma conversa que tivera, no dia 15 de dezembro de 2006, na Assembleia, com o então presidente da Junta da Sé e atual Presidente da

Câmara, sobre o sentido estratégico de evolução de coisas e onde disse que se via claramente a diferença de pensamento dos dois, naquela altura.

Referiu que, embora o sentido final seja o bem da cidade e das pessoas, existiam projetos maus, bem executados, projetos bons, mal executados, projetos maus, mal executados e outros em que a intenção era inicialmente boa, em termos materiais e administrativos, foram bem executados, mas que não serviam o propósito, o que acontecera em Bragança.

Relembrando a questão que colocara ao Presidente da Câmara sobre as piscinas, disse que concordava que, efetivamente, era necessária uma intervenção, mas que Bragança tinha de ter ambição.

Assim, disse que queria um complexo de piscinas mais ambicioso, maior, que permitisse outra ambição e que, para isso, era necessário contruir, pois o existente não chegava nem para as pessoas que o queriam usar, nem para as atividades, e coagiam a capacidade de crescer. Disse ser essa a ambição e o desafio e no que se devia estar a pensar atualmente.

Concluiu que o desafio, o pensamento e o legado que gostava de deixar era que houvesse ambição e se pensasse um bocadinho mais à frente e em grande, que se pensasse com a cabeça do estratega, pois isso era ir mais além, ser audaz, ambicioso e pensar futuro, a um prazo que permitisse sentido estratégico.

O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu às questões que lhe foram colocadas.

Sobre a intervenção do Líder do Grupo Municipal do PS, Luís Pires, disse que Bragança era uma cidade de vanguarda, moderna, com respeito pelo património, de braço dado com a inovação, limpa e cuidada e onde dava gosto viver, estudar e investir e de que todos se podiam orgulhar.

Quanto à visão do membro Luís Pires sobre o novo complexo de piscinas, disse, em primeiro lugar, que o investimento a realizar nas atuais piscinas seria de um milhão e meio, e, em segundo lugar, que todos sabiam que, num Município da dimensão do de Bragança, tinham de existir fundos comunitários para projetos estruturantes.

Mais disse que, se, num ano, o Município tivera capacidade para elaborar o projeto e obter apoio financeiro para a remodelação total das atuais piscinas, certamente teria capacidade para fazer outros projetos, já existentes, para renovar Bragança, nomeadamente o pavilhão multiusos.

Relativamente a este último, recordou que, quando fora presidente da Junta de Freguesia da Sé, também reivindicava um pavilhão multiusos e que este iria ser uma realidade. Acrescentou existirem outros projetos, como terminar a circular interna, a cidade desportiva, projeto que disse estar praticamente feito, a requalificação do São Bartolomeu e toda a sua envolvência, conferir mais dignidade à zona do Fervença, entre outros que estavam em carteira, sendo necessário, para alguns, fundos comunitários.

De seguida, reforçou que Bragança continuava a ser uma cidade de e com futuro e em que todos se podiam orgulhar de viver e de receber, de braços abertos, os milhares de pessoas que a visitavam.

Disse, ainda, tratar-se de uma dinâmica que tinha a ver com a economia local, tal como as freguesias faziam mais economia, com a realização de dez feiras rurais, e acrescentou, também, serem raros os fins de semana em que a hotelaria em Bragança não estava esgotada e que, isso, para ele, Presidente da Câmara, era economia, fazer mais e trazer riqueza. Terminou, informando que, em Bragança, estavam ou iriam a ser construídos cinco hotéis.

#### **Ponto 4.2 - Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:**

##### **Ponto 4.2.1 – Décima Terceira Modificação – Terceira Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal da Receita; Terceira Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal da Despesa; Segunda Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipal; e Terceira Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos para o Ano de 2025**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

#### **“I – CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

-----Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dezasseis do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Senhor Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Senhores Vereadores e da Senhora Vereadora, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins e João Rafael Costa Moás Murçós, se encontra uma deliberação do seguinte teor: -----

-----**«DÉCIMA TERCEIRA MODIFICAÇÃO – TERCEIRA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA RECEITA; TERCEIRA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DA DESPESA; SEGUNDA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL; E TERCEIRA ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO DE 2025** -----

----- Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Administração Financeira: -----

-----“Considerando que: -----

- 1. As alterações orçamentais encontram-se reguladas no Sistema de Normalização para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 195/2015, de 11 de setembro, e no ponto 8.3.1 (não revogado) do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL);-----
- 2. O SNC-AP estabelece que as alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição ou crédito especial. A alteração orçamental modificativa (anterior conceito de revisão) é aquela que procede à inscrição de uma nova natureza de receita ou de despesa ou da qual resulta o aumento do montante global de receita, de despesa ou de ambas, face ao orçamento que esteja em vigor;-----
- 3. O POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, enquadra no seu ponto 8.3.1 – Modificações ao Orçamento, quais as situações em que as mesmas se executam;-----
- 4. O cumprimento da regra do equilíbrio aludido no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), na sua atual redação, deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, no momento da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e em termos de execução orçamental (evidenciado em mapa anexo e previamente distribuído aos senhores vereadores);-----
- 5. A abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico, não pode ser efetivada sem prévia autorização do órgão deliberativo do Município, salvo quando resultem de Plano Plurianual legalmente aprovado, nos termos previstos no artigo 22.º, n.ºs 1 e 6, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, na sua redação atual;-----
- 6. De acordo com o previsto no artigo 46.º-B da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, apenas se pode considerar que um projeto está incluído num plano plurianual legalmente aprovado, quando se encontra observado o seu horizonte temporal e com verba suficiente para acomodar os encargos decorrentes do mesmo, nos anos da sua execução;-----
- 7. Compete à câmara municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, Regime Jurídico das Autarquias Locais, na sua redação atual, elaborar e submeter a aprovação da assembleia municipal as opções do plano e a proposta do orçamento, assim como as respetivas revisões;----
- 8. Compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, proceder à aprovação da revisão orçamental.-----

----- Face ao exposto, apresenta-se a décima terceira modificação - Terceira Alteração Modificativa ao Orçamento (Receita e Despesa) e Plano Plurianual Previsional (Plano Plurianual de Investimentos) e Segunda Alteração Modificativa ao Plano de Atividades. -----

----- A proposta agora apresentada, de revisão, tem por base: -----

----- Na ótica do orçamento de receita, verba proveniente do FEDER no valor de 4.379.000,00 euros. Este valor incorpora, pela aprovação dos saldos finais, (entretanto já recebidos no ano de 2025), apoios financeiros no valor de 1.174.000,00 euros e, pela aprovação da operação NORTE2030-FEDER-02294500 – Museu da Língua Portuguesa, o valor de 3.202.000,00 euros;-----

----- Na ótica do orçamento da despesa, com reforços de igual montante à receita (sendo que, este valor inclui verbas de 300.000,00 euros afetas ao PAM e 1.761.000,00 euros ao PPI) destaca-se, para atender à necessidade de restituição de FEDER resultante da análise das operações (Relatórios Finais), no ano de 2025, reforços correntes da rubrica de restituições no valor de 818.000,00 euros. Os restantes reforços, de natureza corrente, reportam-se a necessidades de funcionamento. -----

----- No ano de 2026 o reforço ascende ao montante de 1.734.100,00 euros. -----

----- As dotações de despesa reforçadas, não se encontram consignadas ao valor da receita, anteriormente referido, atendendo a que as dotações de despesa iniciais foram asseguradas com receitas próprias. -----

----- No Plano Plurianual de investimentos, no ano de 2025, salienta-se o reforço dos projetos n.º 2018/1 – Remodelação e beneficiação das instalações municipais, com 212.000,00 euros n.º 2018/2 – Aquisição de viaturas ligeiras, com 180.000,00 euros, n.º 2025/4 – Aquisição de meios para o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC), com 205.000,00 euros, n.º 2018/26 – Aquisição de Terrenos e Imóveis Diversos com 939.500,00 euros e o n.º 2018/52 – Remodelação e ampliação da Rede de Água Rural, com 110.000,00 euros. -----

----- No ano de 2026 os reforços, distribuídos por vários projetos, ascendem a 1.684.000,00 euros. -----

----- No Plano de Atividades, salienta-se a inscrição dos projetos n.º 2025/5 – Apoio destinado ao equipamento Social sito na Av. Abade de Baçal – Centro Social e Paroquial dos Santos Mártires e n.º 2025/6 - Apoio destinado ao equipamento Social Centro de Atividades e Capitação para a Inclusão – ASCUDT – Associação Sócio-Cultural dos Deficientes de Trás-os-Montes. Estes projetos, que pretendem melhorar as respostas sociais de centro de dia, serviço de apoio ao domicílio, creche, pré-escolar e de pessoas

com deficiência, apresentam uma dotação global de 300.000,00 euros para o ano de 2025 e 50.100,00 euros para 2026. -----

----- Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, propõe-se a aprovação pela Câmara Municipal, bem como a submissão da referida proposta para deliberação da Assembleia Municipal.” -----

----- Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a Décima Terceira Modificação – Terceira Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal da Receita; Terceira Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal da Despesa; Segunda Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipal; e Terceira Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2025, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos propostos.» -----

----- **Anexos:** I - Terceira Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal da Receita (1 página); II - Terceira Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal da Despesa (3 páginas); III - Segunda Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipal (1 página); IV - Terceira Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos (1 página); V - Demonstração de Equilíbrio Orçamental - 2.ª Modificativa (1 página). -----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 16 de junho de 2025. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

**II – Anexos:** I - Terceira Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal da Receita (1 página); II - Terceira Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal da Despesa (3 páginas); III - Segunda Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipal (1 página); IV - Terceira Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos (1 página); V - Demonstração de Equilíbrio Orçamental - 2.ª Modificativa (1 página).

O Sr. **Presidente da Câmara** forneceu esclarecimentos adicionais à proposta, referindo o incremento de 4.379.000 euros, que teria reflexo no orçamento da receita e da despesa, no plano de atividades e no plano plurianual de investimentos. Relativamente ao orçamento de receita, salientou a origem dos fundos com verba do FEDER, quer pela aprovação dos saldos finais, quer pela aprovação da Operação Norte 2030, relativa ao Museu da Língua Portuguesa.

Não houve pedidos de esclarecimento nem intervenções.

**Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, um voto de abstenção (CDU) e sessenta e seis votos a favor, estando, momentaneamente, sessenta e sete membros presentes.**

Não houve declarações de voto.

#### **Ponto 4.2.2 – Proposta de Recusa ou Não Transferência de Competências do Município de Bragança para os Órgãos das Freguesias para o Ano de 2026**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

##### **“CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

----- Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia nove do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Senhor Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Senhores Vereadores e das Senhoras Vereadoras Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Olga Marília Fernandes Pais, João Rafael Costa Moás Murçós e Cristiana Margarida Fernandes Batouxas, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

##### **«PROPOSTA DE RECUSA OU NÃO TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PARA OS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS PARA O ANO DE 2026-----**

----- Foi presente pelo Senhor Presidente, a seguinte proposta:-----

-----“1. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que aprova a Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, estabelece no seu artigo 1.º, *“o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local”*.-----

-----2. Tratando-se de uma Lei-quadro, o diploma legal prevê, no seu artigo 4.º, que a transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza, a forma de afetação dos respetivos recursos e a definição das disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa serão concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar. -----

-----3. Neste sentido, o Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, veio concretizar a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, no âmbito da transferência de competências dos

municípios para os órgãos das freguesias, ao abrigo do n.º 2, do artigo 38.º, reforçando as competências das freguesias, em domínios integrados na esfera jurídica do município. -----

-----4. Preceitua o n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, que é da competência dos órgãos das freguesias: -----

-----a) A gestão e manutenção dos espaços verdes;-----

-----b) A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;-----

-----c) A manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;-----

-----d) A gestão e manutenção corrente de feiras e mercados;-----

-----e) A realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico; -----

-----f) A manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar do primeiro ciclo do ensino básico;-----

-----g) A utilização e ocupação da via pública;-----

-----h) O licenciamento da afixação de publicidade de natureza comercial, quando a mensagem está relacionada com bens ou serviços comercializados no próprio estabelecimento ou ocupa o domínio público contíguo à fachada do mesmo;-----

-----i) A autorização da atividade de exploração de máquinas de diversão;-----

-----j) A autorização de colocação de recintos improvisados;-----

-----k) A autorização da realização de espetáculos desportivos e divertimentos na via pública, jardins e outros lugares públicos ao ar livre, desde que estes se realizem exclusivamente na sua área de jurisdição;-----

-----l) A autorização de realização de acampamentos ocasionais; -----

-----m) A autorização da realização de fogueiras e do lançamento e queima de artigos pirotécnicos, designadamente foguetes e balonas, bem como a autorização ou receção das comunicações prévias relativas a queimas e queimadas. -----

-----5. Refere o n.º 2, do mesmo artigo, que as competências previstas nas alíneas d), g), h), j), k) e m) são exercidas pelas freguesias nos termos dos respetivos regulamentos municipais. -----

-----6. Não obstante, o n.º 3, do artigo 2.º do citado Decreto-Lei n.º 57/2019, dispõe que **a assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, pode deliberar manter no âmbito de intervenção do município** as competências, no todo ou em parte, que se revelem indispensáveis para a gestão direta, pelo município, e tenham natureza estruturante para o município ou para a execução de missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa do município.-----

-----7. No caso referido no ponto anterior, a proposta da câmara municipal apresentada à Assembleia Municipal é acompanhada do parecer de cada uma das juntas de freguesia em causa, as quais têm 10 dias úteis para se pronunciar, após a notificação efetuada para esse efeito pela câmara municipal. -----

-----8. Uma grande parte das competências transferidas para os órgãos das freguesias pelo artigo 2.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 57/2019, têm natureza estruturante para o município e para a execução de missões de interesse geral, nomeadamente em matéria de política de gestão do espaço público e de coordenação da proteção civil. ---

-----9. Assim, considerando que:-----

----- O espaço público constitui, por excelência, o espaço da vida comunitária, pelo que se torna imperativo que haja uma visão estruturante e de conjunto da sua gestão;

----- A fim de garantir a dimensão social do espaço público, é imperativo adotar uma política de utilização, baseada em determinadas características/critérios gerais, essenciais: identidade, continuidade, segurança, conforto, apazibilidade, mobilidade, acessibilidade, inclusão e coesão social, resistência e durabilidade, sustentabilidade; --

----- Só o município, que congrega todos os interesses de todas as Freguesias de forma unitária, poderá assegurar plenamente a observância desses critérios em todo o território do concelho; -----

----- O espaço público como local de circulação, interação e de conexão entre indivíduos, tem uma importância primordial na construção dos territórios; -----

----- A vitalidade urbana depende fundamentalmente de espaços públicos de qualidade que fomentem a ocupação e utilização das áreas comuns da cidade; -----

----- Torna-se imperiosa a fixação de critérios uniformes de ocupação do espaço público, para diferentes utilizações, e da afixação, inscrição e difusão de mensagens publicitárias de natureza comercial, para todo o território do Concelho de Bragança, que visam assegurar a conveniente utilização pelos cidadãos do espaço, o que não se coaduna com a transferência de determinadas competências previstas neste diploma, para as freguesias; bem como, de uma fiscalização que se pautar pelos mesmos critérios, que não divirjam de freguesia para freguesia; -----

----- Também as atividades que implicam a coordenação de meios de proteção civil, estando em causa a prevenção de riscos coletivos e a proteção e segurança de pessoas e bens serão melhor asseguradas pelo município do que pelas freguesias, uma vez que é ao município que compete coordenar todas as atividades de proteção civil no âmbito municipal, *cfr.* Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, alterada pelo Decreto-Lei n.º 44/2019, de 1 de abril; -----

----- Relativamente à designada “freguesia urbana” (Sé, Santa Maria e Meixedo), no âmbito da celebração dos acordos de execução procedeu-se à transferência de algumas das competências que normalmente são transferidas para as freguesias “não urbanas”, no caso particular na área da antiga Freguesia de Meixedo, por uma questão de eficiência e proximidade. -----

----- Este processo foi devidamente articulado com os(as) Senhores(as) Presidentes das 39 Juntas/Uniões das Freguesias, constatando-se um entendimento unânime sobre a forma e o modo de transferência das competências. -----

----- Todas estas considerações conduzem a que, responsabilmente e na defesa dos interesses do Município e da população do Concelho de Bragança, **não se devam transferir as seguintes competências, previstas no artigo 2.º, n.º 1:** -----

----- A gestão e manutenção dos espaços verdes [cfr. alínea a)] – **em todas as Freguesias/Uniões das Freguesias do Concelho;** -----

----- A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros [cfr. alínea b)] – **na União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo, com exceção da área da antiga Freguesia de Meixedo;** -----

----- A manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público [cfr. alínea c)] – **em todas as Freguesias/Uniões das Freguesias do Concelho;** -----

----- A gestão e manutenção corrente de feiras e mercados [cfr. alínea d)] - **na União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo;** -----

----- A realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico [cfr. alínea e)] - **na União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo;** -----

----- A manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico [cfr. alínea f)] - **na União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo;** -----

----- A utilização e ocupação da via pública [cfr. alínea g)] - **em todas as Freguesias/Uniões das Freguesias do Concelho;** -----

----- O licenciamento da afixação de publicidade de natureza comercial, quando a mensagem está relacionada com bens e serviços comercializados no próprio estabelecimento ou ocupa o domínio publico contíguo à fachada do mesmo [cfr. alínea h)] - **em todas as Freguesias/Uniões das Freguesias do Concelho;** -----

----- A autorização da atividade de exploração de máquinas de diversão [cfr. alínea i)] - **em todas as Freguesias/Uniões das Freguesias do Concelho;** -----

----- A autorização da colocação de recintos improvisados [cfr. alínea j)] - **em todas as Freguesias/Uniões das Freguesias do Concelho;** -----

----- A autorização da realização de espetáculos desportivos e divertimentos na via pública, jardins e outros lugares públicos ao ar livre, desde que estes se realizem exclusivamente na sua área de jurisdição [cfr. alínea k)] - **em todas as Freguesias/Uniões das Freguesias do Concelho;** -----

----- A autorização da realização de acampamentos ocasionais [cfr. alínea l)] - **em todas as Freguesias/Uniões das Freguesias do Concelho;** -----

----- A autorização da realização de fogueiras e do lançamento e queima de artigos pirotécnicos, designadamente foguetes e balonas, bem como a autorização ou receção das comunicações prévias relativas a queimas e queimadas [cfr. alínea m)] - **em todas as Freguesias/Uniões das Freguesias do Concelho.** -----

----- Assim, concluindo: -----

----- 1. **Relativamente à União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo,** propõe-se a **recusa ou não transferência das competências** constantes das alíneas a) e b) para o núcleo urbano da cidade; c), d), e), f), g), h), i), j), k), l) e m), do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril. -----

----- 2. Relativamente às **“freguesias não urbanas do concelho”**, propõe-se a **recusa ou não transferência das competências** constantes das alíneas a), c), g), h), i), j), k), l) e m), do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril. -----

----- Nestes termos, propõe-se submeter para deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, manter no âmbito de intervenção do Município de Bragança as competências acima referidas, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril.” -----

**Intervenção dos Senhores Vereadores João Pinheiro e João Murçós:** -----

----- Os Senhores Vereadores manifestaram a sua discordância quanto à deliberação deste assunto pelos atuais órgãos em funções, uma vez que se trata de decisões com impacto no ano de 2026 e, até lá, haverá alterações nos eleitos, na sequência das Eleições Autárquicas que ainda ocorrerão em 2025. -----

**Resposta do Senhor Presidente à intervenção dos Senhores Vereadores João Pinheiro e João Murçós:** -----

----- O Senhor Presidente referiu que a deliberação deve ser tomada pelos órgãos municipais até ao dia 30 de junho, por imposição legal, sob pena de as verbas não serem contempladas na elaboração do Orçamento do Estado para 2026. Os novos eleitos poderão sempre reverter a decisão, mediante revisão aos orçamentos, com posterior comunicação à entidade tutelar (Direção-Geral das Autarquias Locais). -----

-----Após análise e discussão, foi deliberado aprovar, por maioria, a Proposta de Recusa ou Não Transferência de Competências do Município de Bragança para os Órgãos das Freguesias para o ano de 2026, com 4 (quatro) votos a favor – do Senhor Presidente, das Senhoras Vereadoras Fernanda Vaz Silva, Olga Pais e Cristiana Batouxas; e 2 (dois) votos abstenção – dos Senhores Vereadores João Pinheiro e João Murçós.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, e nos termos da informação, submeter a Proposta de Recusa ou Não Transferência de Competências do Município de Bragança para os Órgãos das Freguesias para o ano de 2026 para deliberação da Assembleia Municipal.»-----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.-----

----- Bragança e Paços do Município, 16 de junho de 2025.-----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

**II – Anexos:** Pareceres de cada uma das Juntas de Freguesia (39 páginas).

A Sra. **Presidente da Assembleia** explicitou que, no dia anterior, dia 24 de junho, haviam sido remetidos, pelos Serviços de Apoio à Assembleia, os pareceres favoráveis de todas as Juntas de Freguesia.

O Sr. **Presidente da Câmara** forneceu esclarecimentos adicionais à proposta, elencando algumas das competências transferidas para os órgãos das Freguesias.

Referiu, ainda, que todo o processo, tal como nos anos anteriores, fora articulado com os Presidentes das trinta e nove juntas de Freguesia e que, no ano de 2026, o montante a transferir era de 719.092 euros, um aumento de 3.27%.

Solicitaram esclarecimentos os membros **Fátima Bento** (CDU) e **Adriano Rodrigues** (Líder do GM dos Presidentes de Junta).

**Fátima Bento** – Questionou qual havia sido a posição de todas as assembleias de freguesia, ou seja, se o parecer das mesmas havia sido positivo, atendendo ao aproximar do prazo, para a comunicação à DGAL por parte do Município.

Nesse sentido, explicitou que o Decreto-Lei n.º 57/2019 previa que a proposta da Câmara Municipal, apresentada à Assembleia Municipal, fosse acompanhada do parecer de cada uma das juntas de Freguesia, o que acontecera, mas, que, tendo o Município que comunicar à DGAL, até 30 de junho, as deliberações, incluindo as proferidas pelas assembleias de Freguesia, caso existisse uma eventual deliberação negativa destas, o processo se reiniciaria com um novo procedimento.

A Sra. **Presidente da Assembleia** reiterou que, no dia anterior, dia 24 de junho, os pareceres das Assembleias de Freguesia haviam sido remetidos, via correio eletrónico, pelos Serviços de Apoio à Assembleia.

O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu, explicitando que tudo fora articulado com os presidentes de Junta para que estivesse assinado e pronto para o envio até ao dia 30 de junho, para que as verbas pudessem ser incorporadas para o ano de 2026 e, depois, as juntas de freguesia recebessem diretamente.

**Adriano Rodrigues** – Disse que o processo em causa fora articulado entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal e que todas as assembleias Freguesia haviam dado parecer favorável.

A membro **Fátima Bento** (CDU) disse que a intervenção que iria proferir também incidia sobre o ponto que iria ser votado a seguir.

Referiu que a CDU já apresentara, em anos anteriores, a sua opinião sobre as implicações da transferência de competências, mais concretamente as do Município para as freguesias, por entender que o modelo aplicado não era o que melhor servia a autonomia das freguesias e que era importante respeitar as atribuições e competências das freguesias através do financiamento direto e verdadeiramente ajustado.

Disse, também, que, estando em vigor há vários anos o Decreto que suportava as transferências e dado o acordo vincado na Assembleia Municipal dos vários presidentes de Junta sobre a matéria, a CDU não iria obstaculizar, tal como nos anos anteriores, e que, por isso, se ira abster, tanto no Ponto em deliberação como no seguinte.

Acrescentou, ainda, que a CDU continuaria, em sede da Assembleia da República, a propor outro enquadramento legal que melhor acautelasse e promovesse a autonomia das freguesias, pela gestão própria das suas atribuições e competências e pelo reforço do seu financiamento, de forma a poderem dar uma resposta mais adequada aos seus fregueses.

**De seguida, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, um voto de abstenção (CDU) e sessenta e seis votos a favor, estando, momentaneamente, sessenta e sete membros presentes.**

Não houve declarações de voto.

#### **Ponto 4.2.3 – Proposta de Transferência de Competências e Recursos Financeiros do Município de Bragança para os Órgãos das Freguesias para o Ano de 2026**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

## “I – CERTIDÃO

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

----- Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia nove do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Senhor Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Senhores Vereadores e das Senhoras Vereadoras Fernanda Maria Fernandes Moraes Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Olga Marília Fernandes Pais, João Rafael Costa Moás Murçós e Cristiana Margarida Fernandes Batouxas, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

### ----- «PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS E RECURSOS FINANCEIROS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PARA OS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS PARA O ANO DE 2026 -----

----- Foi presente pelo Senhor Presidente, a seguinte proposta: -----

“Considerando que:-----

----- A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que aprova a Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, dispõe no seu artigo 4.º que a transferência das novas competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais é efetuada em 2019 e 2020, admitindo-se a sua concretização gradual, nos termos nele previstos.-----

----- Este diploma vem, ainda, reforçar várias competências das freguesias em domínios integrados na esfera jurídica dos municípios, como dispõe o n.º 2 do artigo 38.º, nomeadamente: -----

----- a) Gestão e manutenção de espaços verdes; -----

----- b) Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros; -----

----- c) Manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;-----

----- d) Gestão e manutenção corrente de feiras e mercados;-----

----- e) Realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico; -----

----- f) Manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico; -----

----- g) Utilização e ocupação da via pública; -----

----- h) Afixação de publicidade de natureza comercial;-----

----- i) Autorizar a atividade de exploração de máquinas de diversão;-----

-----j) Autorizar a colocação de recintos improvisados;-----

-----k) Autorizar a realização de espetáculos desportivos e divertimentos na via pública, jardins e outros lugares públicos ao ar livre, desde que estes se realizem exclusivamente na sua área de jurisdição;-----

-----l) Autorizar a realização de acampamentos ocasionais; -----

-----m) Autorizar a realização de fogueiras, queimadas, lançamento e queima de artigos pirotécnicos, designadamente foguetes e balonas. -----

-----Para concretização da transferência destas competências, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, que define os procedimentos de transferência dos recursos (financeiros, humanos e patrimoniais) dos municípios para as freguesias.

-----De acordo com o referido Decreto-Lei n.º 57/2019, a materialização da transferência de competências exige acordo prévio entre as partes, município e freguesia, bem como a aprovação dos respetivos órgãos deliberativos. Sendo aprovada a transferência de competências do município para a freguesia, é celebrado um auto de transferência de recursos, o qual identifica quais as novas competências que passam a ser exercidas pelas freguesias e respetivos recursos financeiros, humanos e patrimoniais a transferir. -----

-----O Município de Bragança, ciente do papel desempenhado pelas Juntas/União das Freguesias, parceiros estratégicos na prossecução da missão de promover e assegurar a melhor qualidade de vida às populações locais, tem apoiado, anualmente, estas últimas com significativas verbas monetárias, na implementação de importantes investimentos no meio rural, contribuindo para a coesão territorial, social e económica, criando iguais oportunidades para todos os cidadãos, tendo celebrado no início do ano de 2019 acordos de execução para delegação de parte das competências previstas na Lei.-----

-----As Juntas/União das Freguesias do Concelho de Bragança garantem uma prestação de serviços de qualidade às suas populações, através de uma utilização racional, responsável e rigorosa dos recursos que lhes são disponibilizados. -----

-----Considerando que se concluiu que a solução mais adequada, eficiente e eficaz é o exercício das competências devidamente discriminadas no presente Acordo pela Freguesia/União das Freguesias de (...), tendo sido previamente encetadas negociações com o executivo dessa entidade. -----

-----O exercício destas competências pela Freguesia/União das Freguesias promove o aumento da eficiência da gestão e dos ganhos de eficácia dos recursos por parte das autarquias locais; e concretiza uma boa articulação entre o Município e a Freguesia/União das Freguesias. -----

----- Por força do disposto do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, o Município de Bragança preparou e negociou com a Freguesia/União das Freguesias de (...) o presente Acordo de Transferência de Competências e de Recursos Financeiros, que se rege pelos termos consagrados no Auto de Transferência de Recursos entre o Município de Bragança e a Freguesia/União das Freguesias (...) do Concelho de Bragança para o ano de 2026, em anexo ao processo e previamente distribuído a todos os Membros do Executivo. -----

----- Assim sendo, propõe-se submeter para deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, o presente Acordo de Transferência de Competências e de Recursos Financeiros, que se rege pelos termos consagrados no Auto de Transferência de Recursos entre o Município de Bragança e a Freguesia/União das Freguesias (...) do Concelho de Bragança para o ano de 2026, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 5.º, e no n.º 1 do artigo 6.º, ambos do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril.” -----

**Intervenção dos Senhores Vereadores João Pinheiro e João Murçós:** -----

----- Os Senhores Vereadores referiram que a sua orientação de voto se manteria igual à manifestada no ponto anterior. -----

----- Após análise e discussão, foi deliberado aprovar, por maioria, a Proposta de Transferência de Competências e Recursos Financeiros do Município de Bragança para os Órgãos das Freguesias para o ano de 2026, com 4 (quatro) votos a favor – do Senhor Presidente, das Senhoras Vereadoras Fernanda Vaz Silva, Olga Pais e Cristiana Batouxas; e 2 (dois) votos abstenção – dos Senhores Vereadores João Pinheiro e João Murçós. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, e nos termos da informação, submeter a Proposta de Transferência de Competências e Recursos Financeiros do Município de Bragança para os Órgãos das Freguesias para o ano de 2026 para deliberação da Assembleia Municipal.» -----

----- **Anexos: I** – Reparações a que se refere no n.º 3 da cláusula 2.ª (2 páginas); **II** – Mapa financeiro anual (3 páginas); **III** – Minuta do Auto de Transferência (5 páginas). -----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 16 de junho de 2025. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

**II – Anexos: I** – Reparações a que se refere no n.º 3 da cláusula 2.ª (2 páginas); **II** – Mapa financeiro anual (3 páginas); **III** – Minuta do Auto de Transferência (5 páginas).

Não houve pedidos de esclarecimento nem intervenções.

**Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, um voto de abstenção (CDU) e sessenta e seis votos a favor, estando, momentaneamente, sessenta e sete membros presentes.**

Não houve declarações de voto.

#### **Ponto 4.2.4 – Proposta de Delimitação de Área de Reabilitação Urbana no Meio Rural**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

##### **“I - CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

----- Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia nove do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Senhor Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Senhores Vereadores e das Senhoras Vereadoras Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Olga Marília Fernandes Pais, João Rafael Costa Moás Murçós e Cristiana Margarida Fernandes Batouxas, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

##### **----- «PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DE ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA NO MEIO RURAL -----**

----- Foi presente pelo Senhor Presidente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Urbanismo: -----

----- “Considerando que a Assembleia Municipal de Bragança, em Sessão Ordinária de 29 de abril de 2022, deliberou aprovar a proposta da Câmara Municipal, aprovada em 20 de abril de 2022, relativa ao projeto de delimitação da área de reabilitação urbana em solo urbano do meio rural, elaborado nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na redação conferida pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto; -----

----- Considerando que o ato de aprovação da delimitação da área de reabilitação foi publicado através do Aviso (extrato) n.º 11632/2022, na 2.ª série do Diário da República, de 7 de junho de 2022; -----

----- Considerando que delimitação da área de reabilitação urbana contempla o quadro com os benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património (IMI, IMT), nos termos da legislação aplicável; -----

----- Considerando que a delimitação da área de reabilitação urbana confere aos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre os edifícios ou frações nela compreendidos, o direito de acesso aos apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana, nos termos estabelecidos na legislação aplicável, sem prejuízo de outros benefícios e incentivos relativos ao património cultural; -----

----- Considerando que delimitação da área de reabilitação urbana, com os inerentes efeitos jurídicos, constitui um instrumento fundamental de promoção da reabilitação do edificado e de revitalização do meio rural; -----

----- Considerando que a delimitação da área de reabilitação urbana do meio rural caduca a 6 de junho de 2025, por força do disposto no artigo 15.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, em virtude de ter decorrido o prazo de três anos; -----

----- Considerando que a proposta de delimitação da área de reabilitação urbana do meio rural está devidamente fundamentado e contém a memória descritiva e justificativa, incluindo os critérios subjacentes à delimitação da área abrangida e os objetivos estratégicos a prosseguir, a planta com correspondência cadastral com a delimitação da Área abrangida e o quadro com os benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património (IMI, IMT), cumprindo com o disposto nas alíneas a), b) e c), do n.º 2 do artigo 13.º e na alínea a) do artigo 14.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana. -----

----- Propõe-se, para deliberação Câmara Municipal, a aceitação da proposta de delimitação de Área de Reabilitação Urbana do Meio Rural, nomeadamente Izedo, Nogueira e Bairro da Mosca, Rebordãos, São Pedro dos Serracenos, Parada, Santa Comba de Rossas, Gimonde, Coelhoso, Baçal, Babe, Outeiro, São Julião de Palácios e Caravela, Grijó de Parada, Pinela, Rabal, Salsas, Quintanilha, Alfaião, França, Sortes, Serapicos, Rio Frio, Carragosa, Zoio, Rebordainhos, Donai, Macedo do Mato, Quintela de Lapaças, Aveleda, Espinhosela, Castro de Avelãs, Mós, Gostei, Parâmio, Castrelos, Sendas, Gondesende, Vale de Lamas, Quinta das Carvas, Paredes, Sarzedo, Milhão, Vale de Nogueira, Paradinha de Outeiro, Varge, Paçó, Freixedelo, Britelo, Calvelhe, Paradinha Nova, Sanceriz, Deilão, Carocedo, Sacoias, Formil, Oleiros, Meixedo, Viduedo, Alimonde, Lagomar, Bragada, Carçãozinho, Carrazedo, Castanheira, Conlelas, Cova de Lua, Faílde, Fermentãos, Fontes Barrosas, Fontes Transbaceiro, Freixeda, Frieira, Grandais, Guadramil, Lanção, Laviados, Mações, Martim, Montezinho, Moredo, Oleirinhos, Paçó de Rio Frio, Palácios, Paradinha Velha,

Pereiros, Petisqueira, Pombares, Ponte de Castrelos, Portela, Portelo, Quinta da Seara, Quinta de Montezinho, Quinta de Rio Frio, Quinta de Vale de Prados, Quintas do Vilar, Réfega, Refoios, Rio de Onor, Sabariz, Soutelo, Terroso, Valverde, Veigas de Quintanilha, Veigas de Quintela, Vila Boa, Vila Franca, Vila Meã, Vila Nova, Vilarinho, Zeive, Samil e Cabeça Boa, a submeter a deliberação da Assembleia Municipal.” -----

----- Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como submetê-la para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da informação.» ----

----- **Anexo:** Área de Reabilitação Urbana no Meio Rural (composto por 112 documentos).-----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.-----

----- Bragança e Paços do Município, 16 de junho de 2025.-----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

**II – Anexo:** Área de Reabilitação Urbana no Meio Rural (composto por 112 documentos).

O Sr. **Presidente da Câmara** referiu que a proposta apresentada era importante e que a visão trazida pelo Município há três anos e que agora era renovada fazia sentido, e referiu, como exemplo, a percentagem de 67% de construção no meio rural.

Acrescentou que vinha sendo um processo impulsionador, tanto na parte económica, como na social e cultural, tal como havia feito referência o Presidente da Junta de Freguesia de Pinela na sua intervenção. Disse, ainda, que as aldeias estavam cada vez mais recuperadas e que o Município se propunha a continuar a fazer mais reabilitação.

Sobre a reabilitação urbana, a discussão no ponto seguinte, disse ser visível que o centro cívico da cidade de Bragança se encontrava atualmente muito recuperado e que isso era uma visão de e com futuro e que os benefícios fiscais eram muitos para quem estava a investir.

Solicitaram esclarecimentos os membros **Fátima Bento** (CDU) e **Pedro Rego** (PS).

**Fátima Bento** – Questionou se, face ao documento do ano de 2022, havia alguma alteração, se a área de reabilitação urbana no meio rural se mantinha ou se havia algum alargamento e em que freguesias.

**Pedro Rego** – Questionou em que estado se encontra a revisão do PDM.

O Sr. **Presidente da Câmara** ao membro Pedro Rego, relativamente ao PDM, disse terem existido algumas reuniões, algumas no ano de 2024 e outras no presente ano, e que existia um enorme atraso a nível nacional.

Disse que o último PDM demorara 10 anos, mas que esperava que esta revisão, embora ainda faltassem algumas reuniões, estivesse pronta entre finais do ano de 2025 e o primeiro trimestre de 2026, para que, depois da avaliação das diferentes instituições, pudesse ser proposto para deliberação em Assembleia Municipal.

Não houve pedidos de intervenção.

**De seguida, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando, momentaneamente, sessenta e oito membros presentes.**

Fez declaração de voto a membro **Fátima Bento** (CDU): “A CDU entende que, de facto, o tempo entre a Comissão Permanente e a Assembleia Municipal é insuficiente, para uma análise que nós entendemos que é importante, mais detalhada de cada um destes documentos e mesmo a sua comparação. Foi dito aqui que, efetivamente, eles se mantêm, em relação aos documentos anteriores, e vamos aqui assumir, obviamente, a veracidade desses factos.

Entendemos que, no futuro, já não é a primeira vez que nós dizemos isso aqui, há determinados documentos que sabemos que já estão preparados há muito tempo e que não era mau, pelo menos os líderes dos grupos municipais, terem mais tempo para avaliar, para fazermos um trabalho mais, digamos assim, mais detalhado. E foi exatamente sabendo, também, que as juntas de freguesia estão de acordo com estas delimitações que votamos obviamente a favor.”

#### **Ponto 4.2.5 – Proposta de Delimitação de Área de Reabilitação Urbana – Centro Tradicional de Bragança**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

##### **“I - CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

----- Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia nove do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Senhor Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Senhores Vereadores e das Senhoras Vereadoras Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Olga Marília Fernandes Pais, João Rafael Costa Moás

Murçós e Cristiana Margarida Fernandes Batouxas, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

----- **«PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DE ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA – CENTRO TRADICIONAL DE BRAGANÇA** -----

----- Foi presente pelo Senhor Presidente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Urbanismo: -----

----- “Considerando que a Assembleia Municipal de Bragança, em Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2014, deliberou aprovar a proposta da Câmara Municipal, aprovada em 22 de setembro de 2014, relativa ao projeto de delimitação da área de reabilitação urbana do Centro Tradicional de Bragança, elaborado nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na redação conferida pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto; -----

----- Considerando que o ato de aprovação da delimitação da área de reabilitação foi publicado através do Aviso (extrato) n.º 11928/2014, na 2.ª série do Diário da República, de 24 de outubro de 2014, do Aviso (extrato) n.º 7115/2018, na 2.ª série do Diário da República, de 25 de maio de 2018, do Aviso (extrato) n.º 13963/2021, na 2.ª série do Diário da República, de 22 de julho de 2021, e do Aviso (extrato) n.º 14432/2022, na 2.ª série do Diário da República, de 21 de julho de 2022; -----

----- Considerando que delimitação da área de reabilitação urbana contempla o quadro com os benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património (IMI, IMT), nos termos da legislação aplicável; -----

----- Considerando que a delimitação da área de reabilitação urbana confere aos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre os edifícios ou frações nela compreendidos, o direito de acesso aos apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana, nos termos estabelecidos na legislação aplicável, sem prejuízo de outros benefícios e incentivos relativos ao património cultural; -----

----- Considerando que delimitação da área de reabilitação urbana, com os inerentes efeitos jurídicos, constitui um instrumento fundamental de promoção da reabilitação do edificado e de revitalização do centro tradicional da cidade; -----

----- Considerando que a delimitação da área de reabilitação urbana da zona do Centro Tradicional de Bragança irá caducar a 20 de julho de 2025, por força do disposto no artigo 15.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, em virtude de ter decorrido o prazo de três anos; -----

----- Considerando que a proposta de delimitação da área de reabilitação urbana está devidamente fundamentado e contém a memória descritiva e justificativa, incluindo os

critérios subjacentes à delimitação da área abrangida e os objetivos estratégicos a prosseguir, a planta com correspondência cadastral com a delimitação da Área abrangida e o quadro com os benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património (IMI, IMT), cumprindo com o disposto nas alíneas a), b) e c), do n.º 2 do artigo 13.º e na alínea a) do artigo 14.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana; ----- Propõe-se, para deliberação da Câmara Municipal, a aceitação da proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Histórico de Bragança, a submeter a deliberação da Assembleia Municipal.” ----- Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como submetê-la para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da informação.» ----- **Anexo:** Centro Histórico de Bragança – Área de Reabilitação Urbana (23 páginas). ----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. ----- Bragança e Paços do Município, 16 de junho de 2025. ----- a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

**II – Anexo:** Centro Histórico de Bragança – Área de Reabilitação Urbana (23 páginas).

Não houve pedidos de esclarecimento nem intervenções.

**Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando, momentaneamente, sessenta e nove membros presentes.**

Não houve declarações de voto.

#### **Ponto 4.2.6 – Desafetação de Parcela de Domínio Público no Bairro do Pinhal**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

##### **“I – CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

----- Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia nove do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Senhor Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Senhores Vereadores e das Senhoras Vereadoras Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Olga Marília Fernandes Pais, João Rafael Costa Moás

Murçós e Cristiana Margarida Fernandes Batouxas, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

----- **«DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE DOMÍNIO PÚBLICO NO BAIRRO DO PINHAL**-----

----- Foi presente pelo Senhor Presidente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Urbanismo: -----

----- “O município Almerindo António Cancelinha vem demonstrar interesse na aquisição ao município de uma parcela de terreno confinante a poente com a sua propriedade (Rua Luís Lobo, n.º 16, lote 203), para ampliação da garagem. -----

----- Analisado o processo, cumpre-nos emitir o seguinte parecer: -----

----- 1. O prédio do requerente encontra-se inscrito na matriz predial urbana da União das Freguesias de Sé, Santa Maria e Meixedo sob o artigo n.º 3756 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Bragança sob o n.º 942 da extinta Freguesia da Sé, e possui, de acordo com as descrições dos documentos de legitimidade, uma área de 334 m<sup>2</sup>;-----

----- 2. A área pretendida corresponde a uma parcela de terreno de domínio público municipal, com 2 metros de largura, atualmente integrada num passeio com cerca de 8 metros de largura, confinante com o prédio do requerente a poente, que totaliza 26,70 m<sup>2</sup>; -----

----- 3. Considerando que se trata de uma parcela de reduzidas dimensões, e que não agrava a circulação pedonal ou automóvel no local, não se vê inconveniente na sua alienação, com a condição de nela apenas ser permitida construção para ampliação da garagem e com apenas 1 piso;-----

----- 4. A alienação da parcela deverá ser feita pelo valor resultante da aplicação do artigo 45.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, correspondente a 1.250,00 €. -----

----- Assim, propõe-se a desafetação da parcela de terreno, com a área de 26,70 m<sup>2</sup>, do domínio público do Município para o domínio privado, na condição da parcela a alienar se destinar unicamente para complemento do lote 203, com capacidade construtiva limitada à ampliação da garagem e com apenas 1 piso. -----

----- Mais se propõe submeter à deliberação da Assembleia Municipal, a referida desafetação da parcela de terreno, nos termos da alínea q) do n.º 1, do artigo 25.º e para efeitos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.”-----

----- Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a desafetação da parcela de terreno do domínio público para o domínio privado do Município, nos termos da informação.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter para deliberação da Assembleia Municipal.»-----

----- **Anexos: I** – Planta – Bairro do Pinhal (1 página); **II** – Vista Aérea – Bairro do Pinhal (1 página); **III** – Vista Google Maps – Bairro do Pinhal (1 página).-----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.-----

----- Bragança e Paços do Município, 16 de junho de 2025.-----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

**II – Anexos: I** – Planta – Bairro do Pinhal (1 página); **II** – Vista Aérea – Bairro do Pinhal (1 página); **III** – Vista Google Maps – Bairro do Pinhal (1 página).

Solicitou esclarecimentos o membro **António Anes** (CHEGA), suportado no documento escrito que, a seguir, se transcreve:

“Sr. Presidente, não sendo eu Engenheiro, nem Arquiteto, mas observador do dito senso comum, enquanto cidadão e membro desta *Assembleia*, conforme anexos remetidos, ousou fazer-lhe algumas observações, sobre o ponto em discussão:

- O Município já fez algum estudo sobre o deficit de garagens na proximidade?  
- Já fez algum inquérito aos residentes próximos se há mais interessados em adquirir os 26m<sup>2</sup>?

Penso que essa área dá para fazer uma garagem.

- Qual foi a área permitida de implantação das moradias para os lotes/urbanização em causa?

- Segundo parece, e quanto sei, os lotes para construção na urbanização contemplavam a moradia unifamiliar, espaços rústicos à frente, atrás ou de um dos lados, para quintal ou jardim.

– Também, pelo observado e dando uma volta ao urbanizado, (Bairro do Pinhal) verifica-se, que todo o conjunto de lotes, na sua envolvente ou descontinuidade têm passeio pedonal.

- Pelo que se observa nos anexos, verifica-se que o passeio pedonal foi descontinuado exatamente na traseira e do lado poente, do lote 203.

- Também se verifica, haver outro caso no local, onde o passeio foi descontinuado, para a *construção de* um barraco e entrada, daí perguntar o porquê destas situações?

Depois de alguma pesquisa, verifica-se que a situação desse barraco, já foi em tempos denunciado pelo Mensageiro na rubrica “Diz o Zé”, o que fez o Município? Olhou para o lado?

Com estas cedências/vendas, o Município assegura passagem para veículos como acontece na atualidade?

Salvuarda aos lotes 205 e 206 acederem com veículos, caso assim o entendam às suas habitações a nascente?

Pelo que se constata, se o lote 206 que dá para a Av. Luciano Cordeiro fizer o muro de alinhamento, a nascente, a que tem todo o direito, essa artéria ficará um beco sem saída, por onde ainda hoje podem passar veículos ligeiros, conforme projetado à época.

Eu não sei se está bem ou mal, *mas* como cidadão e membro desta AM, acho que algo não bate certo, mas o Sr. Presidente, com responsabilidades políticas há aproximadamente 20 anos, saberá pronunciar-se, 1.º enquanto Presidente da Junta da Sé e depois na condição em que se encontrou e encontra no Município.”

A Sra. **Presidente da Assembleia** informou o Líder do Grupo Municipal do CHEGA de que haviam terminado os três minutos do período de esclarecimento previstos na Grelha do Regimento e, tendo o Presidente da Câmara abdicado do seu tempo, deu início às intervenções.

Fez intervenção o membro **António Anes** (CHEGA) suportado no documento escrito que, a seguir, se transcreve e na continuidade do que havia proferido anteriormente:

“Eu não sei se está bem ou mal, *mas* como cidadão e membro desta AM, acho que algo não bate certo, mas o Sr. Presidente, com responsabilidades políticas há aproximadamente 20 anos, saberá pronunciar-se, 1.º enquanto Presidente da Junta da Sé e depois na condição em que se encontrou e encontra no Município.

O que consta feito ou a ser feito obedece às normas ditadas para a urbanização em causa?

As agora propostas, a serem efetuadas, podem ou não restringir a mobilidade de moradores ou transeuntes entre as ruas São Tomé e Príncipe e a Luís Lobo?

Diria mais, todas as situações de cedência *ou* venda de parcelas embora pequenas, por uma questão de isenção ou democracia, o município, antes de decidir, *não deveria* colocar a consulta pública a alienação das parcelas com mais ou menos valia?

A ascensão do CHEGA não acontece por acaso, deve-se a uma dupla razão, combater o conluio PSD/PS, já que até os vereados do PS votaram a favor, sem objeções.

Como é lógico, *o meu sentido* de voto *sobre esta cedência ou sobre esta venda* será contra.”

O Sr. **Presidente da Câmara** ao Líder do Grupo Municipal do CHEGA disse que trouxera algumas preocupações que o não eram, pois, tal como estava na certidão existia um passeio muito largo, de 8 metros, e que havia uma garagem, onde não cabia

um carro. Adiu que nada iria ser modificado, tanto na mobilidade de pessoas como dos carros.

Disse, ainda, que, há 20 anos, não existiam espaços verdes nem passeios naquele bairro e que, atualmente, já se estavam a querer fazer novos passeios. Assim, disse não entender a preocupação do membro António Anes, pois estavam em causa sensivelmente 2 metros e sem qualquer perturbação na mobilidade.

**De seguida, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com um voto contra (António Anes do CHEGA), doze votos de abstenção (PS) e cinquenta e nove votos a favor, estando, momentaneamente, setenta e dois membros presentes.**

Fizeram declaração de voto os membros **Fátima Bento** (CDU) e **Luís Pires** (PS).

**Fátima Bento** – “De facto há assim pequenos erros urbanísticos que deixam os espaços vazios, não se percebe às vezes muito bem porquê. Mas, efetivamente, pelo que nós vimos e pelo que aqui foi explicado, aquela zona não terá propriamente nenhuma utilidade e a sua desafetação implica alguma receita para o Município, pelo menos é utilizado por aquele que estará diretamente ligado, que é um Senhor que mora lá ao lado.

Não vimos aqui, de acordo com a informação que vem, nada que nos orientasse de outra forma o voto, e foi por isso que votamos favoravelmente.”

**Luís Pires** – “Nós entendemos este ponto como um ponto de dupla perspetiva, em que os dados que nos chegam, via certidões, não são claramente suficientes para ter uma perspetiva concreta do que ali está. De facto, aquilo que é pedido hoje por um munícipe, no sentido de alterar para melhor aquilo que ele ali tem, é entendível. De facto, não piora o que está, efetivamente, não piora. Aquilo já não está bem de há muito tempo e, portanto, esse momento temporal nós não o conseguimos definir, não sabemos o que é que foi feito antes, passeios, habitações, etc., portanto, não temos esse conhecimento.

E, portanto, há aqui uma parte que é o trabalho da autarquia, que se calhar podia ter sido mais aprofundado, no sentido de haver um esclarecimento e, portanto, nesse sentido, nós não nos vinculamos para além daquilo que é o tecnicismo que nos chegou aqui via documentação e, com base nisso, tomámos a decisão de votar em abstenção.”

#### **Ponto 4.2.7 – Alteração de Caminho de Domínio Público – Rua da Cogulada, em Quintela de Lapaças**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

##### **“I - CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

----- Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dezasseis do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Senhor Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Senhores Vereadores e da Senhora Vereadora, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins e João Rafael Costa Moás Murçós, se encontra uma deliberação do seguinte teor: -----

----- **«ALTERAÇÃO DE CAMINHO DE DOMÍNIO PÚBLICO – Rua da Cogulada, em Quintela de Lampaças** -----

----- Foi presente pelo Senhor Presidente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Urbanismo: -----

----- “O município Manuel Duarte Machado apresentou uma proposta de alteração de um troço de caminho público em Quintela de Lampaças, designado de Rua da Cogulada. -----

----- Relativamente ao assunto em epígrafe, informa-se o seguinte: -----

----- 1. Encontra-se a correr termos no Tribunal Judicial de Bragança o processo judicial n.º 1391/23.0T8BGC;-----

----- 2. Esse litígio advém da alegação do requerente de que a Rua da Cogulada foi executada pela Junta de Freguesia de Quintela de Lampaças em terreno privado sem o consentimento do proprietário; -----

----- 3. A presente proposta de alternativa ao atual traçado visa resolver um litígio entre o requerente e o município; -----

----- 4. Dada a natureza do pedido, foi solicitado parecer à Junta de Freguesia de Quintela de Lampaças que, após a proposta ser submetida a deliberação da assembleia de freguesia, a mesma obteve parecer favorável, conforme ata em anexo ao processo; Assim, propõe-se a desafetação de domínio público municipal do atual troço da Rua da Cogulada para o domínio privado, e a afetação para domínio público municipal do troço proposto, bem como a aprovação da permuta do solo relativo ao caminho desafeto pelo solo do novo troço com o proprietário requerente, nas seguintes condições: -----

----- A execução do troço proposto será da responsabilidade do requerente, devendo o mesmo comunicar ao município o início dos trabalhos com a antecedência mínima de 5 dias; -----

----- O novo troço deverá possuir uma largura mínima de 5 metros em toda a sua extensão, à semelhança do troço de arruamento a manter;-----

----- O novo troço deverá ser regularizado e compactado com “*tout-venant*”. -----  
----- Mais se propõe submeter para deliberação da Assembleia Municipal, a referida alteração do traçado do caminho público designado por Rua da Cogulada, em Quintela de Lampaças, nos termos da alínea q) do n.º 1, do artigo 25.º e para efeitos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”  
----- Foi deliberado, por unanimidade, aprovar nos termos da informação apresentada. Deliberou-se ainda, igualmente por unanimidade, submeter o assunto para deliberação da Assembleia Municipal.»-----  
----- **Anexos: I** – Ata da Junta de Freguesia de Quintela de Lampaças (6 páginas); **II** – Planta – Rua da Cogulada (1 página).-----  
----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----  
----- Bragança e Paços do Município, 16 de junho de 2025. -----  
a) **Silvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.**”

**II – Anexos: I** - Ata da Junta de Freguesia de Quintela de Lampaças (6 páginas); **II** – Planta – Rua da Cogulada (1 página).

Solicitou esclarecimentos a membro **Fátima Bento** (CDU), dizendo que, como a certidão referia que o processo continuava a correr em tribunal, não seria melhor aguardar uma decisão do mesmo e solicitou que fosse prestada mais informação, para poder votar com propriedade, nomeadamente qual a posição da Junta de Freguesia.

O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu à membro **Fátima Bento** dizendo que a informação recebida pelos membros da Assembleia era clara.

Referiu, ainda, que a Junta de Freguesia fizera o seu trabalho, que tinha havido uma união de esforços, e que as partes, Junta e queixoso, haviam chegado a um consenso e que, após aprovação pela Assembleia de Freguesia, fora enviado para o Município.

A membro **Fátima Bento** (CDU) reiterou que a Certidão referia que o processo estava a decorrer em tribunal e que o mesmo não havia sido suspenso, pelo que questionou se a suspensão era possível.

Prestou esclarecimentos a membro **Maria Castanheiro** (PJF de Quintela de Lampaças), informando que o processo estava em tribunal, pois o queixoso metera um processo contra a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Bragança, mas que, entretanto, haviam chegado a um acordo.

Acrescentou que o queixoso falara com a Junta e que ela, presidente de Junta, tinha a certeza de que o processo, indo para o Tribunal Administrativo de Círculo,

demoraria muito tempo para ser resolvido, pelo que o caminho, que ele, queixoso, bloqueara, junto a um armazém, demoraria 10 ou 12 anos para ser reaberto. Assim, informou que o queixoso se propusera abrir e fazer um caminho por outro espaço, em vez de passar junto ao armazém dele, e a retirar o processo do tribunal contra a Câmara e contra a Junta, atendendo ao acordo obtido.

Fez intervenção o membro **Luís Fernandes** (PS) para perguntar se o terreno, por onde passaria o novo caminho, era do queixoso ou se existiam outros intervenientes, atendendo tratar-se de mais do que uma parcela.

Tendo a Presidente da Junta de Freguesia de Quintela de Lapaças, **Maria Castanheiro**, respondido, sem utilizar o púlpito, que todas as parcelas eram do senhor que apresentara a queixa, a Sra. **Presidente da Assembleia** solicitou que não entrassem em diálogo para que tudo pudesse ser vertido em ata.

**De seguida, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando, momentaneamente, setenta e um membros presentes.**

Fizeram declaração de voto os membros **Luís Pires** (PS) e **Fátima Bento** (CDU).

**Luís Pires** – “Novamente, para que fique em ata. Nós votamos a favor, considerando e assumindo, por tudo que aquilo que aqui foi dito, que o processo está extinto, juridicamente extinto, e que, de facto, vai haver também procedimentos ulteriores, no sentido de especificar, nas cartas que for necessário, para onde é que passa o novo caminho, uma vez que ele vai ser deslocado do local em que eventualmente ou putativamente seria inicialmente. Portanto, é essa a nossa justificação.”

**Fátima Bento** – “De facto, nós tínhamos algumas dúvidas, o esclarecimento da Senhora Presidente da Junta ajudou bastante e foi com base nesses elementos, de que o processo em tribunal será retirado, que o caminho que vai agora ser a alternativa ao caminho que estava inicialmente é no próprio terreno do senhor que até abriu o processo.

Tendo em conta todos estes elementos que vieram aqui e que interessa obviamente resolver o problema da forma mais rápida, votamos favoravelmente.”

#### **Ponto 4.2.8 – Apoio Financeiro às Freguesias - Requalificação das Ruas e Largos nas Aldeias**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

## “CERTIDÃO

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

-----Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dezasseis do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Senhor Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Senhores Vereadores e da Senhora Vereadora, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins e João Rafael Costa Moás Murçós, se encontra uma deliberação do seguinte teor: -----

----- **«APOIO FINANCEIRO ÀS FREGUESIAS - Requalificação das Ruas e Largos nas Aldeias** -----

----- Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta: -----

----- “Considerando que: -----

----- 1. Constituem atribuições das freguesias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações em articulação com o município, *cf.* n.º 1 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 2. As freguesias dispõem de atribuições, designadamente nos domínios: equipamento rural e urbano; abastecimento público; educação; cultura, tempos livres e desporto; cuidados primários de saúde; ação social; proteção civil; ambiente e salubridade; desenvolvimento; ordenamento urbano e rural e proteção da comunidade, *cf.* n.º 2 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 3. As atribuições das freguesias abrangem ainda o planeamento, a gestão e a realização de investimentos nos casos e termos previstos na lei, *cf.* n.º 3 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 4. É da maior justiça que as Freguesias e Uniões das Freguesias sejam apoiadas no desenvolvimento das suas atribuições, segundo critérios objetivos de transparência, igualdade, imparcialidade e justiça; -----

----- 5. As Freguesias e Uniões das Freguesias dispõem de meios bastante escassos, que muito dificultam o desenvolvimento das atividades imprescindíveis ao cumprimento da sua missão; -----

----- 6. Estas propostas de apoios financeiros, enquadram-se na política de estreita colaboração entre o Município e as Juntas e Uniões das Freguesias, respetivamente, por forma a dotar as aldeias do concelho das infraestruturas necessárias para o desenvolvimento sustentado das mesmas, nomeadamente ao nível da mobilidade, conferindo qualidade de vida aos seus cidadãos; -----

-----7. A concessão destes apoios financeiros, a efetuarem-se, devem ter como contrapartida a apresentação, pelos beneficiários, de documentos comprovativos da realização das despesas que lhes estão associadas;-----

-----8. Nos casos em concreto, que vai ao encontro das necessidades reais da população, que contribui para o desenvolvimento integrado do concelho e para a melhoria da mobilidade e da qualidade de vida dos cidadãos, propõe-se: -----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Alfaião**, para a Estrada dos Banhos/Termas" de Alfaião, no montante de 25.000,00 euros, cabimento n.º 1832/2025;

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Coelhoso**, para conclusão da empreitada "Requalificação de arruamentos na localidade de Coelhoso", no montante de 15.000,00 euros, cabimento n.º 1833/2025;-----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Pinela**, para calcetamento do largo EM 537 e caminho público na aldeia de Pinela, no montante de 30.000,00 euros, cabimento n.º 1834/2025;-----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Pinela**, para calcetamento de caminho público junto ao Caminho Municipal 1061 na aldeia de Valverde, no montante de 10.000,00 euros, cabimento n.º 1835/2025;-----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Salsas**, para conclusão das obras de calcetamento, realizadas na freguesia, no montante de 20.000,00 euros, cabimento n.º 1846/2025. -----

-----A despesa enquadra-se no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2025, na rubrica 0102|08050102 - Freguesias, associada à atividade n.º 16/2018 – "Apoio na requalificação das ruas e largos nas aldeias", estando, em 13/06/2025, com um saldo disponível para cabimento de 103.560,63 euros. Os fundos disponíveis ascendem, nessa mesma data, a 31.836.018,85 euros.-----

-----Assim, ao abrigo das alíneas o) e ccc) do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, propõe-se a aprovação dos supracitados apoios financeiros, bem como a sua submissão para deliberação da Assembleia Municipal (alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do mesmo diploma legal).-----

----- Foi deliberado, por unanimidade, aprovar os apoios financeiros propostos, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da informação.»

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.-----

----- Bragança e Paços do Município, 16 de junho de 2025.-----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro."

Não houve pedidos de esclarecimento.

Fizeram intervenção os membros **Fátima Bento** (CDU) e **António Malhão** (PSD).

**Fátima Bento** – Disse que a CDU trazia uma abordagem diferente sobre o assunto em deliberação e desafiou o Executivo Municipal, a Mesa da Assembleia e os presidentes de Junta a pedirem um parecer à Associação Nacional de Freguesias.

Depois, sugeriu que, se no entender dos membros presentes, o Parecer solicitado à CCDR-n, em 2020, pela Assembleia Municipal de Bragança, e que disse evidenciar as preocupações da CDU, não tinha qualquer validade ou fazia sentido, se consultasse outra entidade, no caso a ANAFRE, por representar muitas freguesias e também pelo trabalho que tinha realizado na persecução dos interesses das freguesias no país.

De seguida, procedeu à leitura da parte final das conclusões do aludido Parecer da CCDR-n, disponível nos Serviços da Assembleia, mais concretamente os números dois e cinco. Depois, referiu que a CDU entendia e reafirmava que à Assembleia Municipal competia fiscalizar e que se tratava de um órgão autónomo e com poderes próprios, pelo que afirmou ser importante, para o bem de todos, que se compreendesse a importância vital deste órgão no funcionamento democrático do poder local, que não podia ser apenas só de nome.

Concluiu, afirmando que a CDU deixava a recomendação, para que se ouvisse a ANAFRE, no sentido de melhorar, pois já existia um parecer da CCDR-n que reconhecia que a forma como estavam a ser atribuídos os apoios extraordinários não era nem a melhor nem a mais transparente.

**António Malhão** – Disse todos estarem de acordo que todas as deliberações careciam de fundamento e que ele, membro António Malhão, nunca vira, na Assembleia Municipal, nenhuma deliberação que não tenha sido devidamente fundamentada, pois fazia parte da lei e do direito administrativo.

Mais disse que todos os apoios às juntas de freguesia, propostos na Assembleia Municipal, tinham sido fundamentados e que, por isso, considerava a intervenção da membro Fátima Bento extemporânea.

**De seguida, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com um voto contra (CDU), zero votos de abstenção e setenta e dois votos a favor, estando, momentaneamente, setenta e três membros presentes.**

Não houve declarações de voto.

A Sra. **Presidente da Assembleia** informou que, sendo treze horas e ainda que, de acordo com o Regimento, se pudesse prolongar a Sessão, a iria interromper para almoço, pois, tal como fora assinalado na Comissão Permanente e também nas reuniões partidárias, alguns Membros, caso a Sessão fosse prolongada, não teriam a possibilidade de almoçar.

O membro **António Malhão** (PSD) pediu o uso da palavra para colocar à consideração da Mesa da Assembleia, atendendo aos pontos da Ordem de Trabalhos que iriam ser discutidos, a iniciativa de colocar, por sua vez, à consideração do Plenário, o prolongamento da Sessão.

A Sra. **Presidente da Assembleia** respondeu que, por iniciativa da Mesa, atendendo ao ocorrido em anteriores Sessões, não o faria, mas que, se, o Plenário se organizasse e por iniciativa dos Líderes dos Grupos Municipais fosse apresentada à Mesa, a colocaria a votação.

O membro **António Malhão** (PSD) referiu que o pretendia fazer, em articulação com os membros, era protelar, por mais quinze minutos, a Sessão. No final, referiu que colocava a proposta de prolongamento da Sessão à Mesa, para que fosse colocada ao Plenário.

A Sra. **Presidente da Assembleia** questionou se o Plenário havia compreendido a proposta do Líder do Grupo Municipal do PSD e, após auscultação e perante o facto de não existir consenso, questionou se o Líder do Grupo Municipal do PSD retirava a proposta, ao que este respondeu afirmativamente.

**INTERVALO PARA ALMOÇO** – Assim, quando eram treze horas e três minutos, foi interrompida a Sessão, para almoço, cujo reinício ocorreu, depois de verificada a existência de **quórum**, às catorze horas e quarenta e sete minutos, retomando o Período da Ordem do Dia.

#### **Ponto 4.2.9 – Apoio Financeiro às Freguesias - Construção e Requalificação de Centros de Convívio**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

##### **“CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

----- Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dezasseis do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Senhor Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Senhores Vereadores e da Senhora Vereadora, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins e João Rafael Costa Moás Murçós, se encontra uma deliberação do seguinte teor: -----

----- **«APOIO FINANCEIRO ÀS FREGUESIAS - Construção e Requalificação de Centros de Convívio** -----

----- Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta: -----

----- “Considerando que: -----

----- 1. Constituem atribuições das freguesias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações em articulação com o município, *cf.* n.º 1 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 2. As freguesias dispõem de atribuições, designadamente nos domínios: equipamento rural e urbano; abastecimento público; educação; cultura, tempos livres e desporto; cuidados primários de saúde; ação social; proteção civil; ambiente e salubridade; desenvolvimento; ordenamento urbano e rural e proteção da comunidade, *cf.* n.º 2 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 3. As atribuições das freguesias abrangem ainda o planeamento, a gestão e a realização de investimentos nos casos e termos previstos na lei, *cf.* n.º 3 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 4. É da maior justiça que as Freguesias e Uniões das Freguesias sejam apoiadas no desenvolvimento das suas atribuições, segundo critérios objetivos de transparência, igualdade, imparcialidade e justiça; -----

----- 5. As Freguesias e Uniões das Freguesias dispõem de meios bastante escassos, que muito dificultam o desenvolvimento das atividades imprescindíveis ao cumprimento da sua missão; -----

----- 6. Estas propostas de apoios financeiros, enquadram-se na política de estreita colaboração entre o Município e as Juntas e Uniões das Freguesias, respetivamente, por forma a dotar as aldeias do concelho das infraestruturas necessárias para o desenvolvimento sustentado das mesmas, conferindo qualidade de vida aos seus cidadãos; -----

----- 7. A concessão destes apoios financeiros, a efetuarem-se, devem ter como contrapartida a apresentação, pelos beneficiários, de documentos comprovativos da realização das despesas que lhe estão associadas; -----

-----8. Nos casos em concreto, que irá contribuir para a requalificação de um espaço que permitirá melhores condições de usufruto, nomeadamente, conforto, para a realização de atividades recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas, com participação ativa da respetiva população, propõe-se: -----

----- Apoio financeiro à **União das Freguesias de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova**, para a requalificação da antiga Escola Primária de Izeda, para centro de convívio e lazer, no montante de 40.470,00 euros, cabimento n.º 1836/2025; -----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Carragosa**, para solicitar apoio financeiro para equipar a cozinha do Centro Comunitário e Salão de Festas de Carragosa, no montante de 10.000,00 euros, cabimento n.º 1837/2025; -----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Gondesende**, para a requalificação da antiga Escola Primária de Gondesende, futuro Centro Interpretativo e de Lazer, no montante de 10.000,00 euros, cabimento n.º 1838/2025; -----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Gondesende**, para a requalificação da antiga Escola Primária de Oleiros, que neste momento é Centro de Convívio de Oleiros, no montante de 7.000,00 euros, cabimento n.º 1839/2025. -----

-----A despesa enquadra-se no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2025, na rubrica 0102|08050102 - Freguesias, associada à atividade n.º 10/2018 – “Apoio à construção e requalificação de Centros de Convívio (Freguesias)”, estando, em 13/06/2025, com um saldo disponível para cabimento de 68.721,66 euros. Os fundos disponíveis ascendem, nessa mesma data, a 31.836.018,85 euros.-----

-----Assim, ao abrigo das alíneas o) e ccc) do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, propõe-se a aprovação dos supracitados apoios financeiros, bem como a sua submissão para deliberação da Assembleia Municipal (alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do mesmo diploma legal).” -----

----- Foi deliberado, por unanimidade, aprovar os apoios financeiros propostos, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da informação.»

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 16 de junho de 2025. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

Não houve pedidos de esclarecimento nem intervenções.

**Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com um voto contra (CDU), zero**

**votos de abstenção e sessenta e seis votos a favor, estando, momentaneamente, sessenta e sete membros presentes.**

Não houve declarações de voto.

#### **Ponto 4.2.10 – Apoio Financeiro às Freguesias - Apoio à Realização de Feiras e Certames**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

##### **“CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

-----Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dezasseis do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Senhor Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Senhores Vereadores e da Senhora Vereadora, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins e João Rafael Costa Moás Murçós, se encontra uma deliberação do seguinte teor: -----

----- **«APOIO FINANCEIRO ÀS FREGUESIAS - Apoio à Realização de Feiras e Certames** -----

----- Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta: -----

----- “Considerando que: -----

----- 1. Constituem atribuições das freguesias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações em articulação com o município, *cf.* n.º 1 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 2. As freguesias dispõem de atribuições, designadamente nos domínios: equipamento rural e urbano; abastecimento público; educação; cultura, tempos livres e desporto; cuidados primários de saúde; ação social; proteção civil; ambiente e salubridade; desenvolvimento; ordenamento urbano e rural e proteção da comunidade, *cf.* n.º 2 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 3. As atribuições das freguesias abrangem ainda o planeamento, a gestão e a realização de investimentos nos casos e termos previstos na lei, *cf.* n.º 3 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 4. É da maior justiça que as Freguesias e Uniões das Freguesias sejam apoiadas no desenvolvimento das suas atribuições, segundo critérios objetivos de transparência, igualdade, imparcialidade e justiça;-----

----- 5. As Freguesias e Uniões das Freguesia dispõem de meios bastante escassos, que muito dificultam o desenvolvimento das atividades imprescindíveis ao cumprimento da sua missão;-----

----- 6. Estas propostas de apoios financeiros, enquadram-se na política de estreita colaboração entre o Município e as Juntas e Uniões das Freguesias, respetivamente, por forma a dotar as aldeias do concelho de recursos necessários para a dinamização das mesmas, conferindo qualidade de vida aos seus cidadãos; -----

----- 7. A concessão destes apoios financeiros, a efetuarem-se, devem ter como contrapartida a apresentação, pelo beneficiário, de documentos comprovativos da realização das despesas que lhe estão associadas. -----

----- 8. Nos casos em concreto, que irá dinamizar o setor local, propõe-se: -----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Alfaião**, para suporte parcial das despesas de realização da 9.ª Feira do Cebolo do moinho de Alfaião, no montante de 2.000,00 euros, cabimento n.º 1840/2025;-----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Coelhoso**, para a XIII edição Feira do Cordeiro, no montante de 6.000,00 euros, cabimento n.º 1841/2025; -----

----- Apoio financeiro à **União das Freguesias de São Julião de Palácios e Deilão**, para o almoço-convívio das Comemorações do 25 de abril, em São Julião de Palácios, no montante de 7.866,00 euros, cabimento n.º 1842/2025; -----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Quintanilha**, para a realização do “Quintanilha Classic Rock 2025”, no montante de 2.500,00 euros, cabimento n.º 1847/2025. -----

----- A despesa enquadra-se no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2025, na rubrica 0401|04050102 - Freguesias, associada à atividade n.º 34/2018 – “Apoio à realização de Feiras e Certames”, estando, em 13/06/2025, com um saldo disponível para cabimento de 18.671,55 euros. Os fundos disponíveis ascendem, nessa mesma data, a 31.836.018,85 euros.-----

----- Assim, ao abrigo das alíneas o) e ccc) do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, propõe-se a aprovação do supracitado apoio financeiro, bem como a sua submissão para deliberação da Assembleia Municipal (alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do mesmo diploma legal).” -----

----- Foi deliberado, por unanimidade, aprovar os apoios financeiros propostos, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da informação.»

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

-----Bragança e Paços do Município, 16 de junho de 2025.-----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

Não houve pedidos de esclarecimento nem intervenções.

**Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com um voto contra (CDU), zero votos de abstenção e sessenta e nove votos a favor, estando, momentaneamente, setenta membros presentes.**

Não houve declarações de voto.

#### **Ponto 4.2.11 – Apoio Financeiro às Freguesias – Apoio à Construção ou Melhoria de Polidesportivos**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

##### **“CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

-----Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dezasseis do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Senhor Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Senhores Vereadores e da Senhora Vereadora, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins e João Rafael Costa Moás Murçós, se encontra uma deliberação do seguinte teor: -----

-----**«APOIO FINANCEIRO ÀS FREGUESIAS – Apoio à Construção ou Melhoria de Polidesportivos** -----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta: -----

-----"Considerando que: -----

-----1. Constituem atribuições das freguesias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações em articulação com o município, *cf.* n.º 1 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

-----2. As freguesias dispõem de atribuições, designadamente nos domínios: equipamento rural e urbano; abastecimento público; educação; cultura, tempos livres e desporto; cuidados primários de saúde; ação social; proteção civil; ambiente e salubridade; desenvolvimento; ordenamento urbano e rural e proteção da comunidade, *cf.* n.º 2 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

-----3. As atribuições das freguesias abrangem, ainda, o planeamento, a gestão e a realização de investimentos nos casos e termos previstos na lei, *cf.* n.º 3 do artigo 7.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

-----4. É da maior justiça que as Freguesias e Uniões das Freguesias sejam apoiadas no desenvolvimento das suas atribuições, segundo critérios objetivos de transparência, igualdade, imparcialidade e justiça;-----

-----5. As Freguesias e Uniões das Freguesias dispõem de meios bastante escassos, que muito dificultam o desenvolvimento das atividades imprescindíveis ao cumprimento da sua missão;-----

-----6. Esta proposta de apoio financeiro enquadra-se na política de estreita colaboração entre o Município e as Juntas e Uniões das Freguesias, respetivamente, por forma a dotar as aldeias do Concelho das infraestruturas necessárias para o desenvolvimento sustentado das mesmas, conferindo qualidade de vida aos seus cidadãos; -----

-----7. A concessão deste apoio financeiro, a efetuar-se, deve ter como contrapartida a apresentação, pelo beneficiário, de documentos comprovativos da realização das despesas que lhe estão associadas; -----

-----8. No caso em concreto, que irá dinamizar o setor local, proponho:-----

----- Apoio financeiro à **Junta de Freguesia de Santa Comba de Rossas** para a aquisição de um terreno em solo urbanizado com uma área de 3.400 m<sup>2</sup>, com vista à construção de um Polidesportivo e Parque de Lazer na localidade de Santa Comba de Rossas, no montante de 55.000,00 euros, cabimento n.º 1843/2025. -----

-----A despesa enquadra-se no Plano de Atividades Municipal para o ano de 2025, na rubrica 0102|08050102 - Freguesias, associada à atividade n.º 27/2018 – Apoio à requalificação de polidesportivos estando, em 13/06/2025, com um saldo disponível para cabimento de 75.008,00 euros. Os fundos disponíveis ascendem, nessa mesma data, a 31.836.018,85 euros. -----

-----Assim, ao abrigo das alíneas o) e ccc) do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, propõe-se a aprovação do supracitado apoio financeiro, bem como a sua submissão para deliberação da Assembleia Municipal (alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I do mesmo diploma legal).” -----

**Questão colocada pelo Senhor Vereador João Pinheiro:** -----

-----O Senhor Vereador João Pinheiro questionou o Senhor Presidente acerca da localização do terreno, indagando se este se encontra em zona urbana ou rural.-----

**Resposta do Senhor Presidente à questão colocada pelo Senhor Vereador João Pinheiro:**-----

----- Pelo Senhor Presidente foi informado que se trata de um terreno urbano, situado nas imediações da antiga estação. Acrescentou ainda que o mesmo inclui armazéns devolutos e que o referido investimento visa, futuramente, a requalificação de todo aquele espaço.-----

----- Foi deliberado, por unanimidade, aprovar o apoio financeiro proposto, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da informação.»-----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.-----

----- Bragança e Paços do Município, 16 de junho de 2025.-----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

Não houve pedidos de esclarecimento nem intervenções.

**Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com um voto contra (CDU), zero votos de abstenção e sessenta e nove votos a favor, estando, momentaneamente, setenta membros presentes.**

Não houve declarações de voto.

**Ponto 4.2.12 – Atribuição de Apoio Financeiro sobre a Faturação da Produção de Energia Elétrica nas Centrais Hidroelétricas do Alto Sabor (Montezinho e Prado-Novo) e Gimonde às Juntas de Freguesia de França e Gimonde - Ano de 2024**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

**“CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

----- Certifica que na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Senhor Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Senhores Vereadores e das Senhoras Vereadoras, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins e Cristiana Margarida Fernandes Batouxas, se encontra uma deliberação do seguinte teor:-----

----- **«ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO SOBRE A FATURAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NAS CENTRAIS HIDROELÉTRICAS DO**

**ALTO SABOR (MONTEZINHO E PRADO-NOVO) E GIMONDE ÀS JUNTAS DE FREGUESIA DE FRANÇA E GIMONDE - ANO DE 2024**-----

----- Foi presente pelo Senhor Presidente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Sustentabilidade e Energia - Serviço de Energia:-----

-----“Devido à necessidade da valorização local, associada à disponibilidade dos recursos endógenos, pretende-se compensar as freguesias onde estão instalados os aproveitamentos hidroelétricos pertencentes ao Município de Bragança. -----

-----Assim, propõe-se que sejam atribuídas às Juntas de Freguesia de França e Gimonde um valor sobre a faturação de energia elétrica produzida, calculada na base da produção de energia do ano de 2024, nos seguintes valores: -----

----- 1 - Junta de Freguesia de França -----

----- Total da produção de energia verificada nas centrais hidroelétricas do Prado-Novo e Montezinho, para o ano de 2024, no valor de 252.376,02 €;-----

----- Percentagem a atribuir: 2,5%;-----

----- Valor a transferir: 6.309,40 €.-----

----- 2 - Junta de Freguesia de Gimonde-----

----- Total da produção de energia na Micro Central de Gimonde, para o ano de 2024, no valor de 12.066,65 €;-----

----- Percentagem a atribuir: 2,5%;-----

----- Valor a transferir: 301,66 €.-----

-----A presente despesa enquadra-se, para o ano de 2025, na rubrica 0102/04050102 - Freguesias (cabimentos n.ºs 1331/2025 e 1332/2025), estando, em 29 de abril de 2025, com um saldo para cabimento de 75.698,34 euros e os fundos disponíveis apresentam o montante de 31.161.215,92 euros.-----

-----Assim, ao abrigo das alíneas ff) e ccc) do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se, à Câmara Municipal, que delibere a atribuição de um apoio financeiro de 6.309,40 € à Junta Freguesia de França e de 301,66 € à Junta de Freguesia de Gimonde, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal, em conformidade com o previsto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.”-----

-----Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta, bem como submeter para deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da informação apresentada.»-----

-----**Anexos: I** - Proposta de Cabimento (1 página); **II** - Quadro da Produção de Energia (2 páginas).-----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 16 de junho de 2025. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

**II – Anexos: I - Proposta de Cabimento (1 página); II - Quadro da Produção de Energia (2 páginas).**

Não houve pedidos de esclarecimento nem intervenções.

**Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando, momentaneamente, setenta e um membros presentes.**

Não houve declarações de voto.

**Ponto 4.3 - Apreciação sobre os seguintes documentos apresentados pela Câmara Municipal de Bragança:**

**Ponto 4.3.1 - Consolidação de Contas do Exercício de 2024**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

**“I – CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança: -----

----- Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dezasseis do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Senhor Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Senhores Vereadores e da Senhora Vereadora, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins e João Rafael Costa Moás Murçós, se encontra uma deliberação do seguinte teor: -----

----- **«CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2024** -----

----- Foi presente pelo Senhor Presidente a seguinte proposta, elaborada pela Divisão de Administração Financeira: -----

----- “A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. O n.º 1 do artigo 75.º estabelece que “sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”. -----

-----A utilização pelos municípios de formas organizacionais de diversa natureza, consequência da alteração de paradigma ao nível do desenvolvimento das suas atribuições e competências, evidenciou a necessidade de divulgação da referida informação financeira para efeitos de visão global do que pode ser considerado o grupo municipal. Assim sendo, o entendimento com clareza da situação financeira do grupo só é permitido através de contas únicas, complementares às individuais, representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns tornando-se, assim, a apresentação de contas consolidadas imperativa. -----

----- Tendo em consideração o disposto no n.º 3 do artigo 75.º da aludida Lei, o grupo municipal é composto por um município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controle corresponde ao poder de gerir políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

-----Em matéria de consolidação de contas importa sublinhar que o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, revogou a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprovou a Orientação n.º 1/2010, como “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, estabelecendo um conjunto de princípios subjacentes à consolidação de contas. -----

----- Neste sentido, estabelece a necessidade de apresentação de demonstrações orçamentais consolidadas (previstas na NCP 26) e demonstrações financeiras consolidadas (previstas na NCP 1 e na NCP 22) de forma que as mesmas representem as contas de um grupo como se de uma única entidade se trate. -----

----- Salienta-se, no entanto, que devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal. -----

----- Por último, salienta-se que a entidade contabilística consolidante é o Município de Bragança, sendo as restantes entidades que constituem o perímetro de consolidação, ou seja, as que cumprem os critérios elencados no artigo 75.º do RFALEI, a Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark, a Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A., o Centro Ciência Viva de Bragança e a empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.. -----

----- Assim, nos termos das disposições conjugadas da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º, ambos do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, dos n.ºs 2 e 3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, e para efeitos do estabelecido no n.º 1 do artigo 75.º, do mesmo diploma, submete-se, para deliberação da Câmara Municipal e remessa à Assembleia Municipal, para apreciação e votação, o Documento de Consolidação de Contas do Exercício de 2024.” -----

----- Após análise e discussão foi deliberado, por unanimidade, aprovar o Documento de Consolidação de Contas do Exercício de 2024, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter o Documento de Consolidação de Contas do Exercício de 2024 à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos propostos.» -----

----- **Anexo:** Relatório de Consolidação de Contas de 2024 (94 páginas).-----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.-----

----- Bragança e Paços do Município, 16 de junho de 2025.-----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

**II – Anexo:** Relatório de Consolidação de Contas de 2024 (94 páginas).

Não houve pedidos de esclarecimento nem intervenções.

**Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta dada como apreciada.**

#### **Ponto 4.3.2 - Certificação Legal e Relatório e Parecer sobre as Contas Consolidadas do Ano de 2024**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

##### **“I – CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança: -----

----- Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dezasseis do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Senhor Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Senhores Vereadores e da Senhora Vereadora, Fernanda Maria Fernandes

Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins e João Rafael Costa Moás Murçós, se encontra uma deliberação do seguinte teor: -----

----- **«CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS DO ANO DE 2024»**-----

----- Pelo Senhor Presidente foi presente, para tomada de conhecimento, a Certificação Legal de Contas Consolidadas do ano de 2024, bem como o Relatório e Parecer sobre as mesmas, previamente distribuídos a todos os Membros do Executivo Municipal, ficando um exemplar arquivado na Pasta Anexa ao Livro de Atas e cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, apresentados pela empresa de auditoria externa, Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em cumprimento do estabelecido na alínea e) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual. -----

----- Assim e para efeitos do estabelecido no n.º 3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, propõe-se que sejam submetidos para apreciação da Assembleia Municipal. -----

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento e, em cumprimento do disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 77.º e n.º 3 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, deliberou, por unanimidade, remeter os documentos à Assembleia Municipal para apreciação.» -----

----- **Anexos: I** - Certificação Legal das Contas (5 páginas); **II** - Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas (2 páginas).-----

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 16 de junho de 2025. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

**II – Anexos: I** - Certificação Legal das Contas (5 páginas); **II** - Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas (2 páginas).

Não houve pedidos de esclarecimento nem intervenções.

**Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta dada como apreciada.**

### **Ponto 4.3.3 - Entidades Participadas pelo Município – Relatórios e Contas do Exercício de 2024**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

#### **“I – CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança: -----

----- Certifica que na Ata da Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dezasseis do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Senhor Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier, dos Senhores Vereadores e da Senhora Vereadora, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins e João Rafael Costa Moás Murçós, se encontra uma deliberação do seguinte teor: -----

----- **«ENTIDADES PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO – RELATÓRIOS E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2024»**-----

----- Pelo Senhor Presidente e em cumprimento do estabelecido na alínea d) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, na sua redação atual, foram presentes os Relatórios e Contas relativos ao exercício de 2024 das seguintes entidades participadas:-----

- Águas do Norte, S.A.;-----
- Associação do Parque de C&T do Porto (Portus Park);-----
- Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark;-----
- Associação para o Desenvolvimento do Régia Douro Park;-----
- Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico;-----
- Centro Ciência Viva de Bragança;-----
- Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes;-----
- AMTFNT - Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano;-----
- Agência de Energia de Trás-os-Montes;-----
- Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.; e-----
- Resíduos do Nordeste, EIM, S.A..-----

----- Os documentos foram previamente distribuídos a todos os Membros do Executivo Municipal, ficando um exemplar de cada arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas e cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais. ---

----- Assim e para efeitos do estabelecido nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 25.º, conjugado com a alínea y) do n.º 1 do artigo 35.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, propõe-se que os documentos referidos sejam submetidos para apreciação da Assembleia Municipal. -----

----- O Executivo Municipal tomou conhecimento e, em cumprimento do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 25.º, conjugado com a alínea y) do n.º 1 do artigo 35.º,

ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, remeter os documentos à Assembleia Municipal, para apreciação.» -----

----- **Anexos:** **I** - Relatório de Gestão e Contas – Águas do Norte (266 páginas); **II** - Relatório de Gestão e Contas – Portus Park (67 páginas); **III** - Relatório de Gestão e Contas – Brigantia EcoPark (20 páginas); **IV** - Relatório de Gestão e Contas – Regia-Douro Park (146 páginas); **V** - Relatório de Gestão e Contas – Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico (50 páginas); **VI** - Relatório de Gestão e Contas – Centro de Ciência Viva de Bragança (59 páginas); **VII** - Relatório de Gestão e Contas – Comunidade Intermunicipal – Terras de Trás-os-Montes (114 páginas); **VIII** - Relatório de Gestão e Contas 2024 - AMTFNT - Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano (56 páginas); **IX** - Relatório de Contas de 2024 – Agência de energia de Trás-os- Montes (18 páginas); **X** - Relatório de Gestão e Contas – Município (79 páginas); **XI** - Relatório de Gestão e Contas – Resíduos do Nordeste (83 páginas).

----- Para constar passo a presente certidão que assino por recurso à assinatura digital e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 16 de junho de 2025. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

**II – Anexos:** **I** - Relatório de Gestão e Contas – Águas do Norte (266 páginas); **II** - Relatório de Gestão e Contas – Portus Park (67 páginas); **III** - Relatório de Gestão e Contas – Brigantia EcoPark (20 páginas); **IV** - Relatório de Gestão e Contas – Regia-Douro Park (146 páginas); **V** - Relatório de Gestão e Contas – Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico (50 páginas); **VI** - Relatório de Gestão e Contas – Centro de Ciência Viva de Bragança (59 páginas); **VII** - Relatório de Gestão e Contas – Comunidade Intermunicipal – Terras de Trás-os-Montes (114 páginas); **VIII** - Relatório de Gestão e Contas 2024 - AMTFNT - Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano (56 páginas); **IX** - Relatório de Contas de 2024 – Agência de energia de Trás-os- Montes (18 páginas); **X** - Relatório de Gestão e Contas – Município (79 páginas); **XI** - Relatório de Gestão e Contas – Resíduos do Nordeste (83 páginas).

Não houve pedidos de esclarecimento nem intervenções.

**Não tendo havido discussão, foi a mesma proposta dada como apreciada.**

**Ponto 4.4 - Discussão e tomada de conhecimento das deliberações da Câmara Municipal de Bragança: Isenções Totais ou Parciais relativamente a Impostos e a outros Tributos Próprios, conforme n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, no âmbito da Autorização Genérica, conforme**

**deliberação da Assembleia Municipal em Sessão realizada em 13 de dezembro de 2024 (Reuniões de Câmara de 28 de abril, 12 e 26 de maio e 9 de junho de 2025)**

Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal de Bragança, previamente distribuída a todos os membros:

**“I – CERTIDÃO**

SÍLVIA MARIA DOS SANTOS COUTO GONÇALVES NOGUEIRO, Licenciada em Gestão e Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira do Município de Bragança:-----

----- Certifica que:-----

----- 1. na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e oito do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier; dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins, Olga Marília Fernandes Pais e João Rafael Costa Moás Murçós; -----

----- 2. na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia doze do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier; dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins, Olga Marília Fernandes Pais, João Rafael Costa Moás Murçós e Cristiana Margarida Fernandes Batouxas; -----

----- 3. na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e seis do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier; dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Miguel José Abrunhosa Martins e Cristiana Margarida Fernandes Batouxas; -

----- 4. na Ata da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia nove do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, devidamente aprovada, e com a presença do Sr. Presidente, Paulo Jorge Almendra Xavier; dos Srs. Vereadores e da Senhoras Vereadoras, Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva, João Augusto Cides Pinheiro, Olga Marília Fernandes Pais, João Rafael Costa Moás Murçós e Cristiana Margarida Fernandes Batouxas; -----

----- Se encontram deliberações referentes às Propostas de Isenção de Pagamento de Taxas para o ano de 2025, constantes do mapa anexo. -----

----- Considerando a autorização genérica deliberada pela Assembleia Municipal, em Sessão de 13 de dezembro de 2024, com limites à concessão de isenção ou redução do pagamento de taxas para o ano de 2025 e para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo

16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, dá-se conhecimento à Exma. Assembleia Municipal. -----

----- **Anexo:** Mapa das Isenções (4 páginas). -----

----- Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 16 de junho de 2025. -----

a) Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.”

**II – Anexo:** Mapa das Isenções (4 páginas).

Não houve pedidos de esclarecimento nem intervenções.

**Tomado conhecimento.**

**PRESENCAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a**

**A – Assembleia:**

**I – PRESENCAS**

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:**

**1 – MESA:**

Presidente – Cristina Fernandes Ribeiro

1.º Secretário – João Adriano Rodrigues

2.ª Secretária – Maria Gracinda Oliveira Carvalhido Gouveia Amaro

**2 - DEPUTADOS**

Júlio da Costa Carvalho

António Eduardo Fernandes Malhão

Isabel Maria Lopes

Manuel Norberto Trindade

Maria Isabel Barreiro Ribeiro

Filipe Osório Caldas

Natividade de Lurdes Gonçalves

Luís Aníbal Rodrigues Martins

Maria João Gonçalves Rodrigues

Paulo Rafael Nogueiro Preto

Paulo Manuel Almeida da Veiga

Maria Eugénia C. Barreira Afonso

Fernando José Barreira Gomes

Gonçalo Miguel Rodrigues Afonso

Susana Maria de Pinho Costa

Joaquim Manuel Cameirão Veiga

Manuel dos Santos Vaqueiro Machado

Josefina Fátima Pires Correia Carneiro  
João da Rocha e Silva  
António Manuel Afonso Pires \*  
Maria Eduarda Pires Rodrigues \*

#### **PARTIDO SOCIALISTA**

Luís Carlos Magalhães Pires  
Cláudia Luísa Baptista F. G. da Costa  
Carlos Alberto Martins Alves  
António Rodrigues Vieira  
Maria Idalina Alves de Brito  
Luís Filipe Pires Fernandes  
Fernando Rogério Preto Pires  
Maria Rosa Pinheiro Gama Paulo  
Paulo Alexandre Gonçalves Barreira  
Ana Catarina Trindade Certo \*  
Pedro José Pires Rego \*  
Miguel Correia Sampaio da Veiga \*

#### **CHEGA**

António Cândido Anes  
José Júlio Vaz Pires  
Sara de Jesus Pinto Monteiro

#### **COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA**

Fátima da Conceição Borges Bento \*

#### **PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA/UNIÃO DE FREGUESIAS**

**Alfaião** - Luís Venâncio Pereira Carvalho  
**UF de Aveleda e Rio de Onor** – Mário Francisco Gomes  
**Babe** - António dos Reis Fernandes \*\*  
**Baçal** – Luís Filipe Pires de Carvalho  
**Carragosa** - Élio Manuel Moreira Garcia Vaz  
**UF de Castrelos e Carrazedo** – César Luís Afonso  
**Castro de Avelãs** - José Vicente Fernandes  
**Coelhoso** – João Paulo da Veiga Matos  
**Donai** – Manuel José Mesquita Rodrigues  
**Espinhosela** - Octávio Manuel Alves Reis  
**França** - Pedro Miguel Afonso  
**Gimonde** - António Manuel Choupina Assares  
**Gondesende** – Ludgero Filipe Martins Afonso  
**Gostei** – Rui Manuel da Costa Gonçalves  
**Grijó de Parada** – Elisabete de Jesus R. G. dos Santos  
**UF de Izeda, Calvelhe e Paradinha Nova** – Rui António Neves Simão  
**Macedo do Mato** - Ramiro Manuel Arrátel

**Mós** - Anabela Afonso Pereira Rodrigues  
**Nogueira** – António Augusto de Vila Araújo  
**Outeiro** – César Gustavo Garrido  
**UF Parada e Failde** - Hervê Pires Gonçalo  
**Parâmio** – Carlos Joaquim Pires Fernandes  
**Pinela** – Alex Olivier Alves Rodrigues  
**Quintanilha** – Bruna Esteves Miranda  
**Quintela de Lampaças** – Maria Fernanda Sobral Castanheiro  
**Rabal** - Jaime Rodrigues Loureiro  
**UF Rebordainhos e Pombares** – Albino Alves Rodrigo  
**Rebordãos** - Adriano Augusto Correia Rodrigues  
**UF de Rio Frio e Milhão** - Adriano Augusto Ferreira  
**Salsas** – Pedro Miguel Ramos Zoio  
**Santa Comba de Rossas** – Luís Filipe Verdelho Paula  
**UF de São Julião de Palácios e Deilão** – Duarte João Barrigão Fernandes  
**São Pedro de Serracenos** – Humberto José dos Santos  
**UF de Sé, Santa Maria e Meixedo** – Telmo Ramiro Prada Afonso  
**Sendas** - Maria Antónia Pires  
**Serapicos** - Rui Fernando Pires Caetano  
**Sortes** - José Bernardo Martins Rodrigues  
**Zoio** – Bruno Roberto Fernandes da Silva

### FALTAS

**Presidentes de Junta de Freguesia/União de Freguesias:** Telmo Ricardo Alves Malhão (PJ Samil) - Justificada

(\*) – Membro suplente

(\*\*) – Substituto legal

### **B – CÂMARA PRESENÇAS**

Presidente: Paulo Jorge Almendra Xavier

Vereadores: Fernanda Maria Fernandes Morais Vaz Silva

João Augusto Cides Pinheiro

Olga Marília Fernandes Pais

João Rafael Costa Moás Murçós

Cristiana Margarida Fernandes Batouxas.

### **AUSÊNCIAS**

Miguel José Abrunhosa Martins.

Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão, às catorze horas e cinquenta e cinco minutos, e, do que nela se passou, se lavrou a presente ata que, depois de achada conforme, vai ser presente, para discussão e votação, na 4.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a realizar no dia 04 de setembro de 2025, e vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa.

Cristina Fernandes Ribeiro (Presidente) \_\_\_\_\_

João Adriano Rodrigues (Primeiro Secretário) \_\_\_\_\_

Maria Gracinda Oliveira Carvalhido Gouveia Amaro (Segunda Secretária) \_\_\_\_\_

---

**NOTA:**

- *Nas intervenções escritas apresentadas pelos membros, encontram-se, escritas a itálico, as informações adicionais que foram prestadas no decorrer da leitura das mesmas intervenções;*
- *Os anexos encontram-se arquivados junto da ata original, arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal.*